



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ESPOSENDE 2030

 **ESPOSENDE**
câmara municipal

vale do

cávado
comunidade intermunicipal
do cávado

PDS
2030

FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social de Esposende 2024 - 2030
PDS Esposende 2030

Coordenação

CIM Cávado

Equipa de projeto

CIM Cávado

Município de Esposende

rittma® Liderar a mudança www.rittma.com

Versão

1.1 2024-10-06



INTRODUÇÃO	4
METODOLOGIA	6
PARTE I - DIAGNÓSTICO	7
1. TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA	8
1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E ADMINISTRATIVO	9
1.2 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO	10
1.3 ESTRUTURA FAMILIAR	28
2. DIMENSÕES SOCIAIS	30
2.1 SAÚDE	31
2.2 EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÕES	37
2.3 SEGURANÇA	46
2.4 ECONOMIA E EMPREGO	51
2.5 CULTURA DESPORTO E LAZER	61
2.6 HABITAÇÃO	63
2.7 POBREZA, DESIGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL	69
3. REDE DE SERVIÇOS E RESPOSTAS SOCIAIS	80
3.1 INFÂNCIA E JUVENTUDE	81
3.2 POPULAÇÃO ADULTA	82
3.3 FAMÍLIA E COMUNIDADE	83
4. NECESSIDADES E DESAFIOS DA REDE SOCIAL	84
5. NOVOS DESAFIOS SOCIAIS	89
5.1 DESAFIOS SOCIETÁRIOS	90
5.2 DESAFIOS CONJUNTURAIS	91
5.3 DESAFIOS DA REDE LOCAL	91
PARTE II - PLANO DE AÇÃO	93
6. MATRIZ DE AÇÃO ESTRATÉGICA	94
6.1 VISÃO ESTRATÉGICA	95
6.2 PILARES DE AÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	98
6.3 POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	100
7. ROADMAP PARA A AÇÃO	105
7.1 PILAR 1 - ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIDA SAUDÁVEL	106
7.2 PILAR 2 - EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO	112
7.3 PILAR 3 - VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCOS DE EXCLUSÃO	119
7.4 PILAR 4 - ORGANIZAÇÕES DO 3º SECTOR: PLATAFORMA DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA	128
7.5 RESPOSTAS SOCIAIS	134
8. SISTEMA DE EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	135
9. MODELO DE GOVERNAÇÃO	139
SIGLAS E ACRÓNIMOS	142
ÍNDICE DE FIGURAS	144
ÍNDICE DE TABELAS	146
BIBLIOGRAFIA	148

INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Social (DS) e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Esposende assumem-se como instrumentos de planeamento estratégico direcionados para a promoção do crescimento inclusivo, da coesão social e territorial, a integração do princípio de territorialização das políticas públicas, enquanto aspeto subjacente ao paradigma da Política de Coesão, orientadora do período de programação 2030, e ao processo de transferência de competências no domínio da Ação Social.

Assume-se como ponto de partida a sistematização de informação que permita aproximar de uma leitura diagnóstica mais quantitativa, qualitativa e comparativa, e construir um diagnóstico social que seja um instrumento aberto, gerador de uma dinâmica que não encerra com o trabalho desenvolvido, mas que permita simultaneamente a integração de novos dados e informações, de ajustes derivados das relações e interdependências, que se estabelecem a partir dos dados disponíveis e de novos dados que se vão obtendo.

Para o efeito, na elaboração do diagnóstico social de Esposende, valorizou-se não só a recolha e informação de dados quantitativos da realidade do concelho, junto de fontes oficiais e institucionais como o Instituto Nacional de Estatística (INE), PORTDATA, outros sítios da administração pública, e documentos internos fornecidos pelos diferentes serviços do Município, como também se conciliou e articulou com os contributos dos parceiros sociais do CLAS que foram mobilizados para as dinâmicas participativas sobre aqueles que são as reais necessidades e problemas sociais presentes no território.

De acordo com a metodologia definida, e como etapa subsequente ao diagnóstico social, realizou-se a fase de planeamento estratégico do PDS, alicerçado na definição conjunta e negociada das linhas de ação e na criação de condições para uma melhor cooperação/coordenação entre os vários níveis de planeamento, conceção das intervenções e participação de agentes intersetoriais, numa lógica multinível e com um quadro de referência e de representações, que se interligam com influências e oportunidades do contexto social atual e futuro.

O alinhamento e cruzamento deste documento com outros instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente as estratégias, programas e planos europeus, nacionais e sub-regionais, revelou-se fundamental para a concertação das intervenções, para a resposta ajustada aos problemas comuns e prioritários do território, e os contributos que podem ser gerados por este Plano para estes referenciais.

Assumindo-se na elaboração deste documento a imprevisibilidade que marca a realidade atual, com novos desafios de emergência social, societários e da rede de intervenção local, e sendo em primeira instância um instrumento ao serviço da intervenção social para o horizonte 2030, o PDS não pode esgotar-se num documento, deve renovar-se na atuação diária, em prol do desenvolvimento social.

Trata-se acima de tudo, de um instrumento de trabalho, orientador da ação coletiva, e por isso deve ser alvo de uma contínua revisão para a inclusão de alterações ou melhorias, numa abordagem estratégica que deixa linhas de ação que fundamentam, potenciam e orientam, mas que não invalidam a emergência de outras propostas de intervenção (projetos ou ações) ao longo do período de vigência do documento.

O presente documento divide-se em 2 partes, uma relativa ao Diagnóstico Social, outra ao Plano de Ação. A

Parte I - Diagnóstico Social, subdivide-se em 5 capítulos, a saber:

1 - Território e Demografia - caracteriza-se sumariamente o território local e a população que nele vive, expondo a dinâmica demográfica mais recente;

2 - Dimensões sociais - caracterizam-se as principais dimensões sociais com impacto no bem-estar das pessoas, designadamente ao nível da Saúde, Educação, Segurança, Habitação, entre outras, incluindo a proteção social existente;

3 - Rede de serviços e respostas sociais - identificam-se as principais respostas sociais existentes a nível local, de acordo com a Carta Social;

4 - Necessidades e Desafios da Rede Social - resumem-se os contributos qualitativos resultantes das sessões de trabalho promovidas pela rede social para a renovação do PDS;

5 - Novos desafios sociais, expõem-se os desafios que moldarão a atuação social nos próximos anos, quer estruturais ou societários, quer conjunturais.

A **Parte II - Plano de Ação**, divide-se em 4 capítulos, a saber:

6 - Matriz de Ação Estratégica - partindo do diagnóstico social e do referencial estratégico nacional e internacional, definem-se os pilares de ação estratégica do plano;

7 - Roadmap para a ação - traduz o plano de ação propriamente dito, pensado numa linha de atuação em projetos estruturantes;

8 - Sistema de execução, monitorização e avaliação - descreve o sistema de gestão, acompanhamento e avaliação do plano;

9 - Modelo de governação - sintetiza o modelo de governação que preside ao plano.

METODOLOGIA

A construção do DS e PDS de Esposende 2030 surgiu como uma oportunidade de alinhar a estratégia de coesão social e territorial com o quadro de orientações europeias, nacionais e regionais para o horizonte temporal 2030, e de a conceber com base nos novos desafios e transformações sociais advindas de diferentes fatores, e contextos internos e externos ao território.

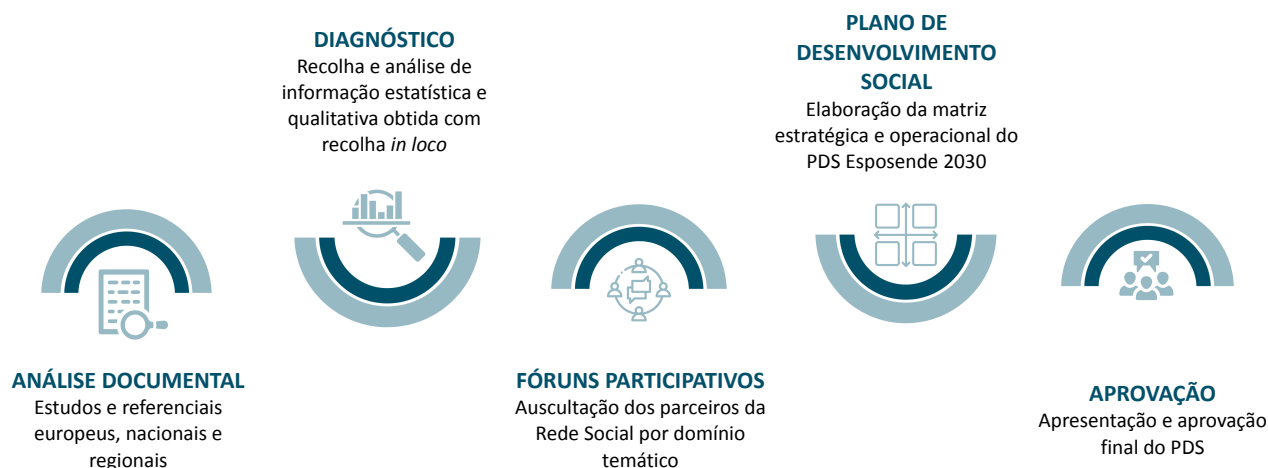
A Rede Social, consciente das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, e centralmente aos ODS 1 (Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares), 10 (Reduzir as desigualdades) e 11 (cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis), tem vindo a promover a implementação de medidas de promoção da coesão e inclusão social, que evidenciem a promoção da garantia de acesso universal a oportunidades de desenvolvimento de competências fundamentais às condições de vida das pessoas, de forma inclusiva e equitativa.

Mantendo o reconhecimento que cada município possui especificidades e necessita de definir estratégias de intervenção adequadas aos contextos e dificuldades diagnosticadas territorialmente, alavancou-se uma abordagem bottom-up.

O processo de planeamento estratégico subjacente à elaboração do Diagnóstico e PDS de Esposende assentou numa abordagem metodológica participativa, coerente e alinhada com o contexto de territorialização do Programa Rede Social, e enquanto instrumentos de planeamento estratégico que devem ser desenvolvidos de forma integrada, participada e sequencial, onde:

- **no primeiro** se caracteriza a realidade social do concelho, com base em indicadores e na identificação das necessidades e problemas prioritários, que resultam dos contributos, reflexões e discussão coletiva efetuada com as várias entidades que compõem o CLAS da Rede Social de Esposende; e,
- **no segundo** se desenvolve de forma contínua e articulada o aprofundamento do diagnóstico de necessidades do território e a sistematização dos pilares de ação estratégica, objetivos e plano de ação que oriente a intervenção em prol do desenvolvimento e coesão social do território.

O percurso metodológico pautou-se pelo desenvolvimento das seguintes etapas sequenciais de trabalho:



PARTE I

DIAGNÓSTICO

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA



1

DIMENSÕES SOCIAIS



2

REDE DE SERVIÇOS E RESPOSTAS SOCIAIS



3

NECESSIDADES E DESAFIOS DA REDE SOCIAL



4

NOVOS DESAFIOS SOCIAIS



5

2024.JULHO

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA 1

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E ADMINISTRATIVO



1.1

ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO



1.2

ESTRUTURA FAMILIAR



1.3

1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E ADMINISTRATIVO

O concelho de Esposende localiza-se na Região Norte (NUTS II) e na sub-região Cávado (NUTS III), distrito de Braga, e abrange uma área de cerca de 95 km². Com os seus 18 Km de costa tem a particularidade geográfica de ser o concelho marítimo da NUTS III Cávado, e de abraçar a foz do rio que dá nome à região.

O município é limitado a norte pelo município de Viana do Castelo, a leste por Barcelos, a sul pela Póvoa de Varzim e a oeste pelo Oceano Atlântico. A nível administrativo, o concelho de Esposende é constituído por 9 Freguesias distribuídas no eixo litoral norte-sul.

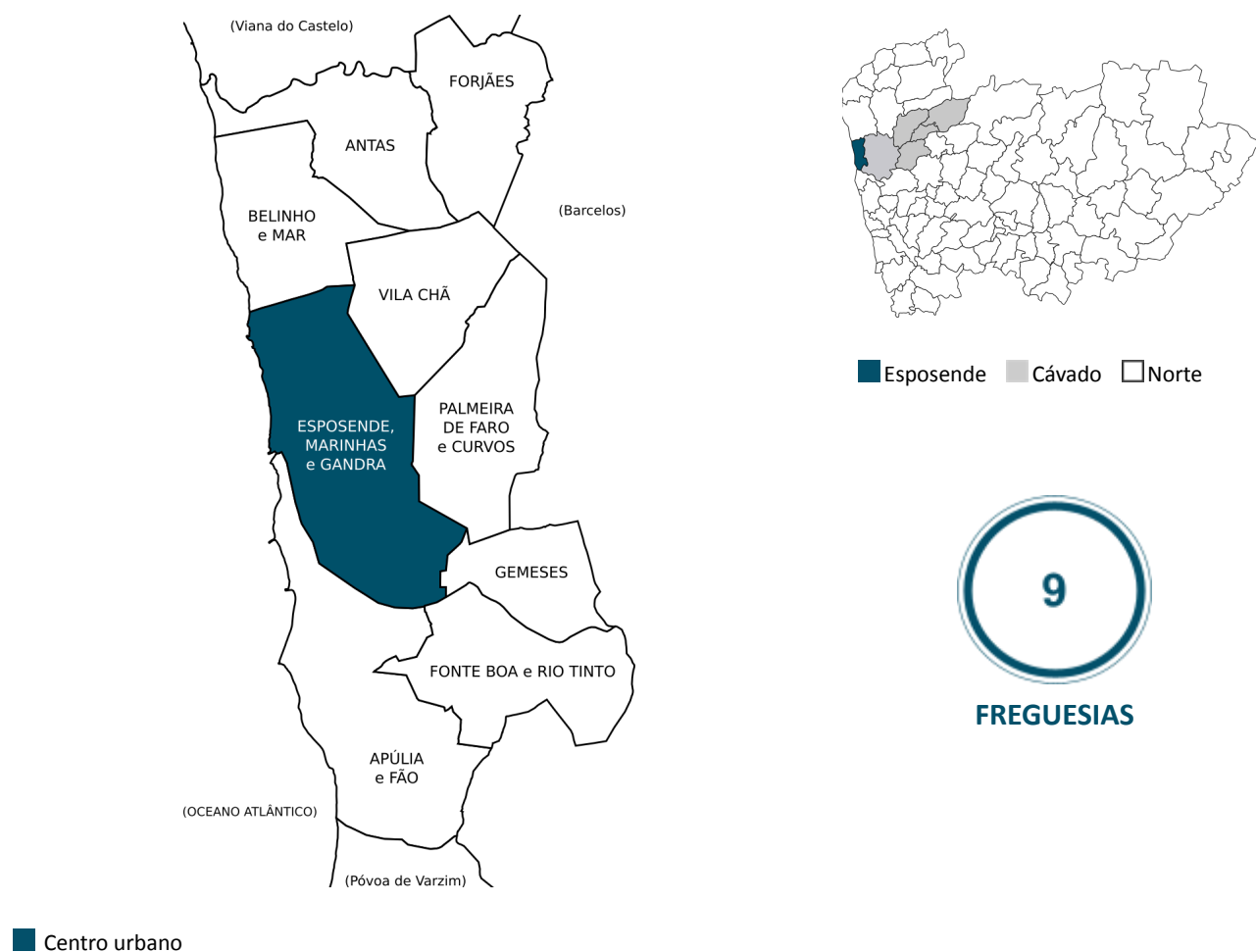


Figura 1 | Localização e freguesias do município de Esposende

1.2 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

1.2.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO

A expansão demográfica de Esposende tem repercussão na sua densidade populacional, que, à data dos censos de 2021, se elevou para 368,2 hab/km², superior à média da sub-região do Cávado (334,4 hab/km²). As estimativas populacionais do INE para 2023 elevam a densidade da população para 389,2 hab/km².

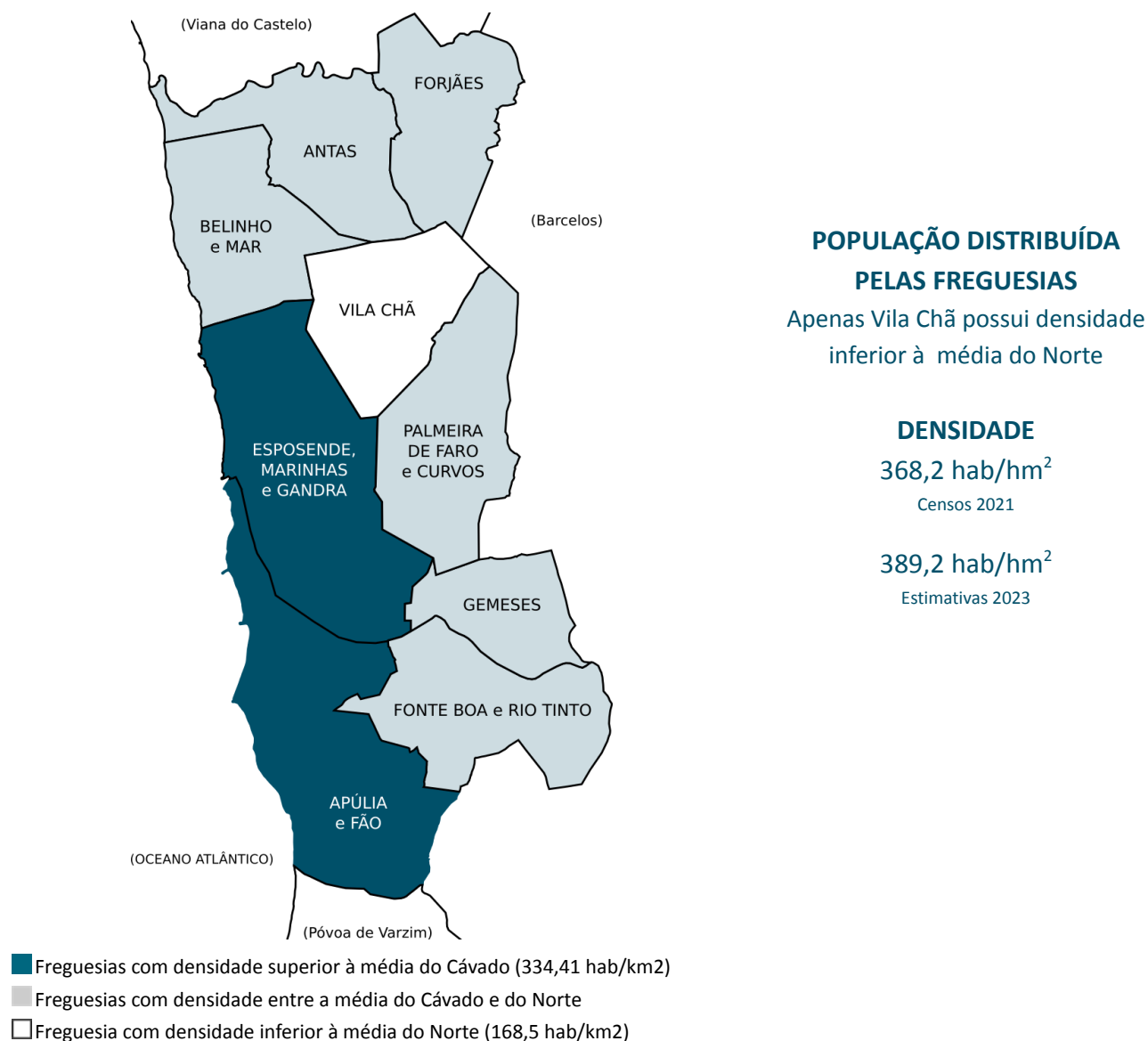
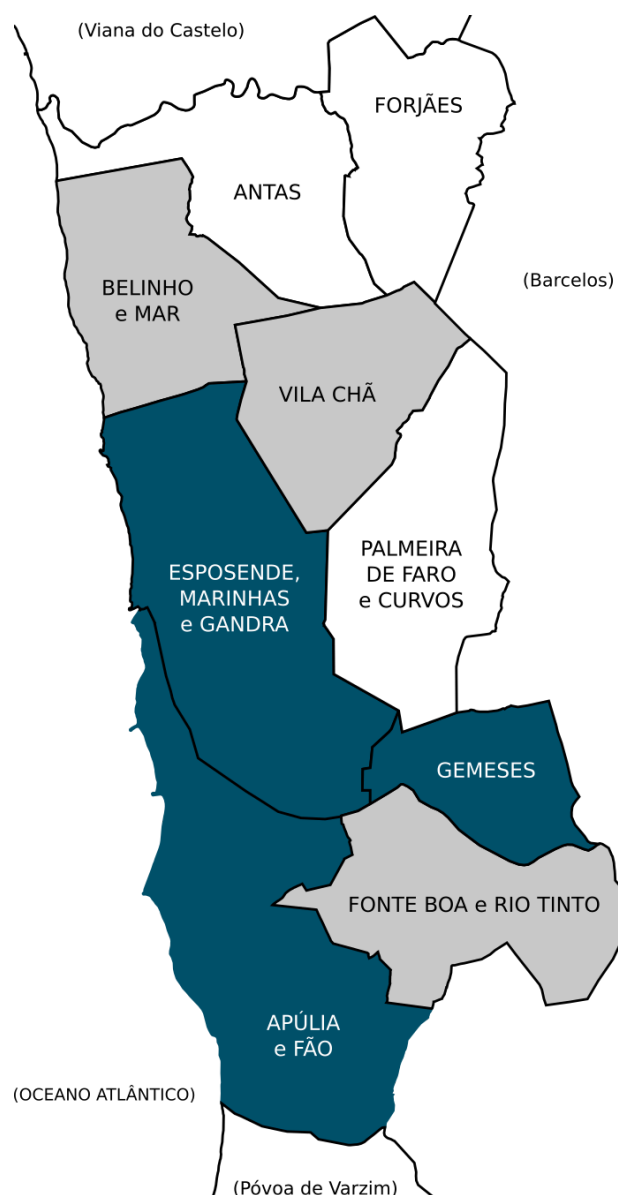


Figura 2 | Densidade das freguesias do município, segundo os Censos 2021

O polo geográfico que se caracteriza pela confluência da foz do rio Cávado e do mar atraiu maior dinâmica populacional entre os censos de 2011 e de 2021, constatando-se a maior variação (e a mais elevada) densidade populacional nas freguesias correspondentes, União das Freguesias de Esposende, Marinhhas e Gandra (variação de 10,4%), União das Freguesias de Apúlia e Fão (variação de 7,5%) e Gemeses (variação de 3,3%). Estas também são as freguesias cuja atividade económica mais se desenrola em torno do comércio, turismo e serviços.

Por oposição, as freguesias onde predominam a actividade na agricultura e no setor secundário (têxtil, transformação de pedras, metalomecânica) e mais afastadas da foz do rio e/ou do mar apresentam decréscimo populacional, lideradas neste capítulo pelas freguesias centrífugas de Vila Chã (diminuição de 11,6%), União das freguesias de Belinho e Mar (diminuição de 9,5%) e União das Freguesias Fonte Boa e Rio Tinto (diminuição de 5,5%).

Na variação populacional ocorrida entre os censos de 2011 e os de 2021 constata-se que apenas 3 das 9 freguesias de Esposende apresentaram crescimento de população, num pêndulo que cristaliza a vivência junto ao mar (e uma economia de serviços) em detrimento do campo e da economia dos setores primários e secundários.



- Freguesias com crescimento populacional inter-censos (2011-2021)
- Freguesias com perda populacional inter-censos (2011-2021) superior a 5%

Figura 3 | Evolução demográfica inter-censos (2011-2021) das freguesias

ASSIMETRIA DEMOGRÁFICA ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA

Apesar do crescimento
demográfico, 6 freguesias
perderam população no período
inter-censos

1.2.2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

O concelho de Esposende tem registado uma dinâmica demográfica que se caracteriza essencialmente por crescimento populacional.

Totalizando à data dos Censos de 2021 uma população de 35.132 pessoas, Esposende registou crescimento populacional de 2,6% entre os Censos e de 5,4%, se considerarmos o período desde os Censos de 2001, pertencendo, a par de Braga, no Cávado, ao conjunto dos municípios que contrariaram a queda populacional verificada na região Norte e no país no mesmo horizonte temporal.

Tabela 1 | Evolução da população residente segundo os Censos

Território	2001	2011	2021	Δ 2011/2001	Δ 2021/2011	Δ 2021/2001
Portugal	10 356 117	10 562 178	10 343 066	1,99%	-2,07%	-0,13%
Norte	3 687 293	3 689 682	3 586 586	0,06%	-2,79%	-2,73%
Cávado	393 063	410 169	416 605	4,35%	1,57%	5,99%
Esposende	33 325	34 254	35 132	2,79%	2,56%	5,42%

Fonte: INE, Censos da População (2001, 2011 e 2021)

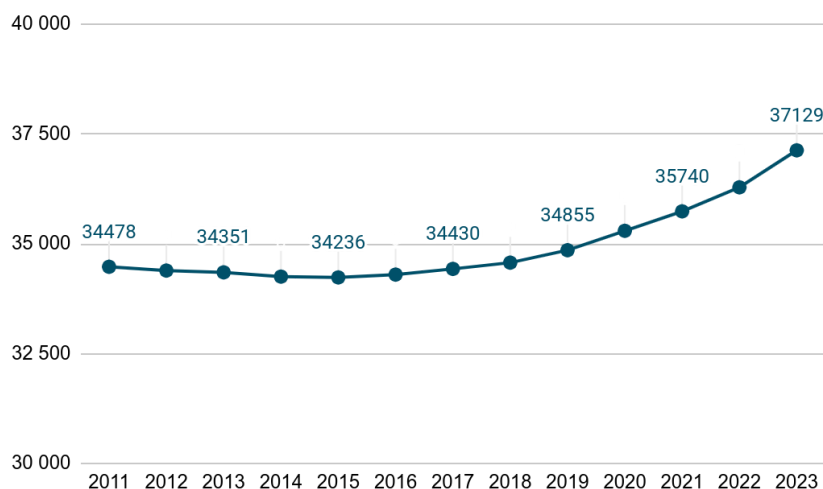


35.132

Censos 2021

+2,6% face aos Censos 2011

De acordo com as estimativas populacionais para 2023 (INE), Esposende terá observado novo crescimento demográfico, de 5,7% face aos censos 2021, calculando-se que tenha atingido 37.129 habitantes. Nas últimas décadas, Esposende constitui, portanto, um farol de atração e fixação de novos residentes.



37.129

Estimativa 2023

+5,7% face a Censos 2021

Figura 4 | Evolução anual da população residente entre 2011 e 2023

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

1.2.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

SEXO E ESTRUTURA ETÁRIA

No que respeita à distribuição da população por grupo etário, Esposende segue um padrão demográfico típico da sub-região: os homens são em maior número no grupo etário dos 0 aos 24 anos, sendo superados em número pelas mulheres nos grupos seguintes, ficando evidente a resiliência feminina nas idades mais avançadas.

Tabela 2 | População residente por sexo e grupo etário segundo os Censos 2011 e 2021

Sexo e grupo etário	2011		2021		Δ 2021/11
TOTAL	34 254		35 132		2,56%
HM	0 - 14 anos	5 655	4 776	13,59%	-15,54%
	15 - 24 anos	4 265	3 896	11,09%	-8,65%
	25 - 64 anos	19 285	19 419	55,27%	0,69%
	65 e mais anos	5 049	7 041	20,04%	39,45%
total		16 278	16 789	47,79%	3,14%
H	0 - 14 anos	2 840	2 485	7,07%	-12,50%
	15 - 24 anos	2 133	1 940	5,52%	-9,05%
	25 - 64 anos	9 228	9 248	26,32%	0,22%
	65 e mais anos	2 077	3 116	8,87%	50,02%
total		17 976	18 343	52,21%	2,04%
M	0 - 14 anos	2 815	2 291	6,52%	-18,61%
	15 - 24 anos	2 132	1 956	5,57%	-8,26%
	25 - 64 anos	10 057	10 171	28,95%	1,13%
	65 e mais anos	2 972	3 925	11,17%	32,07%

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



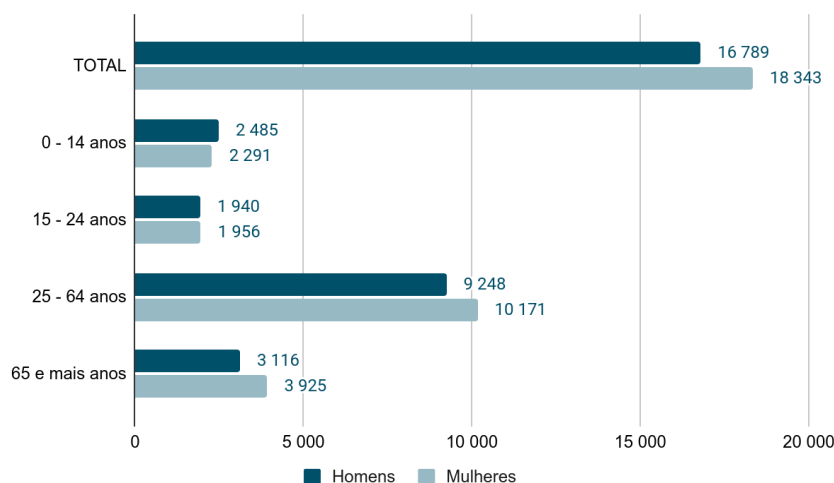
18.343 MULHERES

52,2% da população
Censos 2021

19.187

51,7% da população
Estimativa 2023

À data dos Censos de 2021 residiam em Esposende 18.343 mulheres e 16.789 homens. As mulheres superaram o número de homens em 1.554, mais 9,3%. De acordo com a população estimada para 2023, o número de mulheres terá subido para 19.187, diminuindo o seu peso para 51,7% da população total. À data dos Censos, a idade média da população era de 43,8 anos.



IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO

Censos 2021

Figura 5 | População residente por sexo e grupo etário à data dos Censos 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Entre os censos de 2011 e os de 2021, o número de habitantes com mais de 65 anos cresceu 39,5%, tendo as faixas etárias mais jovens (até 24 anos) registado diminuições, com destaque para a retração da população dos 0 aos 14 anos, que diminuiu 15,5%.

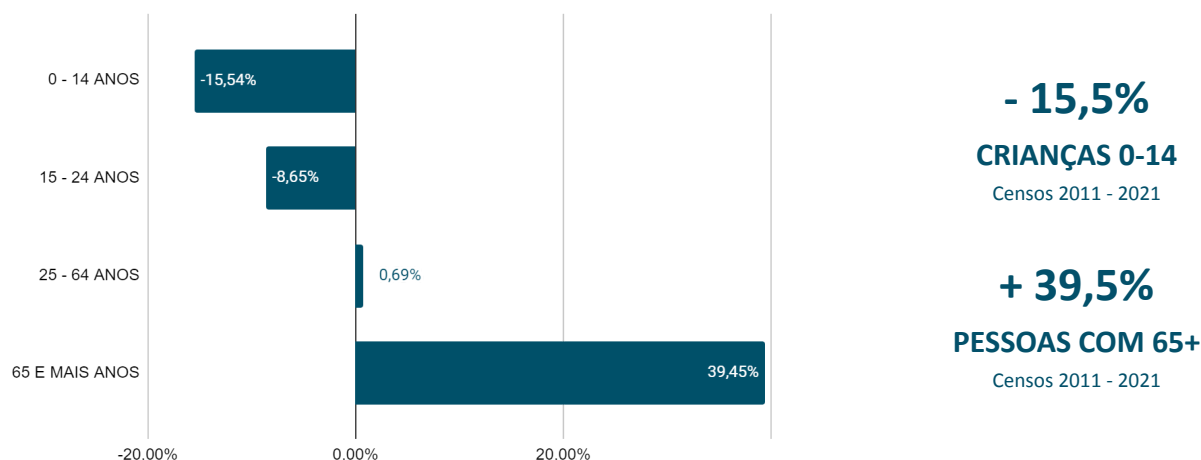


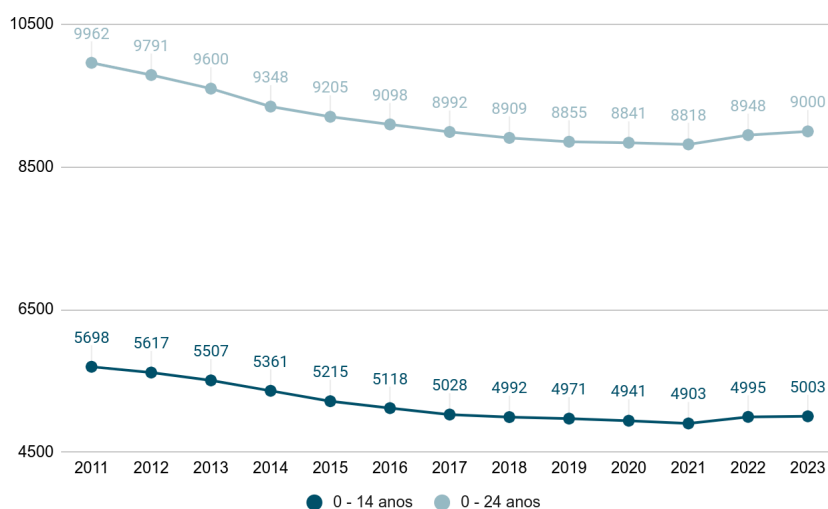
Figura 6 | Variação da população residente por grandes grupos etários entre os Censos 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

População jovem

Nos Censos 2021, a população com idade até aos 24 anos, propulsora do vigor da sociedade nos próximos anos totalizava 8.672 habitantes e representava 24,7% do total da população, ao nível da proporção verificada no Cávado (24,85%) e acima do observado à escala do Norte (23,0%) e de Portugal (23,4%).

Considerando as estimativas populacionais para 2023, a população deste grupo etário terá subido para 9.000 habitantes, correspondendo a 24,2% do total da população. Contudo, num horizonte mais lato, observa-se uma diminuição da população jovem.



0 - 24 anos

9.000

Estimativas 2023

24,2% da população

Figura 7 | Evolução da população jovem, 2011 a 2023 (N.º)

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

No horizonte de 10 anos, o número de crianças e jovens residentes em Esposende (0 aos 24 anos) diminuiu 6,3%, de 9.600 (2013) para 9.000 (2023). Já a população dos 0 aos 14 anos diminuiu 9,2%, de 5.507 (2013) para 5.003 (2023), representando 13,5% da população total.



5.003

Estimativas 2023

13,5% da população

12,8% Portugal

12,1% Norte

12,9% Cávado

51,3%

SEXO MASCULINO

0 - 24 anos

Estimativas de 2023

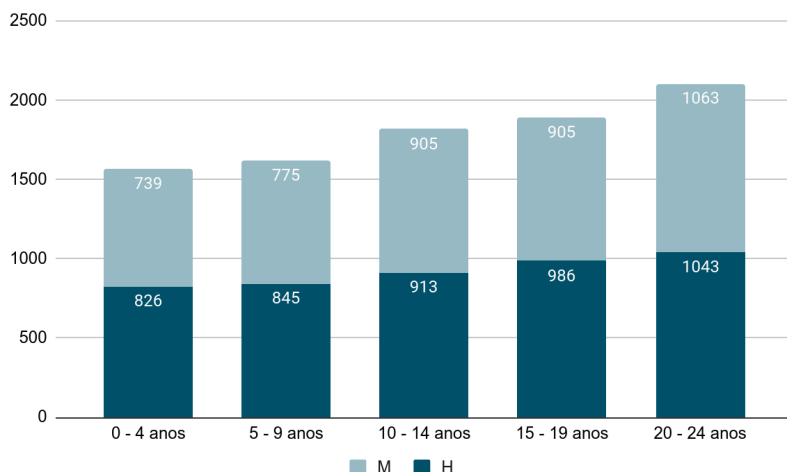


Figura 8 | População dos 0 aos 24 anos, por subgrupos etários e sexo, 2023 (N.º)

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Confirmando o referido, os subgrupos etários mais baixos (0-4 anos e 5-9 anos) são os que detêm menor população, respetivamente 1.565 e 1.620 crianças. Caracterizando a população jovem (0 - 24 anos) por sexo, prevalece o masculino, representando 51,3% da população deste grupo etário.

População idosa

Em sintonia com o que se verifica a nível nacional, o concelho de Esposende encontra-se num processo de envelhecimento populacional, o que comporta desafios estruturais para o presente e o futuro da sociedade, designadamente do ponto de vista social, económico, no acesso a serviços, na dinâmica familiar, entre outros desafios que transcendem a ótica local.



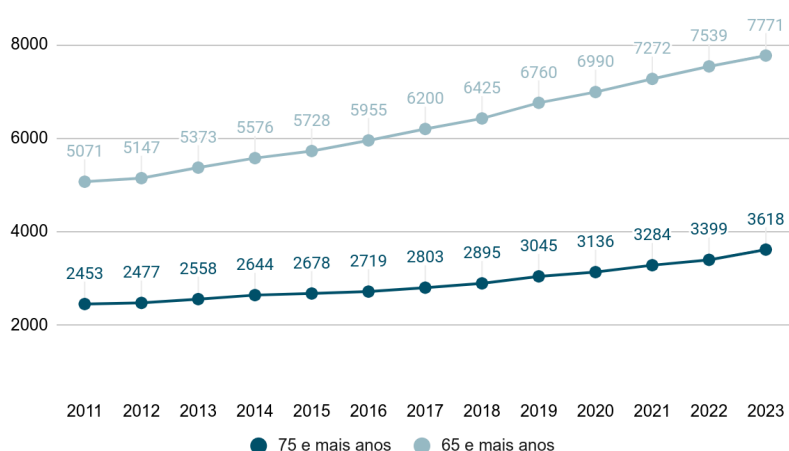
Figura 9 | Pirâmides etárias à data dos Censos 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

No horizonte temporal de duas décadas, o concelho assiste a uma transformação rápida da estrutura etária da população, observando-se uma quase inversão da pirâmide demográfica - passou de uma sociedade mais juvenil e ativa para um mundo social mais envelhecido e vulnerável, transição essa já iniciada à data dos Censos 2011.

À data dos Censos 2021, a população com 65 ou mais anos era de 7.041 pessoas, representando 20,0% da população. De acordo com as estimativas populacionais para 2023, terá aumentado para 7.771 pessoas (20,9% da população total). Este processo de envelhecimento tende a acentuar-se nas próximas décadas.

Nos últimos 10 anos, o número de pessoas idosas aumentou 44,6%, de 5.373 (2013) para 7.771 (2023). Já a população com 75 ou mais anos aumentou 41,4%, de 2.558 (2013) para 3.618 (2023), representando agora 9,7% da população. Estas variações são estruturais a nível societário e terão impacto em diversas dimensões da sociedade.

**20,9%**

Estimativas de 2023

24,1% Portugal

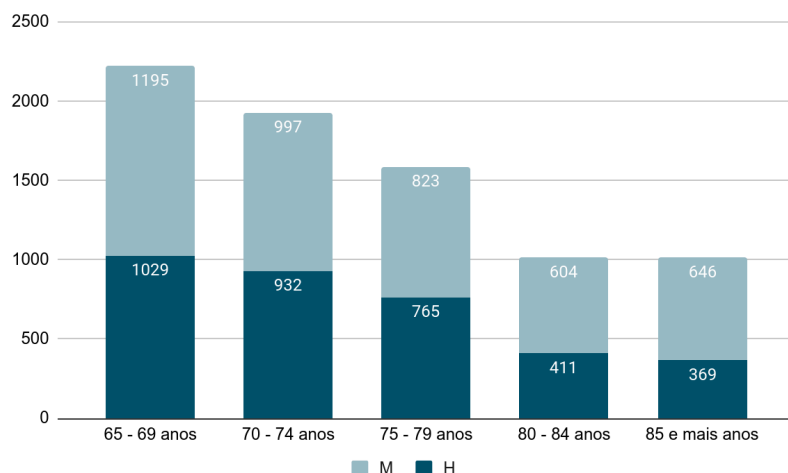
23,8% Norte

20,9% Cávado

Figura 10 | Evolução da população idosa, 2011 a 2023 (N.º)

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Caracterizando a população idosa por sexo, as mulheres prevalecem, correspondendo a 54,9% desta população, proporção que se acentua nas faixas etárias mais elevadas.

**54,9%**

MULHERES

65 + anos

Estimativas de 2023

Figura 11 | População idosa, por subgrupos etários e sexo, 2023 (N.º)

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

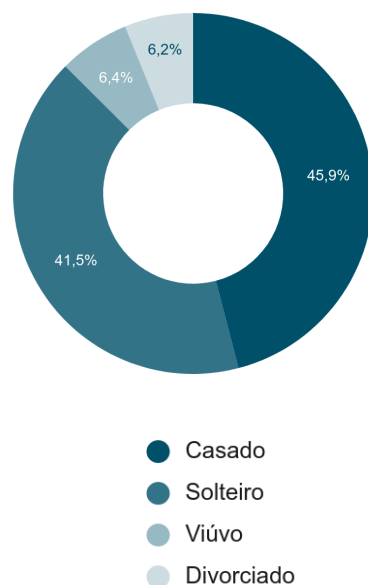
ESTADO CIVIL

Quanto à caracterização da população de Esposende por estado civil, releva-se desde logo o número de mulheres no estado de viuvez, 3,6 vezes mais em número, 1.756, do que os homens, 487.

Acompanhando a tendência da sociedade nacional, a proporção de pessoas casadas tem vindo a diminuir face ao aumento da proporção de pessoas viúvas e divorciadas. Esta tendência aporta novos desafios societários e a necessidade de se preverem novas respostas sociais.

Tabela 3 | População residente por sexo e estado civil segundo os Censos 2011 e 2021

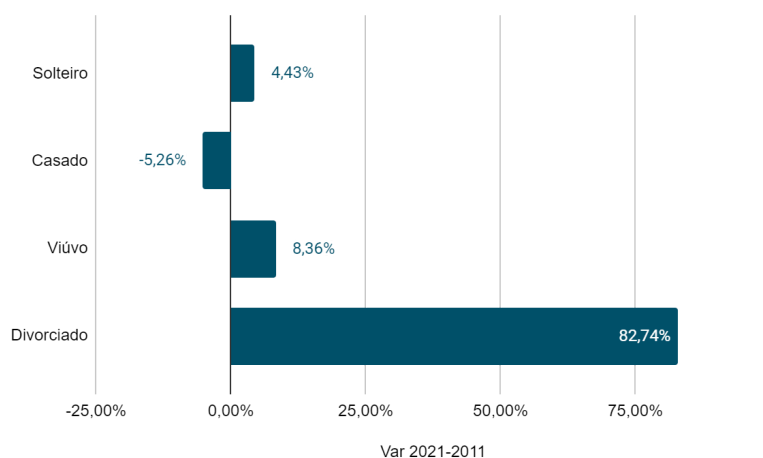
Sexo	Estado civil	2011	%	2021	%	Δ 2021/11
HM	TOTAL	34 254	100,0%	35 132,00	100,0%	2,56%
	Solteiro	13 961	40,8%	14 579	41,5%	4,43%
	Casado	17 035	49,7%	16 139	45,9%	-5,26%
	Viúvo	2 070	6,0%	2 243	6,4%	8,36%
	Divorciado	1 188	3,5%	2 171	6,2%	82,74%
H	TOTAL	16 278	100,0%	16 789,00	100,0%	3,14%
	Solteiro	6 927	42,6%	7 354	43,8%	6,16%
	Casado	8 446	51,9%	8 016	47,7%	-5,09%
	Viúvo	413	2,5%	487	2,9%	17,92%
	Divorciado	492	3,0%	932	5,6%	89,43%
M	TOTAL	17 976	100,0%	18 343,00	100,0%	2,04%
	Solteiro	7 034	39,1%	7 225	39,4%	2,72%
	Casado	8 589	47,8%	8 123	44,3%	-5,43%
	Viúvo	1 657	9,2%	1 756	9,6%	5,97%
	Divorciado	696	3,9%	1 239	6,8%	78,02%



● Casado
● Solteiro
● Viúvo
● Divorciado

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

Face aos censos de 2011 assinala-se um decréscimo de quase 5,3% no número de pessoas casadas e, em oposição, um aumento de 82,7% no número de pessoas divorciadas, revelando-se dinâmicas de alteração da estrutura familiar clássica.



-5,3%
CASADOS
Censos 2011 - 2021

+ 82,7%
DIVORCIADOS
Censos 2011 - 2021

Figura 12 | Variação da população por estado civil entre os Censos 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

Assiste-se ainda a uma variação significativa, de 8,4%, nos casos de viuvez, o que poderá ter explicação no envelhecimento da população e noutros fatores exógenos, como, por exemplo, a pandemia COVID-19.

ESCOLARIDADE

Os Censos 2021 revelam também alterações significativas na escolaridade da população relativamente aos Censos precedentes.

Tabela 4 | População residente por sexo e escolaridade segundo os Censos 2011 e 2021

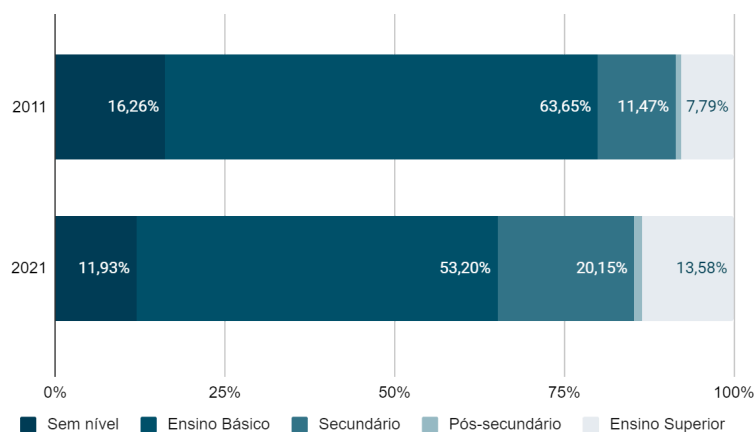
Sexo	Escolaridade	2011		2021		Δ 2021/11
HM	TOTAL	34 254	100,00%	35 132	100,00%	2,56%
	Sem nível	6 415	18,73%	4 521	12,87%	-29,52%
	Ensino Básico	20 451	59,70%	17 846	50,80%	-12,74%
	Secundário	3 880	11,33%	6 708	19,09%	72,89%
	Pós-secundário	256	0,75%	353	1,00%	37,89%
	Ensino Superior	3 252	9,49%	5 704	16,24%	75,40%
H	TOTAL	16 278	100,00%	16 789	100,00%	3,14%
	Sem nível	2 646	16,26%	2 003	11,93%	-24,30%
	Ensino Básico	10 361	63,65%	8 931	53,20%	-13,80%
	Secundário	1 867	11,47%	3 383	20,15%	81,20%
	Pós-secundário	136	0,84%	192	1,14%	41,18%
	Ensino Superior	1 268	7,79%	2 280	13,58%	79,81%
M	TOTAL	17 976	100,00%	18 343	100,00%	2,04%
	Sem nível	3 769	20,97%	2 518	13,73%	-33,19%
	Ensino Básico	10 090	56,13%	8 915	48,60%	-11,65%
	Secundário	2 013	11,20%	3 325	18,13%	65,18%
	Pós-secundário	120	0,67%	161	0,88%	34,17%
	Ensino Superior	1 984	11,04%	3 424	18,67%	72,58%

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



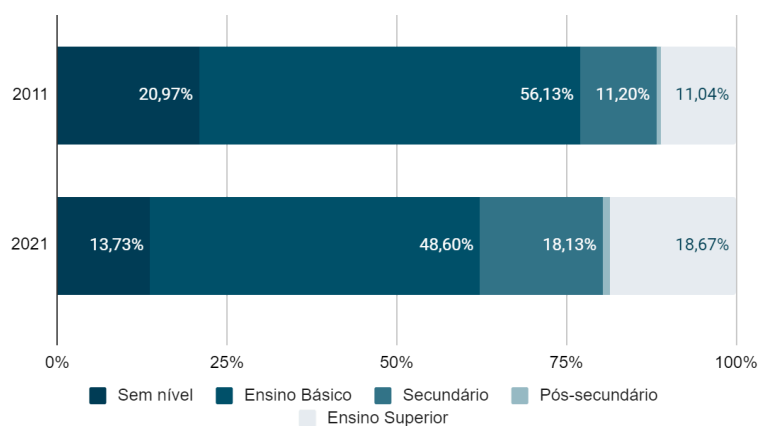
MELHORIA DAS QUALIFICAÇÕES

Entre Censos de 2011 e 2021 verifica-se uma grande evolução ao nível das qualificações da população, destacando-se o número de mulheres com formação superior.



HOMENS

13,6%
**HOMENS C/ FORMAÇÃO
SUPERIOR**
Censos 2021

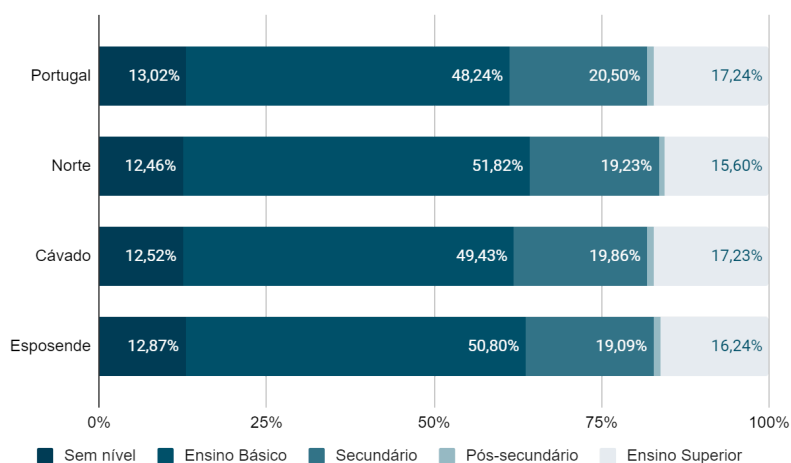


18,7%
**MULHERES C/ FORMAÇÃO
SUPERIOR**
Censos 2021

MULHERES

Figura 13 | Nível de formação da população, segundo os Censos 2011 e 2021, homens e mulheres (%)

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



**POPULAÇÃO COM FORMAÇÃO
SUPERIOR**
Censos 2021

17,2% Portugal
15,6% Norte
17,2% Cávado

Figura 14 | Nível de formação da população face a outros territórios, segundo os Censos 2021 (Total, %)

Fonte: INE, Censos 2021

Avaliando a escolaridade da população por comparação com outros níveis territoriais, Esposende equipara-se com Portugal, o Norte e o Cávado. À data dos Censos de 2021, 16,2% da população detinha formação superior, contra 17,2% da população do Cávado, 15,6% da população da região Norte e 14,2% da população nacional.

NATURALIDADE

Pessoas de nacionalidade estrangeira

Acompanhando uma tendência nacional, Esposende tem fixado uma crescente população de nacionalidade estrangeira¹, que totalizava 2.573 pessoas à data dos Censos 2021, representando 7,3% dos habitantes.

¹ Inclui as pessoas de nacionalidade estrangeira que entretanto obtiveram nacionalidade portuguesa.

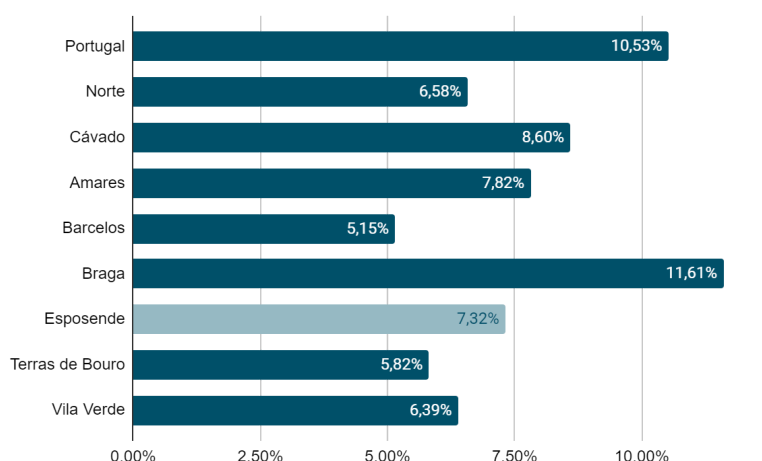
Tabela 5 | Proporção da população de naturalidade estrangeira face à população total, segundo os Censos 2011 e 2021 (%)

Território	Total		Naturalidade estrangeira			
	2011	2021	2011		2021	
Portugal	10 562 178	10 343 066	871 813	8,25%	1 089 023	10,53%
Norte	3 689 682	3 586 586	174 835	4,74%	235 912	6,58%
Cávado	410 169	416 615	22 887	5,58%	35 836	8,60%
Esposende	34 254	35 132	1 946	5,68%	2 573	7,32%

Fonte: INE, Censos 2021

Apresentando um crescimento de mais de 32% face aos Censos de 2011, o crescimento da população de naturalidade estrangeira tem contribuído para solidificar o crescimento demográfico do concelho.

Apesar deste aumento, Esposende mantém uma percentagem de estrangeiros na sua população (7,32%) menor do que a média da sub-região do Cávado (8,6%).

**Figura 15 | Proporção da população de naturalidade estrangeira face à população total, segundo os Censos (%)**

Fonte: INE, Censos 2021

A população estrangeira é heterogénea, tendo origem nos 5 continentes e representando mais de 50 países, numa grande diversidade étnica e cultural.

Estrangeiros com Estatuto Legal de Residente

De acordo com dados publicados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2022 residiram em Esposende 1.301 pessoas com estatuto legal de residente, representando um aumento de 19% face ao ano anterior (1.093 pessoas). Consultando o Sistema de Estatística do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, cujo último ano de informação disponível é o de 2021, destacavam-se nesse ano as pessoas com nacionalidade Brasileira (39,9%), Francesa (8,3%) e Colombiana (5,1%).

2.573

PESSOAS DE NATURALIDADE

ESTRANGEIRA

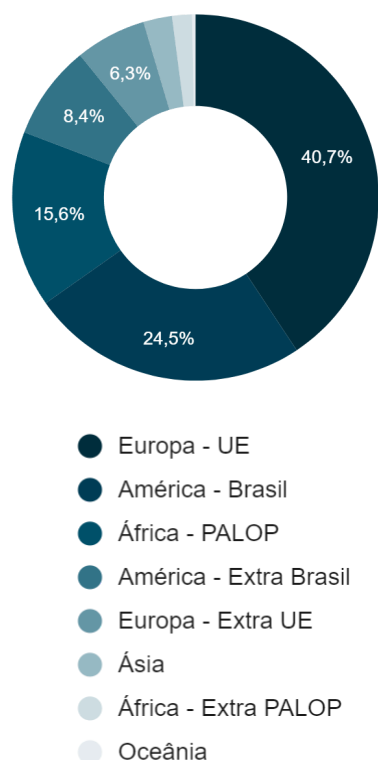
7,3% da população

Censos 2021

10,5% Portugal

6,6% Norte

8,6% Cávado



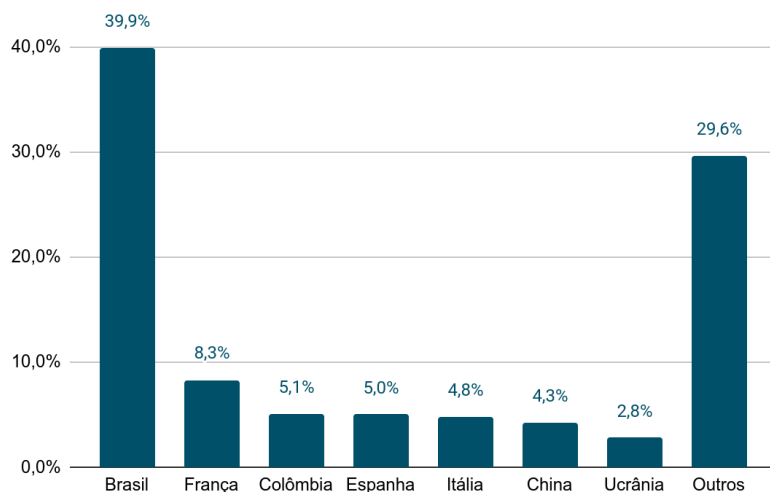


Figura 16 | População com estatuto legal de residente, por nacionalidade, 2021 (%)

Fonte: SEF, Sistema de Estatística



552

ESTRANGEIROS COM ELR

2022

+19% face a 2021

POPULAÇÃO ATIVA

Acompanhando o crescimento demográfico, a população ativa de Esposende aumentou no período observado entre os censos de 2011 e 2021, mais 1,9%, atingindo 17.339 pessoas, variação ligeiramente acima do ocorrido na média do Cávado, e em contraste com a região Norte e do conjunto nacional que, respectivamente, apresentaram decréscimos de 3,8% e 4,1%.

Em 2021, a população ativa feminina de Esposende quase atinge a paridade com a população ativa masculina, respectivamente, 49,6% versus 50,4%.

Tabela 6 | População ativa, por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021

Território	H		M		HM		Δ 2021/11
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	
Portugal	2 603 574	2 435 468	2 419 793	2 382 510	5 023 367	4 817 978	-4,1%
Norte	924 308	862 925	831 757	825 889	1 756 065	1 688 814	-3,8%
Cávado	105 870	104 049	97 711	101 832	203 581	205 881	1,1%
Esposende	8 850	8 733	8 173	8 606	17 023	17 339	1,9%

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



POPULAÇÃO ATIVA

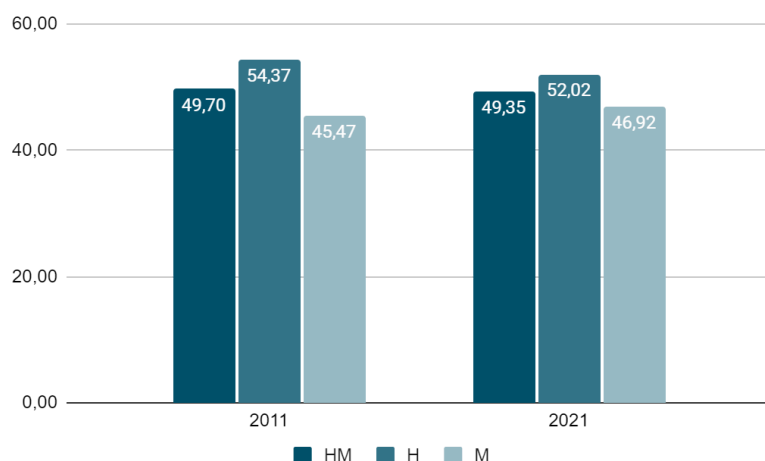
Censos 2021

+ 1,9% face a Censos 2011

Taxa de atividade da população residente

A Taxa de Atividade da população residente² define a relação entre a população ativa (população empregada e desempregada) e o total da população residente. Analisando a taxa de atividade por sexo, constata-se a disponibilidade crescente da população feminina para participar na atividade económica, mas ainda aquém da população masculina.

² Não confundir com a taxa de atividade da população com 15 ou mais anos de idade.

**TAXA DE ATIVIDADE**

Censos 2021

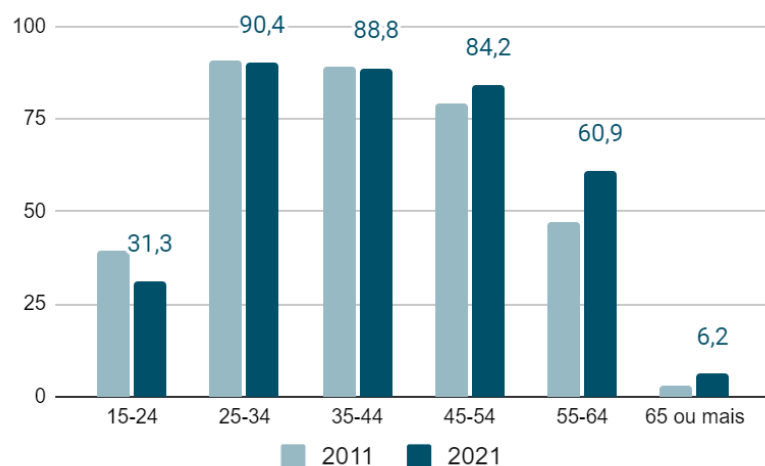
52,0% - Homens

46,9% - Mulheres

Figura 17 | Taxa de atividade da população residente por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021(%)

À data dos Censos 2021, a população ativa representava 49,4% da população. No que concerne à taxa de atividade por grupo etário, observa-se o padrão que prevalece na região.

De 2011 para 2021, salienta-se a dissonância entre a redução da taxa de atividade da população mais jovem e o aumento da taxa da população mais avançada, acompanhando a evolução da estrutura etária da população. Os jovens permanecem mais tempo no sistema de ensino, nomeadamente, no superior, atrasando o início da sua atividade económica ou disponibilidade para trabalhar, e verifica-se que aumenta a capacidade (necessidade) de manter as pessoas empregadas durante mais tempo.

**POPULAÇÃO ATIVA c/ 55+ ANOS**

Em tendência crescente

Figura 18 | Taxa de atividade por grupo etário, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)

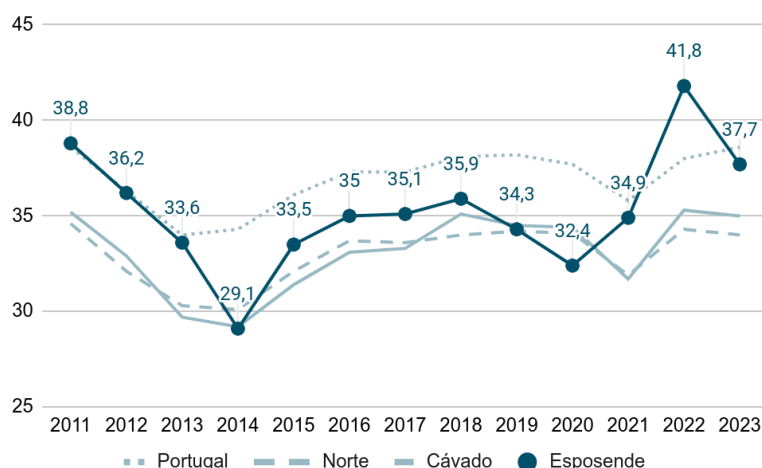
Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

1.2.4 INDICADORES DEMOGRÁFICOS

A dinâmica populacional apresentada por Esposende é espelhada num conjunto de indicadores demográficos que a seguir se apresentam.

FECUNDIDADE, NATALIDADE E MORTALIDADE

Em 2023, a taxa de fecundidade geral situou-se em 37,7 nados-vivos por cada 1000 mulheres em idade fértil (dos 15 aos 49 anos), a mais elevada da sub-região do Cávado, e bastante superior à taxa verificada na região Norte, mas, ainda assim, abaixo da taxa observada no país.



TAXA DE FECUNDIDADE GERAL

2023

Acima da taxa do Norte e do Cávado,
mas abaixo da nacional

Figura 19 | Taxa de fecundidade, entre 2011 e 2023 (‰)

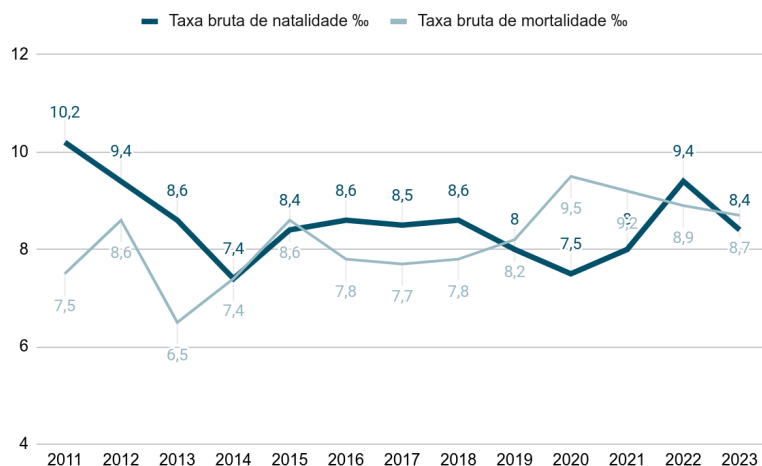
Fonte: INE, Indicadores demográficos

Em última instância, a demografia depende do comportamento da natalidade e da mortalidade.

A natalidade é condicionada por fatores biológicos, culturais e socio-económicos, como a educação, o planeamento familiar, a emancipação feminina, o rendimento, a habitação, entre outros, pelo que a inversão da sua tendência revela-se desafiante.

Entre 2011 e 2014 registou-se uma tendência de decréscimo acentuado da taxa de natalidade, que recuperou ligeiramente nos anos seguintes, caindo novamente entre 2018 e 2020. Em 2021 e 2022, a taxa cresceu, bem acima do que se verificou no Cávado, no Norte e no país, embora tenha caído novamente no ano de 2023 para valores inferiores à taxa de mortalidade, replicando o que se verificou no Cávado, no Norte e em Portugal, traduzindo um saldo natural negativo.

A taxa de mortalidade, por seu lado, tem acompanhado a média do Cávado. Em 2020 e 2021 verificaram-se valores mais elevados e a justificação poderá residir nos efeitos pandémicos da COVID-19 e na vulnerabilidade da população mais envelhecida. Não obstante, Esposende regista uma taxa de mortalidade inferior à verificada a nível da região Norte e do país. Os censos de 2011 registaram 7,5 óbitos por 1000 habitantes, número que atingiu 9,2, em 2021, e 8,7, em 2023.

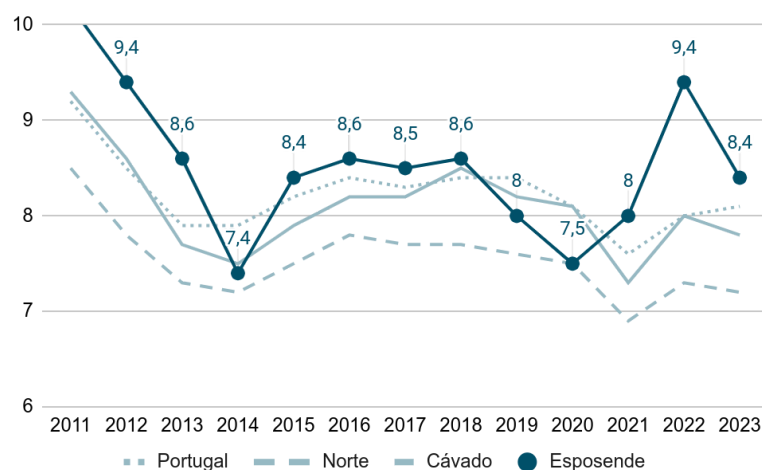


MORTALIDADE SUPERIOR À NATALIDADE

2023

Figura 20 | Evolução Taxa bruta de natalidade vs Taxa bruta de mortalidade, 2011-2023(‰)

Fonte: INE, Indicadores demográficos



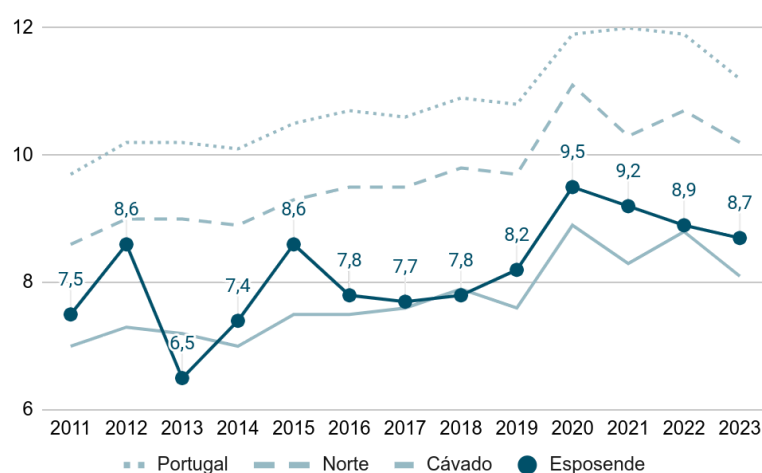
TAXA BRUTA DE NATALIDADE

2023

superior à do Cávado, do Norte e à nacional

Figura 21 | Taxa bruta de natalidade, entre 2011 e 2023 (‰)

Fonte: INE, Indicadores demográficos



TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

2023

superior à do Cávado (8,1‰)

Figura 22 | Taxa bruta de mortalidade, entre 2011 e 2023 (‰)

Fonte: INE, Indicadores demográficos



SALDOS POPULACIONAIS

Por força de uma taxa bruta de mortalidade superior à taxa bruta de natalidade, o saldo natural da população de Esposende foi ligeiramente negativo em 2023 (-10 pessoas).

Já o saldo migratório de Esposende apresenta saldos positivos desde 2016, revelando capacidade atrativa e de fixação de novos residentes. Esta tendência tem contribuído para saldos globais populacionais positivos desde aquele ano, numa trajetória de crescimento demográfico assinalável.

O resultado da conjugação dos saldos é facilmente perceptível na figura seguinte.

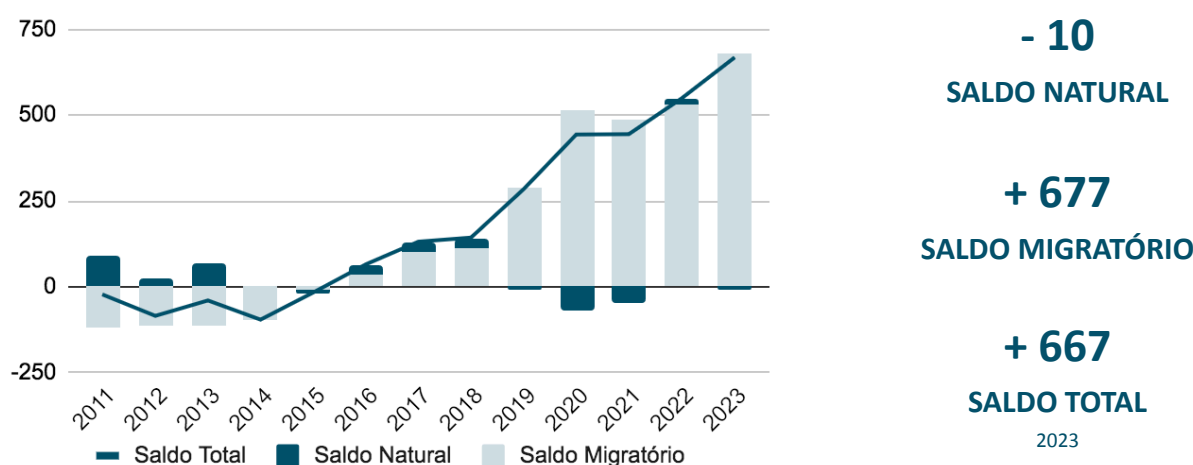


Figura 23 | Saldo Natural, Migratório e Total, entre 2011 e 2023 (N.º)

Fonte: INE, Indicadores demográficos



ÍNDICES DE ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE

Embora Esposende apresente saldos populacionais positivos desde 2016, as taxas de natalidade e de fecundidade geral são baixas. Por outro lado, assiste-se ao aumento da esperança média de vida, o que resulta num envelhecimento progressivo da população. O crescimento demográfico coexiste com alterações do padrão de distribuição da população pelos grupos etários. Entre 2011 e 2023, a população idosa (mais de 65 anos) aumentou quase 54% e verifica-se a diminuição de 9% da população nos níveis etários inferiores a 25 anos. Constata-se o envelhecimento gradual da população, mimetizando o desafio demográfico nacional e europeu.

Em 2023, o índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos (população idosa) com a população dos 0 aos 14 anos (população jovem), atingiu o valor de 155,3 idosos por cada 100 jovens, uma variação de 74% face a 2011 (89), o que atesta o ritmo acelerado do envelhecimento. Ainda assim, o índice de envelhecimento de Esposende está abaixo da média da sub-região Cávado (161,3), da região Norte (197,4) e do País (188,1).

Apesar do envelhecimento em curso no Cávado e em Esposende, o índice de longevidade³ da sub-região e, mormente, o do município, registam ainda valores inferiores às médias regionais e nacionais. O índice de longevidade de Esposende em 2023 foi de 46,6, acima da sub-região (45,7), mas menor do que o do Norte (47,0) e do país (49,1).

Tabela 7 | Índices de envelhecimento e de longevidade, 2021 a 2023 (N.º)

Território	Índice de envelhecimento			Índice de longevidade		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Portugal	181,3	184,4	188,1	48,7	48,7	49,1
Norte	185,0	191,0	197,4	46,5	46,4	47,0
Cávado	149,0	154,9	161,3	45,3	45,0	45,7
Esposende	148,3	150,9	155,3	45,2	45,1	46,6

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

A evolução do envelhecimento no município é revelada pelo respectivo índice nos valores observados em 2011, 2021 e 2023.

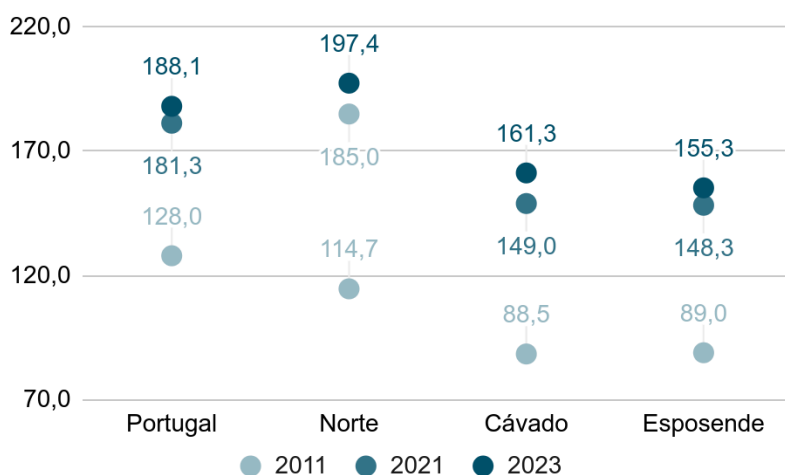


Figura 24 | Índice de envelhecimento, 2011, 2021 e 2023

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente



ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA

As baixas taxas de natalidade verificadas nas últimas décadas contribuem para que o Índice de dependência de jovens, quociente entre o número de pessoas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, tenha diminuído 14,6% no horizonte 2011-2023, convergindo para o valor nacional.

A propulsão do envelhecimento é visível na variação do Índice de dependência de idosos, quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, que atingiu 31,9, mais 49% do que em 2011 (21,4).



46,6

ÍNDICE DE LONGEVIDADE

2023

49,1 Portugal
47 Norte
45,7 Cávado

155,3

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

155 idosos por cada 100 jovens
2023

188,1 Portugal
197,4 Norte
161,3 Cávado



31,9

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS

2023

38,2 Portugal
37,1 Norte
31,5 Cávado

³ quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

Da conjugação da evolução dos índices de dependência de jovens e de idosos, resulta um Índice de dependência total crescente nos últimos anos, atingindo 52,4 em 2023, ligeiramente superior ao verificado na sub-região Cávado e inferior ao verificado no Norte e no país.

Tabela 8 | Índices de dependência, 2023

Território	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência total
Portugal	20,3	38,2	58,5
Norte	18,8	37,1	55,8
Cávado	19,5	31,5	51,0
Esposende	20,5	31,9	52,4

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

52,4

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL

2023

58,5 Portugal

55,8 Norte

51,0 Cávado

1.3 ESTRUTURA FAMILIAR

A família é um pilar basilar da sociedade, a partir do qual se aprende e se cresce, influenciando em grande medida as possibilidades de desenvolvimento de cada pessoa. Assume hoje vários modelos, sintoma das novas formas de relacionamentos e laços afetivos e ou económicos. Do ponto de vista estatístico, ganha prevalência o termo “Agregado doméstico privado”⁴, que nos Censos 2021 substituiu a terminologia “Família Clássica”, um novo conceito mais assente na vivência num mesmo alojamento e numa economia comum do que em relações matrimoniais e de parentesco. Os conceitos estatísticos adaptam-se aos novos comportamentos sociais, procurando descrever a realidade, que desde há várias décadas tem apresentado dinâmicas de alteração da estrutura familiar clássica, como seja o aumento de nados vivos fora do casamento ou a diminuição do número de casamentos católicos. Contudo, no presente documento, para facilitar a leitura, usamos indistintamente os termos “família” e “agregado”.

A nível nacional, os Censos 2021 confirmaram alterações fundamentais na estrutura familiar, das quais se destacam:

- a diminuição média dos agregados domésticos e do número médio de filhos;
- o aumento do número de agregados unipessoais e, dentro destes, o aumento dos constituídos por pessoas idosas;
- o aumento do número de divórcios e de agregados monoparentais, nos quais as mães com filhos assumem a grande proporção.

Esposende não se afasta desta dinâmica. À data dos Censos 2021, contava com 12.418 agregados domésticos privados, dos quais 12.409 residiam em alojamentos familiares clássicos⁵.

Nos agregados familiares clássicos predominam os que são constituídos por 2 e por 3 pessoas, relevando-se a existência de 2.248 agregados unipessoais. De facto, a dimensão média das famílias clássicas de Esposende diminuiu de 3,1 pessoas / família, nos Censos 2011, para 2,8, nos Censos 2021.

Tabela 9 | Agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por dimensão, à data dos Censos 2021 (N.º)

Território	Total	N.º de pessoas do agregado doméstico privado								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9 ou +
Cávado	149 713	26 732	44 247	36 293	30 419	8 210	2 769	747	187	109
Esposende	12 409	2 248	3 531	2 855	2 523	801	304	101	30	16

Fonte: INE, Censos 2021

2,8
DIMENSÃO MÉDIA DOS
AGREGADOS

Censos 2021

2,5 Portugal

A diminuição da dimensão média das famílias não é socialmente inócua, porque em casos de desagregação ou instabilidade familiar, por doença, desemprego, violência doméstica, separação, morte, ou outro evento, as condições de vivência e bem-estar social podem deteriorar-se facilmente, na medida em que a sustentabilidade familiar passa a estar dependente de poucas ou de só uma pessoa. Por outro lado, aumenta o risco de isolamento social.

⁴ INE, O que nos dizem os Censos sobre as estruturas familiares.

De acordo com o Sistema de Metainformação do INE, o agregado doméstico privado é “entendido como o “Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior”.

⁵ De acordo com o Sistema de Metainformação do INE, o Alojamento Familiar Clássico é o “Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros)”.

No novo contexto social, os agregados domésticos unipessoais ganham relevância. À data dos Censos 2021, totalizavam 2.248 em alojamentos familiares clássicos, correspondendo a 18,1% do total (24,8% em Portugal). Com o aumento da esperança média de vida, as famílias unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos de idade também têm aumentado, criando um contexto potencial de isolamento social. À data dos Censos, 8,5% dos agregados unipessoais eram constituídos por pessoas idosas.

Tabela 10 | Proporção de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)

Território	2011	2021
Portugal	10,1	12,5
Norte	8,3	10,7
Cávado	6,1	8,4
Esposende	6,3	8,5

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

2.248
AGREGADOS UNIPessoais
dos quais
8,5%
65+ ANOS
Censos 2021

No contexto da vulnerabilidade social das famílias de menor dimensão, destaca-se ainda a singularidade das famílias monoparentais. Na análise intercensitária de 2011 e 2021, observa-se que, em Esposende, tal como nos restantes municípios do Cávado, aumentou o número desta tipologia familiar.

Tabela 11 | Proporção de núcleos familiares monoparentais (%), à data dos Censos 2011 e 2021

Território	2011	2021
Portugal	14,89	18,54
Norte	13,75	16,83
Cávado	13,35	16,01
Esposende	12,83	15,52

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

15,5%
NÚCLEOS FAMILIARES
MONOPARENTAIS
Censos 2021

À data dos Censos 2021, existiam em Esposende 1.663 núcleos familiares monoparentais, sendo visível a grande exposição das mães com filhos (84,8% do total) à vulnerabilidade social.

Tabela 12 | Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência à data dos Censos 2021

Território	Total	Pai com filhos	Mãe com filhos
Portugal	579 971	83 629	496 342
Norte	186 523	25 439	161 084
Cávado	20 218	2 702	17 516
Esposende	1 663	253	1 410

Fonte: INE, Censos 2021

84,8%
MÃE COM FILHOS
Censos 2021

85,6% Portugal

Neste contexto de agregados de menor dimensão, assumem maior impacto factores como as baixas qualificações e rendimentos, as dependências, a saúde mental frágil, o desemprego, o idadismo, a violência doméstica, o custo da habitação ou a própria desagregação familiar por morte ou divórcio, colocando as pessoas em maior risco de pobreza e exclusão social.

DIMENSÕES SOCIAIS 2

SAÚDE		2.1
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÕES		2.2
SEGURANÇA		2.3
ECONOMIA E EMPREGO		2.4
CULTURA, DESPORTO E LAZER		2.5
HABITAÇÃO		2.6
POBREZA, DESIGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		2.7

2.1 SAÚDE

2.1.1 REDE DE SAÚDE

A par da rede privada, o concelho de Esposende é servido por uma rede de serviços públicos de saúde integrados recentemente na Unidade Local de Saúde de Barcelos/Esposende, E.P.E., que agregou o Hospital de Santa Maria Maior e o ACES Cávado III – Barcelos/Esposende (Cfr. Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro). Esta reestruturação teve como objetivo melhorar o acesso aos cuidados de saúde e a sua qualidade, através de uma estratégia de proximidade e de integração de cuidados primários. A rede de serviços públicos de saúde de Esposende é constituída pelas seguintes unidades:

- Unidades de Saúde Familiar (USF): USF EntreMarés, USF Esposende Norte e USF Farol Esposende;
- Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC): UCC ConVidaSaúde.

Esposende partilha com o município vizinho de Barcelos alguns serviços do SNS, nomeadamente:

- Unidade de Saúde Pública (USP): USP Barcelos/Esposende;
- Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP): URAP Barcelos/Esposende;
- Junta Médica de Avaliação de Incapacidades (JMAI): JMAI - Barcelos/Esposende; e
- Gabinete do Cidadão Barcelos/Esposende.

OFERTA DE PROFISSIONAIS

A oferta crescente de médicos em Esposende na última década é notória, com reflexos positivos na cobertura do número de habitantes por médicos. A melhoria é superior ao ocorrido a nível regional e nacional, mas ainda regista um défice de médicos de quase 19% face à média nacional. A oferta adicional de cobertura médica para níveis equivalentes à média nacional contribuirá, a prazo, para reforçar a valorização de estilos de vida saudáveis da população de Esposende.

Tabela 13 | Médicos por 1000 habitantes, 2011, 2021 e 2022 (N.º)

Território	2011	2021	2022
Portugal	4,10	5,70	5,80
Norte	3,80	5,70	5,90
Cávado	3,20	5,60	5,70
Esposende	2,30	4,70	4,70

Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde



4,7

MÉDICOS / 1000 HAB.

2022

Também ao nível da oferta do número de enfermeiros se registaram melhorias significativas na última década, aumentando o número de enfermeiros por 1000 habitantes, de 2,8, em 2011, para 4,2, em 2021, regredindo já em 2022 para 4, mantendo-se ainda bastante inferior à média nacional, regional e sub-regional.

Tabela 14 | Enfermeiros por 1000 habitantes, 2011, 2021 e 2022 (N.º)

Território	2011	2021	2022
Portugal	6,1	7,8	7,8
Norte	6,1	7,8	7,9
Cávado	5,3	7,0	6,9
Esposende	2,8	4,2	4,0



4

Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

ENFERMEIROS / 1000 HAB.

2022

UTENTES E COBERTURA DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR

A oferta de medicina geral e familiar e a disponibilidade de médico de família no SNS é um dos fatores mais importantes para a garantia de cuidados de saúde primários acessíveis e de qualidade.

Em junho de 2024, Esposende apresentava uma cobertura de 95,7% da população, através da oferta de 19 médicos de família, que serviam 36.071 utentes, dos quais, 1.488 continuavam sem médico de família.

O número médio de utentes inscritos por médico de família ascendia a 1.898 utentes.

Tabela 15 | Utentes com e sem médico de família, junho de 2024

Unidade Funcional	Nº Médicos	Utentes com médico de família		Utentes sem médico de família	
		%	Nº.	%	Nº.
USF EntreMarés	5	84,76%	8 273	15,24%	1 488
USF Esposende Norte	10	100,00%	18 992		
USF Farol Esposende	4	100,00%	7 318		

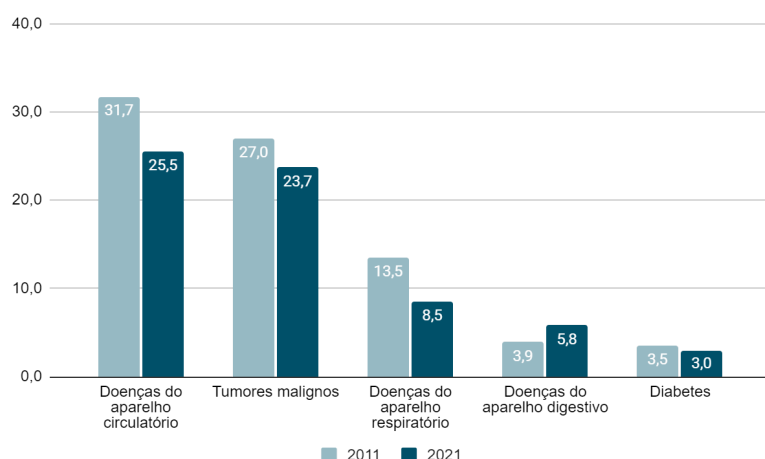
Fonte: BI-SNS, junho de 2024.



2.1.2 DOENÇA E INCAPACIDADES

PRINCIPAIS DOENÇAS

De acordo com a informação dos Censos 2021, as principais doenças que causam a morte repetem-se face aos Censos precedentes, com preponderância dos falecimentos por doenças do aparelho circulatório, por tumores malignos, por doenças do aparelho respiratório e por doenças do aparelho digestivo. A Diabetes assume também uma preponderância significativa como causa de morte, em linha com o sucedido a nível nacional.



PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE POR DOENÇA

Não se assinalam diferenças com o verificado a nível nacional

Figura 25 | Principais causas de morte por doença, 2011 e 2021 (%)

Fonte: INE, DGS/MS - Óbitos por Causas de Morte; PORDATA

Conjunturalmente, a COVID-19 constitui ainda uma doença com grande impacto na sociedade e a estatística de óbitos é reveladora das suas consequências. Em 2020, primeiro ano da pandemia, observou-se um pico de 333 óbitos, entretanto ligeiramente reduzido nos anos seguintes.

Tabela 16 | Óbitos (N.º), 2011, 2019 a 2023

Território	2011	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2023/2011
Portugal	102 848	111 830	123 385	124 836	124 302	118 295	15,02%
Norte	31 579	34 961	40 031	37 124	38 865	37 204	17,81%
Cávado	2 885	3 149	3 714	3 472	3 720	3 443	19,34%
Esposende	259	286	333	329	321	319	23,17%

Fonte: INE, Óbitos

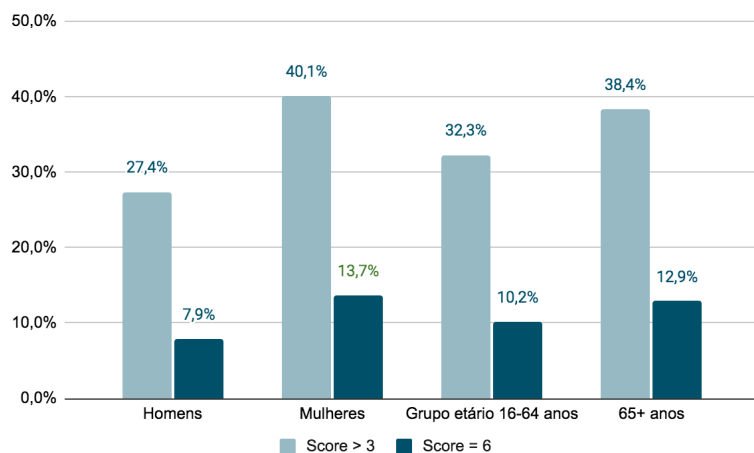
321
ÓBITOS
2023

No que respeita à estatística de óbitos no concelho, assinala-se um aumento considerável na comparação entre 2022 e 2011, de 23,9%, inferior ao que se verificou a nível da sub-região, mas acima do verificado a nível nacional.

SAÚDE MENTAL

A saúde mental é um desafio contemporâneo bem refletido na sociedade portuguesa. De acordo com o estudo do INE decorrente do inquérito às condições de vida e rendimento dos portugueses, ICOR de 2023, 34,3% das pessoas com 16 ou mais anos revelava sintomas de ansiedade generalizada, correspondente a um score de 3 ou mais pontos no modelo *Generalized Anxiety Disorder 2* (GAD-2). Já 11,1% revelava níveis

de ansiedade mais graves, correspondentes ao *score* máximo (6) do respetivo modelo. Não dispondo de dados desagregados a nível municipal, mantém-se a pertinência das conclusões para o território de Esposende.



ANSIEDADE GENERALIZADA

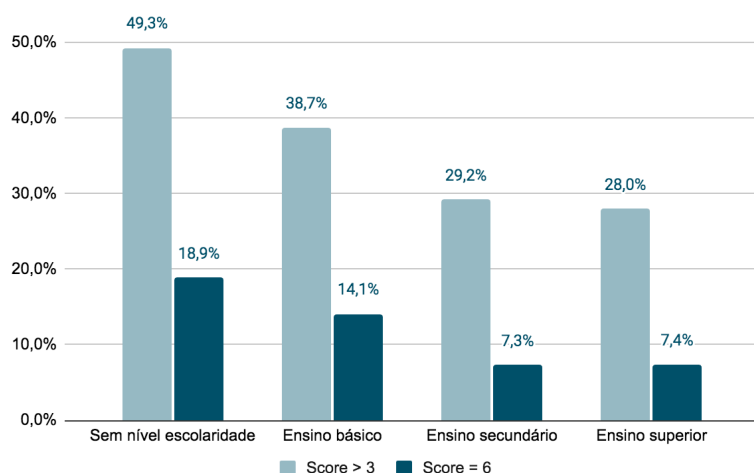
GAD-2 (ICOR 2023)



40,1%
NAS MULHERES

Figura 26 | Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por sexo e grupo etário, Portugal, 2023.

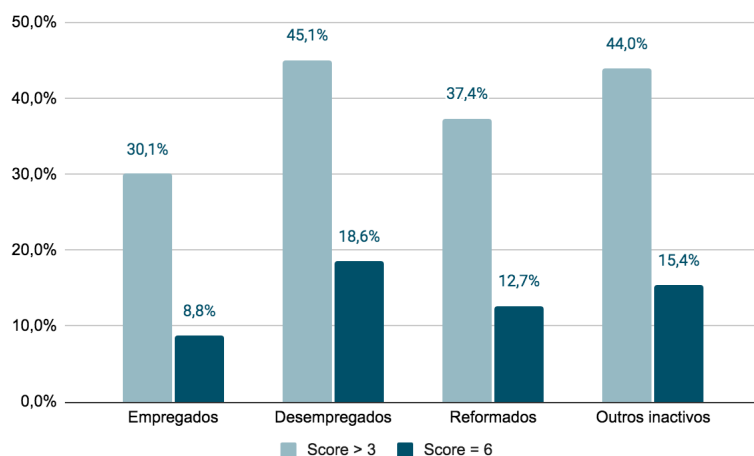
Fonte: INE, Estatísticas da Saúde - 2022



38% - 50%
NAS PESSOAS COM
BAIXA ESCOLARIDADE

Figura 27 | Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por escolaridade, Portugal, 2023 (%)

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde - 2022



45%
NAS PESSOAS
DESEMPREGADAS E INATIVAS

Figura 28 | Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por situação face ao emprego, Portugal, 2023 (%)

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde - 2022

As principais conclusões são de que a ansiedade generalizada é mais prevalente nas mulheres, na população idosa, nas pessoas sem nível de escolaridade ou com baixo nível e nas pessoas desempregadas ou inativas.

A sobrecarga de trabalho e a dificuldade em conciliar a vida pessoal, profissional e familiar poderá justificar a maior incidência nas mulheres. Por outro lado, os menores rendimentos e dificuldades de acudir à carestia de vida, deverá afetar em maior número os desempregados e a população sem qualificação.

INCAPACIDADES

De acordo com o INE, a forma de observação da temática da deficiência foi alterada nos Censos 2011 em virtude das novas recomendações internacionais, nomeadamente as resultantes do *Washington Group on Disability Statistics*.

A avaliação baseada em diagnósticos de deficiências deu lugar a uma avaliação que privilegia a funcionalidade e a incapacidade como o resultado de uma interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais, tendo sido observados seis domínios de funcionalidade (ver, ouvir, andar, memória/concentração, tomar banho/vestir-se sozinho e compreender/fazer-se entender), através da avaliação do grau de dificuldade que o indivíduo sente (autoavaliação), diariamente, na realização de determinadas atividades.

Nos Censos 2021, esta variável foi observada sob a forma de resposta facultativa, e apenas para a população com 5 ou mais anos.

Nestes termos, à data dos últimos Censos, em Esposende residiam 3.493 pessoas com 5 ou mais anos com alguma ou várias das 4 principais incapacidades⁶, o que representava 10,4% da população com 5 ou mais anos. É de notar que esta proporção é semelhante à verificada à escala territorial do Cávado (10,1%), do Norte (11,1%) e de Portugal (10,5%).

Tabela 17 | Taxas de prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos para os quatro domínios essenciais da funcionalidade*, Censos 2021

Território	População residente com 5 ou mais anos		População residente com 5 ou mais anos com incapacidade	
	N.º	%	N.º	%
Portugal	9 935 472	100	1 085 472	10,5
Norte	3 452 488	100	383 570	11,1
Cávado	399 583	100	40 272	10,1
Esposende	33 673	100	3 493	10,4

Fonte: INE, Censos 2021

* (Ver, Ouvir, Andar ou subir degraus, Memória/Concentração)



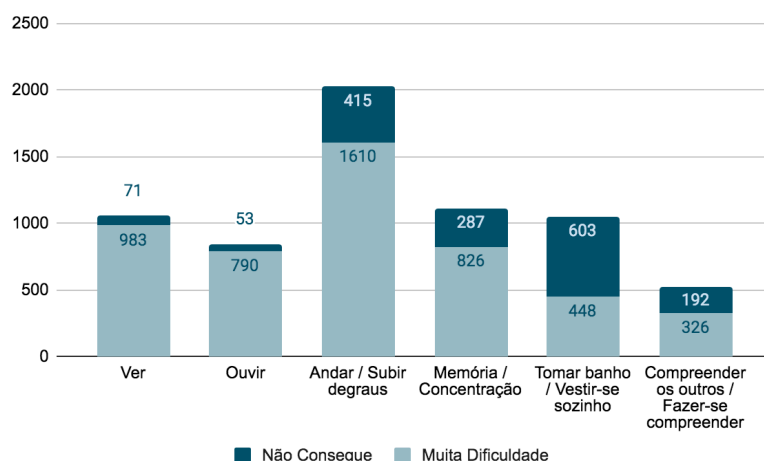
Pessoas com 5 ou mais anos que indicam ter muita dificuldade ou não conseguir realizar de todo atividade/função em pelo menos um dos 4 domínios essenciais de funcionalidade

Censos 2021

Na figura seguinte detalha-se o número de pessoas residentes no concelho à data dos Censos 2021 com incapacidade, sendo que algumas acumulam mais do que uma. A funcionalidade de mobilidade é a que

⁶ Em conformidade com o modelo "Washington Group Short Set on Functioning" (WG-SS), considera-se existir uma incapacidade quando a pessoa indica ter muita dificuldade ou não conseguir realizar de todo uma das seis atividades/funções específicas do modelo que correspondem aos seis domínios de funcionalidade que são universais: visão, audição, mobilidade, cognição/memória, realização de cuidados pessoais e comunicação.

mais afeta a população com incapacidade, seguido das dificuldades de memória / concentração e tomar banho / vestir-se sozinho, o que poderá ser enquadrável no crescente envelhecimento populacional.

**2.025**

415 - Não consegue andar / subir degraus

1.610 - Tem muita dificuldade

Censos 2021

Figura 29 | População com 5 ou mais anos com incapacidade, por domínios de funcionalidade e grau de incapacidade, Censos 2021 (N.º)

Fonte: INE, Censos 2021

Não cabendo neste diagnóstico a apresentação do perfil detalhado desta população, assinalam-se alguns indicadores que caracterizam a população residente em Portugal com 5 ou mais anos com pelo menos uma incapacidade, à data dos Censos 2021:

- na tipologia de “incapacidades”, a dificuldade em andar/subir degraus é prevalente, afetando 6,1% da população com 5 ou mais anos. Logo a seguir, 3,5% são afetados pela incapacidade em ver, 3,4% pela incapacidade de cognição/memória, e 3,0% têm dificuldade em concretizar cuidados pessoais (tomar banho ou vestir-se sem apoio). Menos de 3% têm dificuldades em ouvir (2,8%) e em comunicar (compreender os outros ou fazer-se compreender (1,5%);
- afeta 62% de mulheres e 38% de homens;
- 57% da população com incapacidade tem 70 ou mais anos;
- 92% vive em contexto familiar e 8% em alojamento coletivo (principalmente, lares);
- 68% das pessoas com incapacidade de mobilidade reside em alojamento sem acessibilidade a cadeira de rodas;
- 72% tem a reforma ou pensão como principal fonte de rendimento;
- 15,6% é população activa (empregada ou desempregada);
- Em termos de “incapacidade severa” (categoria “não consegue realizar de todo”), nos últimos dez anos verificou-se um aumento da prevalência da incapacidade grave ao nível da mobilidade e dos cuidados pessoais, e um decréscimo na dimensão relacionada com a cognição.

Resumindo, as incapacidades aumentam com o envelhecimento e afetam mais as mulheres, coexistindo com outros problemas, como os baixos rendimentos e alojamentos com barreiras à mobilidade.

2.2 EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÕES

2.2.1 ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

ANALFABETISMO

A taxa de analfabetismo cai reiteradamente desde 2001, aproximando-se das médias regionais e nacional, sendo notório o peso do analfabetismo feminino, que se explica pela dificuldade histórica e cultural de acesso à educação por parte das mulheres dos grupos etários mais avançados.

Tabela 18 | Taxa de Analfabetismo por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)

Território	Homens			Mulheres		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	6,3	3,5	2,1	11,5	6,8	4,0
Norte	5,5	3,2	2,0	10,9	6,6	3,9
Cávado	4,7	2,6	1,6	10,3	6,2	3,6
Esposende	3,9	2,1	1,5	10,3	6,2	3,5

Fonte: Pordata, Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo



3,5%

ANALFABETISMO FEMININO

1,5%

ANALFABETISMO MASCULINO

Censos 2021

PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Apesar da evolução positiva, o concelho ainda apresenta taxas brutas e reais de escolarização abaixo da sub-região Cávado. Começando pela taxa real de pré-escolarização, constata-se que se situa aquém das médias do Cávado e do Norte no ano letivo de 2022/23.

Tabela 19 | Taxa real de pré-escolarização (%)

Território	Taxa real de pré-escolarização	
	2012/2013	2022/2023
Continente	87,6	94,1
Norte	92,2	96,5
Cávado	94,4	99,9
Esposende	90,2	94,8

Fonte: DGEEC, Regiões em Números - Educação - Continente - 2012/2013 e Dashboard Educação em números 2022/2023

94,8%

**TAXA REAL DE
PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO**

2022/2023

No que concerne às taxas brutas de escolarização no ensino básico e no ensino secundário, verifica-se alguma estabilidade nos valores atingidos entre 2012 e 2022, mas ainda distantes das taxas observadas na sub-região. Esta maturidade das taxas poderá ser explicada pelo facto de parte da população estudantil de Esposende frequentar escolas de concelhos vizinhos.

Tabela 20 | Taxas brutas de escolarização (%)

Território	Ensino básico		Ensino secundário	
	2012/2013	2021/2022	2012/2013	2021/2022
Continente	112,0	110,3	121,6	127,5
Norte	110,4	108,2	118,7	126,4
Cávado	106,4	107,6	126,5	123,8
Esposende	104,4	102,3	97,0	97,7

Fonte: DGEEC, Regiões em Números - Educação - Continente - 2012/2013

97,7%
**TAXA BRUTA DE
ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO
SECUNDÁRIO**
2021/2022

POPULAÇÃO COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO

A proporção da população com 18 e mais anos de idade que concluiu o ensino secundário aumentou de 27% (censos 2011) para 43,2% (censos 2021), mas ficando ainda ligeiramente aquém da média do Cávado e de Portugal.

Tabela 21 | Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (% sobre a população com 18 e mais anos de idade)

Território	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	31,70	29,88	33,32	45,64	44,14	46,97
Norte	27,91	26,10	29,52	41,73	40,27	43,02
Cávado	29,77	27,46	31,83	45,13	43,50	46,58
Esposende	27,00	25,57	28,26	43,17	42,13	44,08

Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021

43,2%
**POPULAÇÃO COM PELO MENOS
O ENSINO SECUNDÁRIO**
Censos 2021
% sobre a população com 18 e
mais anos de idade

O aumento da população com o ensino secundário completo é notável no grupo etário entre os 20 e os 24 anos: 92% dos jovens dessa faixa etária têm formação secundária, superando todos os territórios em comparação.

Tabela 22 | Proporção da população residente entre 20 e 24 anos de idade com pelo menos o ensino secundário completo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)

Território	2011	2021
Portugal	60,80	83,66
Norte	59,97	86,14
Cávado	63,91	90,17
Esposende	60,58	92,01

Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021

92%
**POPULAÇÃO DE 20-24 ANOS
COM PELO MENOS O ENSINO
SECUNDÁRIO**
Censos 2021

2.2.2 POPULAÇÃO ESTUDANTIL

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL

Em linha com a diminuição da população jovem, constata-se uma tendência de diminuição do número de alunos matriculados no Cávado e no concelho. Analisando comparativamente o ano letivo 2022/2023 com o ano de 2015/2016, verifica-se uma variação negativa de quase 3% no Cávado, que, com excepção de Braga, é acompanhado pela diminuição registada nas restantes escalas territoriais. Em Esposende há uma diminuição de 66 alunos inscritos (-1,2%), mas proporcionalmente inferior à redução na sub-região.

Tabela 23 | Evolução do n.º de alunas/os matriculados no Cávado e em Esposende

Território	Público			Privado		
	2015/16	2022/23	Δ%	2015/16	2022/23	Δ%
Cávado	53 051	50 422	-4,96%	15 763	16 355	3,76%
Esposende	4 667	4 717	1,07%	702	586	-16,52%

Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Dashboard Educação em números



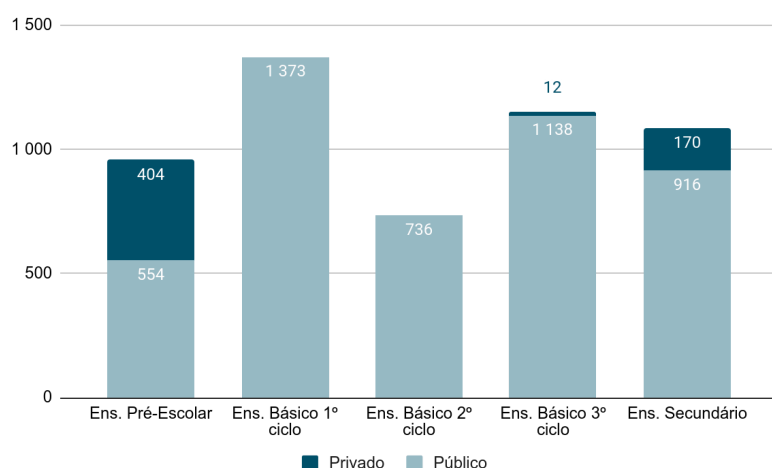
ALUNOS NA REDE ESCOLAR

2022/2023

Analisando a população estudantil por sexo, no ano letivo de 2022/2023 o sexo masculino representava 51,9% desta população (2.750 alunos) e o sexo feminino 48,1% (2.553 alunas).

ALUNAS/OS POR CICLO E MODALIDADES DE ENSINO

Para uma observação analítica mais detalhada apresenta-se na figura seguinte a distribuição à escala municipal do número de alunas/os matriculados no ano letivo de 2022/2023 por nível de ensino e natureza do estabelecimento de ensino.



REDE PRIVADA COM MAIOR RELEVÂNCIA NO PRÉ-ESCOLAR

2022/2023

Figura 30 | Alunas/os matriculados por nível de ensino e natureza dos estabelecimentos, 2022/2023 (N.º)

Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Dashboard Educação em números

Tabela 24 | Alunas/os matriculados no ensino secundário: total e por modalidade de ensino, 2022/2023 (N.º)

Território	Total	Cursos Gerais	Cursos de Aprendizagem	Cursos Profissionais	Cursos orientados para adultos
Cávado	16 672	9 597	878	4 518	1 679
Esposende	1 086	670	-	292	124

Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Dashboard Educação em números

26,9%

ALUNOS EM CURSOS PROFISSIONAIS

2022/2023

No que concerne ao ensino secundário, é particularmente relevante perceber a distribuição dos alunos por modalidades de ensino, uma vez que este nível de formação se encontra mais próximo do início da vida profissional dos jovens.

Predomina a frequência dos cursos gerais, que tem como via preferencial a continuidade dos estudos, o ingresso no ensino superior.

O ensino profissional também apresenta atratividade, representando cerca de 27% das opções, em linha com a média do Cávado.

ALUNAS/OS ESTRANGEIROS

Com o aumento da imigração em curso, a população estudantil reformula-se. No município de Esposende, no ano letivo de 2023/2024, estão matriculados 439 crianças/jovens estrangeiros. A integração dos alunos/os estrangeiros na escola e, em geral, na sociedade, é um desafio e emerge a necessidade de se implementarem ações específicas conducentes ao seu sucesso escolar.

ALUNAS/OS COM MEDIDAS INCLUSIVAS

A tendência de aumento no número de alunos/os com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão é também visível à escala municipal da NUTS III Cávado. Em Esposende, nos últimos 3 anos letivos, o aumento de 15,8% é bastante acima do verificado na média da sub-região.

Tabela 25 | Alunos com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, 2020/2021 a 2022/2023 (N.º)

Território	2020/21	2021/22	2022/23	Δ 2023/23 vs 2021/20
Cávado	2512	2575	2717	8,16%
Esposende	222	230	257	15,77%

Fonte: Ministério da Educação, DGEEC | "Questionário Educação Inclusiva 2022/2023"



**ALUNOS COM MEDIDAS
INCLUSIVAS**
2022/2023

ALUNAS/OS BENEFICIÁRIOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

No âmbito da transferência de competências no domínio educativo para os municípios, assume particular relevância a Ação Social Escolar (ASE), instrumento fundamental de mitigação da pobreza infantil e de garantia do acesso à educação.

No ano letivo de 2023/2024, beneficiam de ASE 894 crianças e jovens, com origem em agregados familiares com poucos recursos sócio-económicos, medida social que permite atenuar o risco de exclusão social e abandono escolar.

Tabela 26 | Alunos beneficiários de Ação Social Escolar (2023/2024)

Território	1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Secundário		Total	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Cávado	1 360	2 104	742	1 062	1 218	1 805	678	1 356	3 998	6 327
Esposende	101	176	74	106	111	150	52	124	338	556

Fonte: Município



ALUNOS COM ASE
2023/2024

2.2.3 REDE ESCOLAR

ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

De acordo com o Recenseamento Escolar Anual (DGEEC / ME-MCTES), a rede escolar de Esposende é formada por um amplo conjunto de estabelecimentos, abrangendo todos os ciclos de estudos até ao 12.º ano.

Tabela 27 | Distribuição dos estabelecimentos de ensino no município e no Cávado, segundo a natureza e o nível de ensino (N.º)

Nível de Ensino	Esposende	Cávado
Pré-Escolar	15	187
EB 1º ciclo	19	175
Público EB 2º ciclo	4	33
EB 3º ciclo	5	44
Ens. Sec.	1	16
Pré-Escolar	8	62
EB 1º ciclo	0	14
Privado EB 2º ciclo	0	12
EB 3º ciclo	1	16
Ens. Sec.	1	16

Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar Anual, PORDATA, 2024-02-09

ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

Predominam os estabelecimentos públicos

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

A melhoria evidenciada nos principais indicadores educativos é acompanhada pela maior disponibilidade de recursos informáticos nas escolas, o que se demonstra pela evolução positiva do número de computadores disponíveis por aluno. Estes equipamentos e outros recursos visam habilitar as escolas e os alunos para o grande desafio geracional da transição digital.

Tabela 28 | Níveis de modernização tecnológica, 2015/2016 e 2021/2022 (N.º)

Território	N.º médio de alunos/computador			N.º médio de alunos/computador com internet		
	2015/16	2021/22	Δ 22/15	2015/16	2021/22	Δ 22/15
Continente	4,3	1,3	-3	4,8	1,4	-3,4
Norte	3,3	1,3	-2	3,9	1,3	-2,6
Cávado	3,3	1,2	-2,1	3,8	1,3	-2,5
Esposende	2,9	1,1	-1,8	3,2	1,1	-2,1

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2021/2022



DISPONIBILIDADE DE COMPUTADORES E INTERNET

Supera a média do Cávado, do Norte e do país, com progressos nos últimos anos

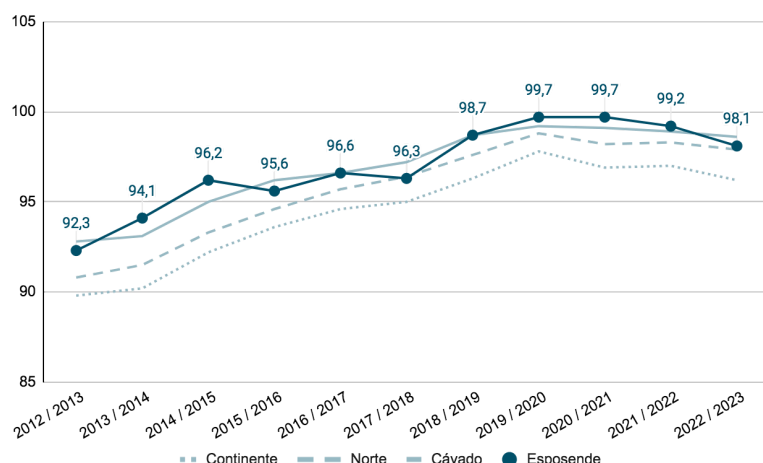
NÚMERO DE DOCENTES

Apesar da diminuição da população jovem e a consequência direta na diminuição da população escolar, o corpo docente tem aumentado entre 2014/15 e 2022/23 na generalidade dos municípios do Cávado, de acordo com DGEEC/ME-MCTES - “Dashboard Educação em números”. Nesse período, Esposende registou uma variação de mais 56 docentes para um total de 503, 120 homens e 383 mulheres.

2.2.4 DESEMPENHO EDUCATIVO

Além da frequência escolar no contexto da escolaridade obrigatória, em última análise importa o reconhecimento de percursos educativos bem sucedidos. Neste sentido, assume importância um conjunto de indicadores de desempenho educativo a nível local, que evidenciam os progressos ou regressões ocorridos e o bom desempenho do sistema educativo local por comparação com outros territórios de referência.

TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

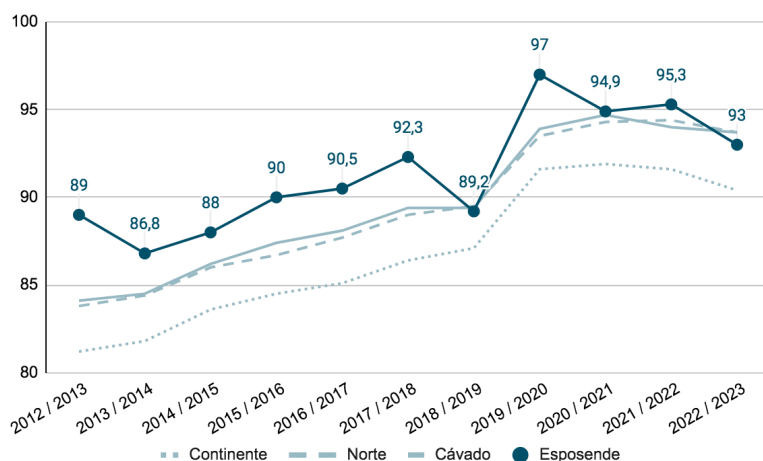


TAXA DE TRANSIÇÃO / CONCLUSÃO DO ENSINO BÁSICO

Acima da média do Norte e do
Continente
2022/2023

Figura 31 | Taxa de transição/conclusão no ensino básico, entre 2013 e 2023 (%)

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2022/2023



TAXA DE TRANSIÇÃO / CONCLUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Abaixo da média do Cávado e do
Norte
2022/2023

Figura 32 | Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, entre 2013 e 2023 (%)

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2022/2023

A taxa de transição/conclusão do ensino básico evoluiu positivamente na última década. No ano letivo de 2022/23, é de 98,1%, situando-se acima das médias do Norte e do Continente e convergindo com a média do Cávado. Também a taxa de transição/conclusão do ensino secundário evoluiu positivamente na década 2013-2023, partindo de 89% em 2012/2013 e atingindo 93% em 2022/2023, mantendo-se ligeiramente abaixo da média do Cávado e do Norte, mas superando a do Continente.

Avaliando a evolução por modalidade de ensino na década 2013-2023, observamos comportamento dispar nos cursos gerais/científico-humanísticos, cuja média atingiu 95,8%, acima das médias do Continente, do Norte e do Cávado, e nos Cursos tecnológicos/profissionais, cuja média de 86,6%, significa uma regressão face a 2012/13, ficando abaixo das referências territoriais.

Todavia, a evolução positiva ainda supera o comportamento verificado na região Norte e no Continente.

Tabela 29 | Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%), por modalidade de ensino, 2012/2013 e 2022/2023

Território	2012 / 2013		2022 / 2023	
	Cursos GCH	Cursos T/P	Cursos GCH	Cursos T/P
Continente	78,5	85,9	90,8	89,8
Norte	80,7	88,6	94,1	92,5
Cávado	79,9	91,1	93,7	93,9
Esposende	84,5	96,9	95,8	86,6

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2022/2023

CURSOS PROFISSIONAIS
Menor taxa de transição/conclusão

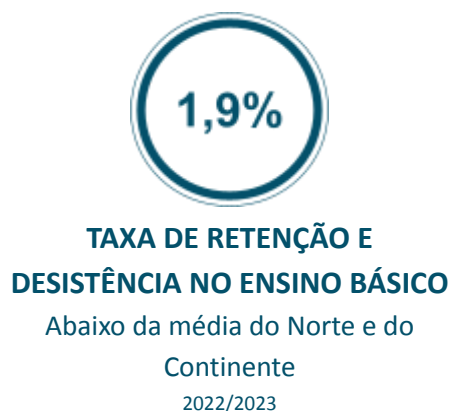
TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA

A taxa de retenção e desistência do ensino básico baixou significativamente a partir de 2018/19, em linha com o Cávado, mas em 2022/23 regista uma inflexão para 1,9%, acima da média da sub-região (1,4%). Todavia, a evolução positiva ainda supera o comportamento verificado na região Norte e no Continente.

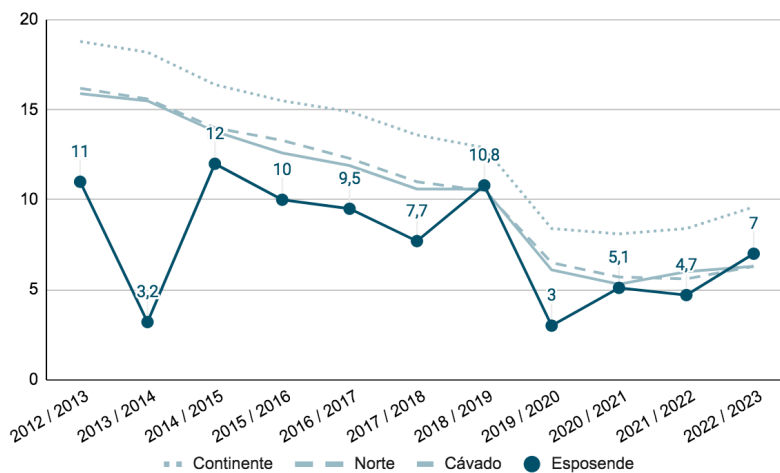
Tabela 30 | Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Público e privado, 2015/2016 a 2022/2023 (%)

Território	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
Continente	6,4	5,4	5	3,7	2,2	3,1	3	3,8
Norte	5,4	4,3	3,6	2,4	1,2	1,8	1,7	2,1
Cávado	3,8	3,4	2,8	1,3	0,8	0,9	1,1	1,4
Esposende	4,4	3,4	3,7	1,3	0,3	0,3	0,8	1,9

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2022/2023



A taxa de retenção e desistência no ensino secundário caiu acentuadamente, considerando que, em 2012/2013, atingia 11%. No ano letivo de 2019/2020, fixou-se nos 3%, abaixo do verificado na média do Cávado, do Norte e do Continente, mas em 2022/2023 regrediu para 7%, já acima das referências sub-regional e regional.



TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO SECUNDÁRIO

Acima da média do Cávado e do
Norte
2022/2023

Figura 33 | Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, Público e privado (%)

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2022/2023

Outros indicadores educativos revelam a evolução positiva dos resultados escolares nos últimos anos no município de Esposende, destacando-se as taxas de conclusão e de aproveitamento com resultados convergentes ou acima das médias regionais.

TAXA DE CONCLUSÃO EM TEMPO NORMAL

A conclusão em tempo normal dos ciclos de estudos no ensino básico encontra-se alinhada com a média do Cávado, verificando-se uma evolução bastante positiva entre os anos letivos de 2017/2018 e 2021/2022. No que concerne ao ensino secundário verifica-se uma evolução positiva no tempo normal de conclusão no ensino regular (18 pontos percentuais), que ultrapassa a referência sub-regional, enquanto no ensino profissional (-2 pontos percentuais) há uma regressão para a média do Cávado.

Tabela 31 | Taxa de conclusão em tempo normal dos ciclos de estudo, no ensino básico, 2017/2018 e 2021/2022

Território	1.º CEB			2.º CEB			3.º CEB		
	2017/18	2021/22	Δ p.p.	2017/18	2021/22	Δ p.p.	2017/18	2021/22	Δ p.p.
Cávado	91%	96%	5	96%	99%	3	86%	96%	10
Esposende	92%	98%	6	96%	99%	3	81%	96%	15

Fonte: Apuramentos da DGEEC, a partir dos dados reportados pelas escolas

CONCLUSÃO EM TEMPO NORMAL 2021/2022

Evolução positiva nos últimos anos

98% - 1.º Ciclo

99% - 2.º Ciclo

96% - 3.º Ciclo

Tabela 32 | Taxa de conclusão em tempo normal dos ciclos de estudo, no ensino secundário

Território	Ensino Secundário - CP			Ensino Secundário - CCH		
	2017/18	2021/22	Δ p.p.	2017/18	2021/22	Δ p.p.
Cávado	75%	80%	5	66%	85%	19
Esposende	82%	80%	-2	72%	90%	18

Fonte: Apuramentos da DGEEC, a partir dos dados reportados pelas escolas

80% - Ens. Secundário CP

90% - Ens. Secundário CCH

ALUNAS/OS COM NÍVEIS NEGATIVOS

A proporção do número de alunas/os com níveis negativos a pelo menos uma disciplina tem vindo também a melhorar, observando-se uma evolução de 9 pontos percentuais no 2.º ciclo e de 16 pontos no 3.º ciclo do Ensino Básico, entre os anos letivos de 2017/2018 e 2021/2022, mas encontrando-se ainda abaixo do verificado a nível do Cávado.

Tabela 33 | Alunos do 2.º e 3.º Ciclo do ensino básico com níveis negativos a pelo menos uma disciplina - rede pública (%), 2017/2018 e 2021/2022

Território	2.º ciclo			3.º ciclo		
	2017/18	2021/22	Δ p.p.	2017/18	2021/22	Δ p.p.
Cávado	23	13	-10	41	26	-15
Esposende	22	13	-9	40	24	-16

Fonte: DGEEC, dos dados reportados pelas escolas públicas, de Portugal continental

ALUNOS COM NEGATIVAS a pelo menos uma disciplina

Evolução positiva nos últimos anos

19% - 2.º Ciclo (2021/2022)

31% - 3.º Ciclo (2021/2022)

Rede pública

RESULTADOS NAS DISCIPLINAS NUCLEARES

Os resultados e a evolução dos últimos anos nas disciplinas nucleares, Português e Matemática, estão alinhados com o verificado em termos médios no Cávado, existindo margem de progressão. Contudo, o contexto de crescimento do número de alunos estrangeiros apresenta novos desafios para a melhoria do presente indicador, em particular no que se refere à disciplina de português.

Tabela 34 | % de positivas a Português e Matemática, no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico regular - rede pública

Território	Português			Matemática		
	2016/17	2021/22	Δ p.p.	2016/17	2021/22	Δ p.p.
Cávado	89%	95%	6	71%	85%	14
Esposende	89%	98%	9	73%	85%	12

Fonte: DGEEC, apuramento a partir dos dados reportados pelas escolas públicas

2.º e 3.º CEB

Evolução positiva nos últimos anos

98% - Português (2021/2022)

85% - Matemática (2021/2022)

Em termos gerais, a escolarização da população de Esposende e o desempenho do sistema educativo apresentaram uma evolução positiva em todos os níveis de ensino nos últimos anos e as médias dos indicadores relevantes aproximam-se, ou superam, as referências regionais (Cávado e Norte) e do Continente.

2.3 SEGURANÇA

A par da Educação, da Saúde e de outras dimensões sociais basilares de uma sociedade, a Segurança assume-se como um fator essencial para o bem-estar e coesão social. É assim importante conhecer os principais indicadores desta dimensão, começando pela criminalidade geral.

2.3.1 CRIMINALIDADE GERAL

No que se refere à criminalidade registada no Município de Esposende, o clima de segurança e proteção dos cidadãos tem-se mantido estável nos últimos anos. No ano de 2023 apresenta uma deterioração face a 2019 (+2,2% do total de crimes), 1 ponto acima do aumento do número de crimes registados no Cávado (1,2%), mas distante da variação média nacional (10,8%). Em 2023, de entre as categorias criminais registadas, os “crimes contra o património” são a ocorrência preponderante (54,1%), seguido dos “crimes contra a integridade física” (29%).

Tabela 35 | Total de crimes registados pelas polícias, 2019 a 2023

Território	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2023/19
Portugal	335 614	298 797	301 394	343 845	371 995	10,84%
Norte	100 582	90 427	86 667	93 851	98 001	-2,57%
Cávado	9 649	9 718	9 418	10 118	9 762	1,17%
Esposende	868	855	825	877	887	2,19%

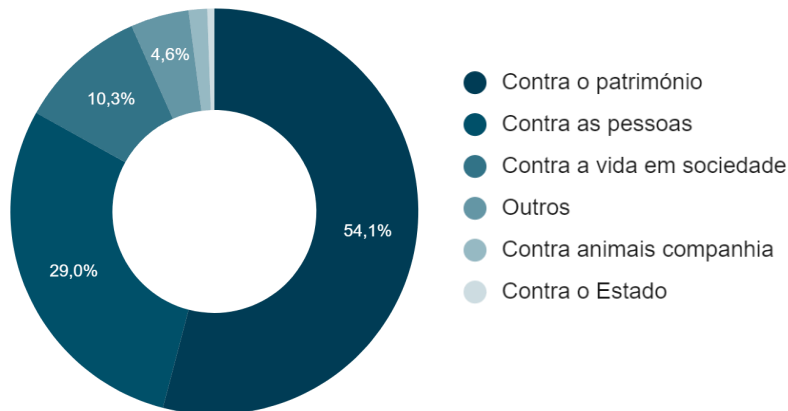
Fonte: DGPI/MJ, Pordata 2024-04-01



+ 2,2%

CRIMES REGISTADOS

Variação entre 2022 e 2023



54,1%

CRIMES CONTRA O
PATRIMÓNIO

2023

Figura 34 | Crimes registados pelas polícias, por tipo de crime, 2023

Fonte: DGPI/MJ, Pordata 2024-04-01

Tabela 36 | Taxa de criminalidade e Categoria de crime, em 2022 (‰)

Território	Total	Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução c/ taxa de álcool ≥ 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Crimes contra o património
Portugal	32,8	5,3	0,7	2,8	2,1	1,4	16,6
Norte	25,8	4,6	0,5	3,2	1,6	0,9	12,7
Cávado	23,9	4,4	0,2	2,7	1,2	0,5	12,4
Esposende	24,2	4,5		2,9	0,9	0,4	13,2

Fonte: INE / Direcção-Geral da Política de Justiça



TAXA DE CRIMINALIDADE

2022

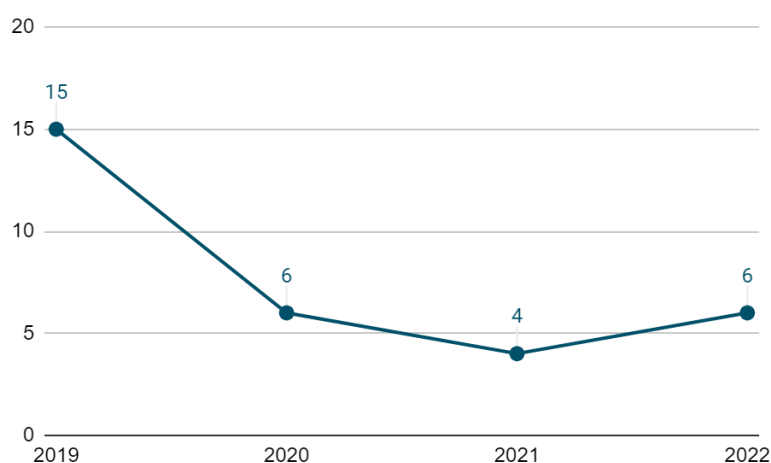
Abaixo da média do país e do Norte

A Taxa de criminalidade (‰) registada em Esposende, em 2022, caracterizou-se por ser ligeiramente superior à da sub-região do Cávado mas inferior à taxa verificada na região Norte e no país.

2.3.2 CRIMINALIDADE VIOLENTA, JUVENIL E GRUPAL

A criminalidade violenta apresenta tendência geral de queda e estabilidade ao longo dos últimos anos.

Voltando a atenção para a criminalidade juvenil e grupal, o número destes tipos de crimes não tem vindo a aumentar nos últimos anos, denotando-se até uma queda de quase 50% no número de crimes juvenis.



6 CRIMES VIOLENTOS

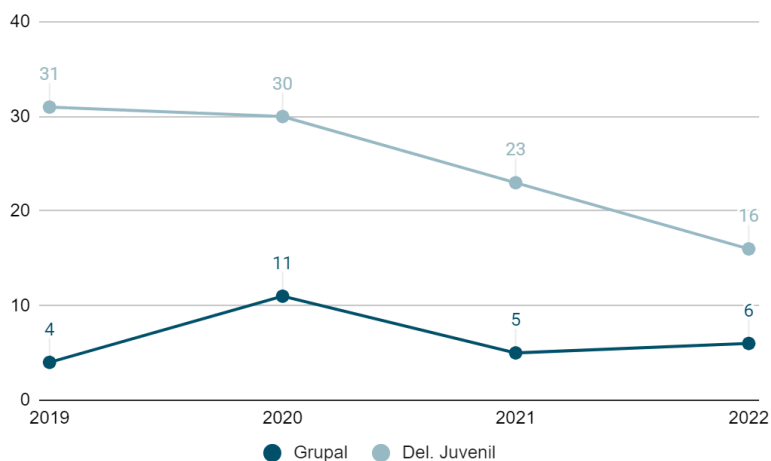
2022

(-) 22 que em 2021

(-) 78 que em 2019

Figura 35 | Crimes violentos registados pela PSP e GNR entre 2019 e 2022 (N.º)

Fonte: PSP e GNR



CRIMINALIDADE JUVENIL E GRUPAL

Redução na juvenil e estabilidade na grupal, entre 2019 e 2022

Figura 36 | Crimes de delinquência grupal e juvenil registados pela PSP e GNR entre 2019 e 2022

Fonte: PSP e GNR

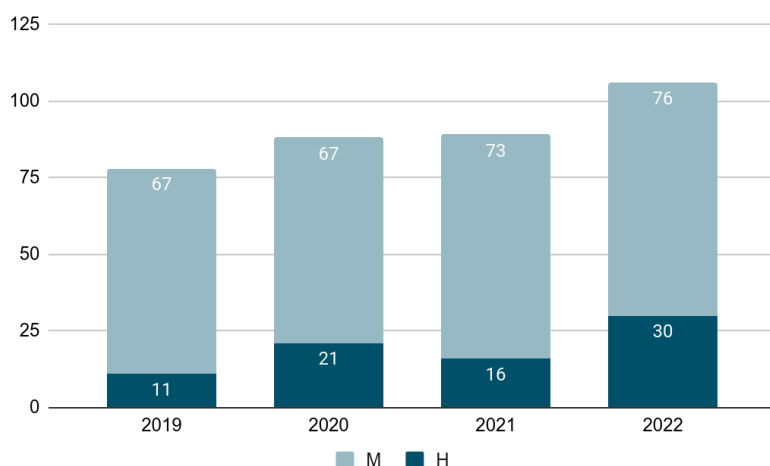
2.3.4 VIOLÊNCIA DE GÉNERO E DOMÉSTICA

A violência doméstica manifesta-se pela coerção física, sexual ou psicológica entre pessoas que coabitam: o lar transmuta-se de “local de afetos” e reveste-se de perigosidade. Durante muito tempo foi considerada uma questão sócio-cultural privada e doméstica, mas hoje é reconhecida como uma questão primordial dos direitos humanos, constituindo na sua maioria violência de género.

Por sua vez, a violência de género não se esgota no espaço da vivência em comum e caracteriza-se por toda a ação exercida contra uma pessoa devido ao seu sexo ou à sua identidade de género, condicionando o seu bem estar físico, psicológico, sexual, material ou económico.

A violência de género e a doméstica merecem cada vez mais particular atenção devido aos impactos físicos e psicológicos negativos para o desenvolvimento pessoal e muitas vezes geradores de desagregação familiar e social.

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÉNERO E DOMÉSTICA



106 VÍTIMAS

Em 2022

Figura 37 | Vítimas de violência de género e doméstica por sexo, 2019 a 2022

Fonte: PSP e GNR

De acordo com a informação disponibilizada pela GNR, o número de vítimas de violência de género e doméstica registado aumentou consideravelmente (+ 35,9%) entre 2019 e 2022. Desde 2019, verifica-se a tendência de crescimento do número de vítimas, traduzindo o aumento de 78 (em 2019) para 106 vítimas (em 2022). Face ao número de vítimas registadas no conjunto dos municípios do Cávado, representava 7,11%, em 2019, e 9,01%, em 2022.

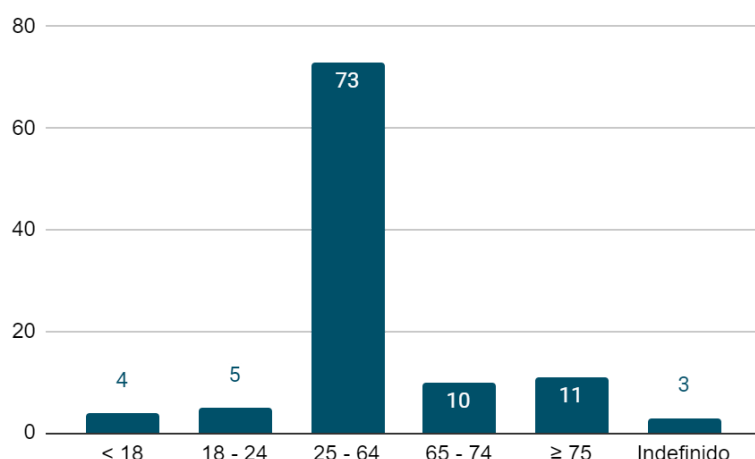
A violência de género e doméstica afeta particularmente as mulheres, embora com consequências para todo o ambiente familiar: 3 em cada 4 vítimas são mulheres.

No que respeita à idade das vítimas, assumem prevalência as pessoas em idade ativa, entre os 25 e os 64 anos, intervalo que representa cerca de 70% das vítimas. Apesar desta proporção se ter mantido relativamente estável nos últimos anos, é provável que com o envelhecimento progressivo da população aumente a proporção de vítimas nas faixas etárias mais avançadas.

No contexto da violência infanto-juvenil, apesar de a proporção do número de vítimas menores de 18 anos ter diminuído face ao total, o número de vítimas em 2021 e 2022 manteve-se estável (4). Mas conforme

referido, ainda que não sendo por vezes vítimas diretas, quando a violência está presente no seu núcleo familiar acabam por ser particularmente afetadas, prejudicando o seu bem-estar e o seu desenvolvimento.

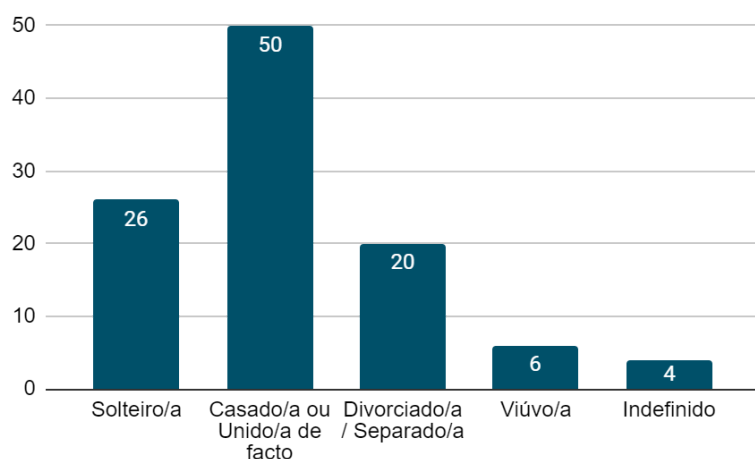
A violência grassa maioritariamente sobre pessoas casadas ou unidas de facto, o que, além das consequências imediatas para as próprias vítimas e respetivos agregados familiares, pode trazer consequências graves para o desenvolvimento futuro das crianças, quando se está perante agregados com filhos menores.



MULHER
25 - 64 ANOS
perfil-tipo da vítima

Figura 38 | Vítimas de violência de género e doméstica por grupos etários, em 2022

Fonte: PSP e GNR



**VIOLÊNCIA COM IMPACTO EM
TODA A FAMÍLIA**

Figura 39 | Vítimas de violência de género e doméstica por estado civil, em 2022

Fonte: PSP e GNR

O município de Esposende disponibiliza apoio às vítimas de violência doméstica mediante a resposta social “Espaço Bem Me Querem”, fundamentada nos objetivos de prevenção e intervenção. O auxílio às vítimas de violência doméstica traduz-se pelo apoio psicológico e social, principalmente, em situação de crise e emergência.

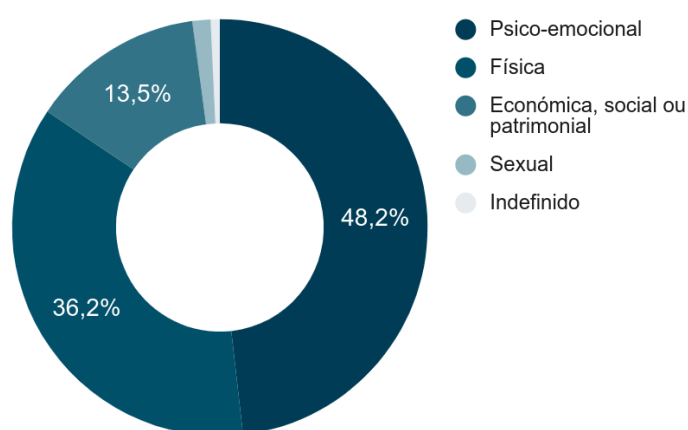
O “Projeto CorAção com Voz - Resposta de Apoio Psicológico” para Crianças e Jovens é um serviço de atendimento, acompanhamento e apoio psicológico especializado a crianças e jovens vítimas de Violência Doméstica e Violência de Género, que é promovido pela Comunidade Intermunicipal do Cávado em parceria

com os Municípios de Esposende e de Barcelos, sendo operacionalizado pela instituição GASC - Grupo de Ação Social Cristã.

No âmbito desta Resposta de Apoio Psicológico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica (RAP), em 2023 foram realizados 853 atendimentos, mais 192 do que no ano anterior, tendo sido acompanhadas 83 vítimas, sendo 45 do sexo masculino e 38 do sexo feminino. 38 vítimas foram sinalizadas e encaminhadas para outras entidades. Note-se que estas estatísticas são relativas ao conjunto dos 2 municípios, Barcelos e Esposende.

TIPO E CONSEQUÊNCIAS

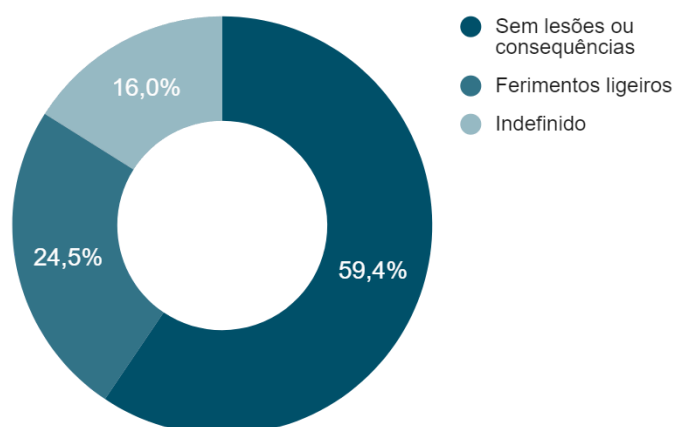
Quanto à tipificação da violência, podemos caracterizá-la como predominantemente psicológica e emocional, seguida da agressão física. Em 2022, regista-se em Esposende uma estrutura do tipo de violência que reproduz a matriz da sub-região do Cávado. Analisando o registo de consequências para as vítimas, constata-se estarmos perante um fenómeno que camufla a gravidade das consequências para as vítimas e respetivos agregados. O facto de a maioria das ocorrências serem categorizadas pelas forças de segurança como não tendo provocado lesões ou outras consequências visíveis, não significa que estas não existam, sobretudo ao nível do bem-estar das vítimas e suas famílias, até porque grande parte da violência é psicológica e emocional.



48,2%
VIOLÊNCIA PSICO-EMOCIONAL
Muitas vezes imperceptível

Figura 40 | Ocorrências de violência de género e doméstica por tipo, em 2022

Fonte: PSP e GNR



**CONSEQUÊNCIAS
IMPERCEPTÍVEIS**
As consequências nem sempre são
perceptíveis no imediato

Figura 41 | Ocorrências de violência de género e doméstica por tipo de consequências para a vítima, em 2022

Fonte: PSP e GNR

2.4 ECONOMIA E EMPREGO

2.4.1 DINÂMICA EMPRESARIAL

O período conturbado que coincidiu com a prevalência da pandemia COVID-19 condicionou a criação de empresas especialmente no ano zénite do flagelo, em 2020. A dinâmica económica retomou-se a partir de 2021, constatando-se, no município de Esposende, a criação de empresas a ritmo superior ao verificado no Cávado como um todo.

Tabela 37 | Nascimentos de empresas por localização geográfica, 2019-2022 (N.º)

Território	2019	2020	2021	2022	Var % 22/19
Portugal	194 951	153 290	184 168	231 065	18,52%
Norte	62 587	50 124	57 543	72 696	16,15%
Cávado	6 884	5 774	6 695	7 954	15,54%
Esposende	581	482	587	679	16,87%

Fonte: INE, Demografia das empresas

De entre as empresas registadas em Esposende, em 2022, predominam as do setor terciário com a criação de 545 empresas, cerca de 80% do total de novas empresas.

Desenvolvem essencialmente as seguintes atividades económicas: administrativas e serviços de apoio (128), comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (71) e atividades de alojamento, restauração e similares (66).

No setor secundário destaca-se o nascimento de 68 empresas no domínio da construção.

De acordo com dados publicados pelo INE referentes a 2022, no município de Esposende existiam 5.122 empresas, das quais somente 5 foram classificadas como grandes, revelando, à imagem do espetro nacional, a grande fragmentação das empresas PME's.

As 4 maiores empresas do concelho representam 31,4% do Volume de Negócios e concentram 21,4% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerados em Esposende. Estes indicadores são superiores aos verificados a nível regional e nacional e espelham a importância estrutural dessas empresas no tecido económico-social local.

Saliente-se que, em 2022, o Volume de Negócios gerado pelas empresas do concelho atingiu 1,149 milhões de euros e o VAB 389 milhões de euros.

Tabela 38 | Concentração do valor acrescentado bruto e do volume de negócios das quatro maiores empresas, 2022 (%)

Território	Indicador de concentração do VAB das quatro maiores empresas	Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas
Portugal	2,38%	6,09%
Norte	4,25%	5,90%
Cávado	5,69%	12,19%
Esposende	21,36%	31,40%

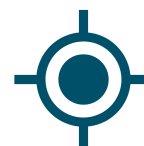
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas



818

EMPRESAS CRIADAS EM 2022

74,1% no setor terciário
20,4% no setor secundário
5,5% no setor primário



31,4%

VOLUME NEGÓCIOS DAS 4 MAIORES EMPRESAS

2022

Tabela 39 | Volume de negócios e Valor acrescentado bruto dos estabelecimentos, por atividade económica (CAE Rev. 3), 2022 (€)

Atividade económica (CAE Rev. 3)	Volume de negócios €	VAB	
		Valor €	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	20 559 334 €	5 530 516 €	26,90%
Indústrias extrativas	4 041 336 €	1 206 171 €	29,85%
Indústrias transformadoras	427 732 900 €	123 596 667 €	28,90%
Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	49 733 006 €	38 034 563 €	76,48%
Captação, tratamento/distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	9 520 640 €	4 589 819 €	48,21%
Construção	190 821 895 €	85 198 171 €	44,65%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	273 901 205 €	46 586 603 €	17,01%
Transportes e armazenagem	14 497 748 €	2 384 905 €	16,45%
Alojamento, restauração e similares	50 582 393 €	20 056 190 €	39,65%
Atividades de informação e de comunicação	12 854 257 €	13 593 993 €	105,75%
Atividades imobiliárias	20 903 858 €	7 202 344 €	34,45%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	21 400 144 €	12 182 798 €	56,93%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	28 970 890 €	15 860 022 €	54,74%
Educação	2 972 527 €	1 802 347 €	60,63%
Atividades de saúde humana e apoio social	12 447 489 €	7 901 261 €	63,48%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	4 227 031 €	1 439 808 €	34,06%
Outras atividades de serviços	4 121 166 €	2 234 995 €	54,23%

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

**1 149 M**
VOLUME DE NEGÓCIOS**389 M**
VAB
2022

2.4.2 POPULAÇÃO EMPREGADA

EMPREGO POR SEXO

Entre Censos, o crescimento da população empregada é de 8,9%, superando a variação média sub-regional, regional e nacional. À data dos censos de 2021, em Esposende estavam empregadas 16.443 pessoas, sendo 8.357 homens e 8.086 mulheres. Merece a ressalva de que as mulheres vão assumindo um peso relativo crescente na força laboral convergindo para a paridade: progrediram de 46,7%, em 2011, para 49,2%, em 2021.

Tabela 40 | População empregada por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)

Território	H		M		HM		Δ 2021/11
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	
Portugal	2 275 974	2 256 526	2 085 213	2 169 935	4 361 187	4 426 461	1,5%
Norte	804 289	800 790	697 594	745 779	1 501 883	1 546 569	3,0%
Cávado	94 067	98 204	83 534	93 981	177 601	192 185	8,2%
Esposende	8 041	8 357	7 059	8 086	15 100	16 443	8,9%

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



90.516

POPULAÇÃO EMPREGADA

Censos 2021

+ 8,9 % face a Censos 2011

A taxa de emprego, que mede o rácio entre a população empregada e a população em idade ativa (15 ou mais anos), no período censitário de 2011 e 2021 (+1,37 p.p.) acompanhou a evolução positiva da taxa de atividade e realça o papel crescente da mulher na economia, aproximando-se da tendência nacional - progrediram de 46,6%, em 2011, para 50,37%, em 2021. Por outro lado, 58,4% da população ativa masculina estava empregada.

Tabela 41 | Taxa de emprego por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)

Território	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	48,51	53,65	43,92	49,12	53,25	45,45
Norte	47,95	54,29	42,25	49,15	54,03	44,81
Cávado	51,81	57,96	46,28	53,21	57,46	49,39
Esposende	52,80	59,84	46,56	54,17	58,42	50,37

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



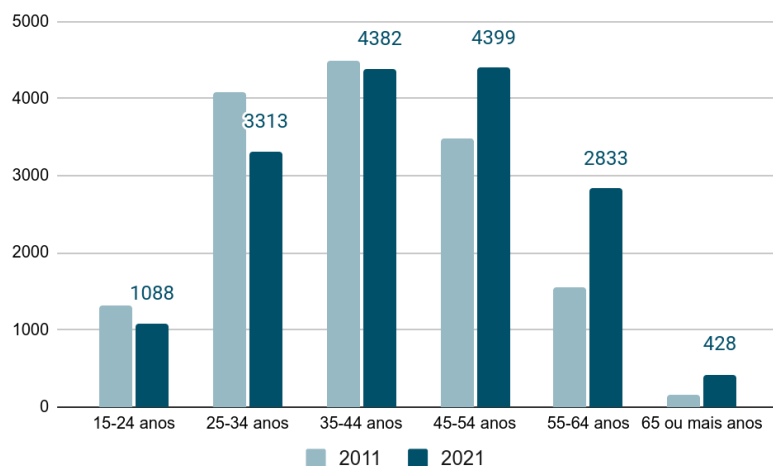
TAXA DE EMPREGO

População empregada/população residente
com 15 ou mais anos de idade

Censos 2021

EMPREGO POR GRUPO ETÁRIO

Os censos de 2021 permitem retratar a distribuição da população empregada por grupo etário, evidenciando que Esposende acompanha a tendência regional e nacional. Merece realce a diminuição da força de trabalho nos grupos etários mais baixos, entre os 15 e os 34 anos, e o aumento nos grupos etários mais elevados, em linha com o envelhecimento da população e o prolongamento da vida ativa.



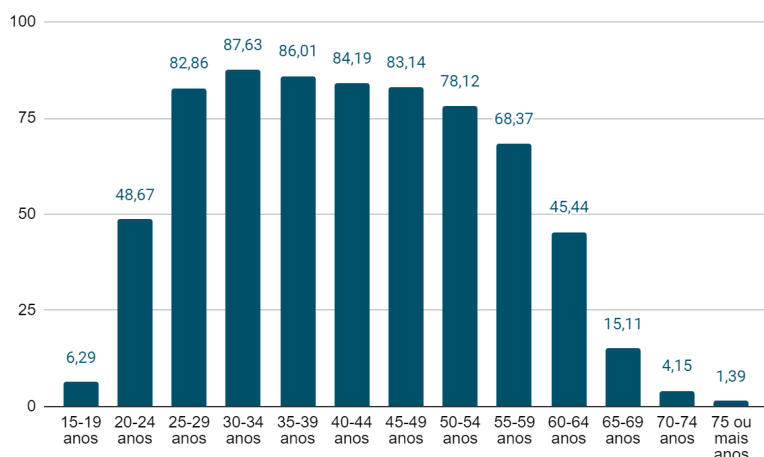
POPULAÇÃO EMPREGADA C/ 55+ ANOS

Em tendência crescente

Figura 42 | População empregada por grupo etário, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

Analisando a taxa de emprego por grupo etário, os grupos etários com taxa mais elevada encontram-se naturalmente entre os 25 e os 49 anos, idade a partir da qual as pessoas que caem em situação de desemprego têm mais dificuldade em voltar a empregar-se. Destaca-se ainda a taxa de emprego de 48,67% na população com idade entre os 20 e os 24 anos, superior à do Cávado (46,6%), do Norte (45,9%) e à nacional (43,3%).



48,7%

TAXA DE EMPREGO 20-24 ANOS

Censos 2021

43,3% Portugal

45,9% Norte

46,6% Cávado

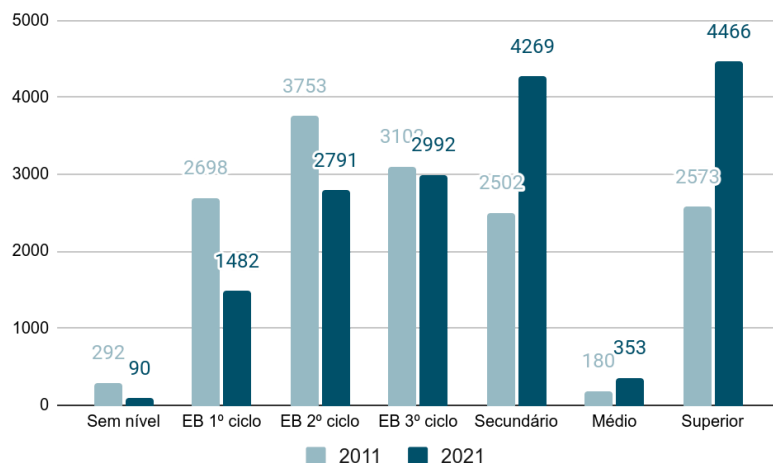
Figura 43 | Taxa de emprego por grupo etário, à data dos Censos 2021 (%)

Fonte: INE, Censos 2021

EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Na transição entre Censos 2011-2021 é visível a dinâmica da população empregada com formação de nível superior, passando de 17,2%, em 2011, para 27,8%, em 2021. Aproximando-se de um terço da população empregada com formação de nível superior, Esposende converge para a média da sub-região e do país. Esta elevação do nível de formação superior terá como contrapartida, inevitavelmente, uma melhoria crescente do rendimento das populações.

Todavia, em 2021, Esposende ainda mantém 45% da população empregada com baixa escolaridade, com nível de ensino básico, acima do que se verifica no país, no Norte e no Cávado. O que, per si, caracteriza um mercado de trabalho ainda pouco qualificado e de baixos rendimentos. Mas é um contexto que, por outro lado, oferece oportunidades para potenciar a melhoria de competências no médio e longo prazos dessa população.



POPULAÇÃO EMPREGADA COM FORMAÇÃO SECUNDÁRIA E SUPERIOR

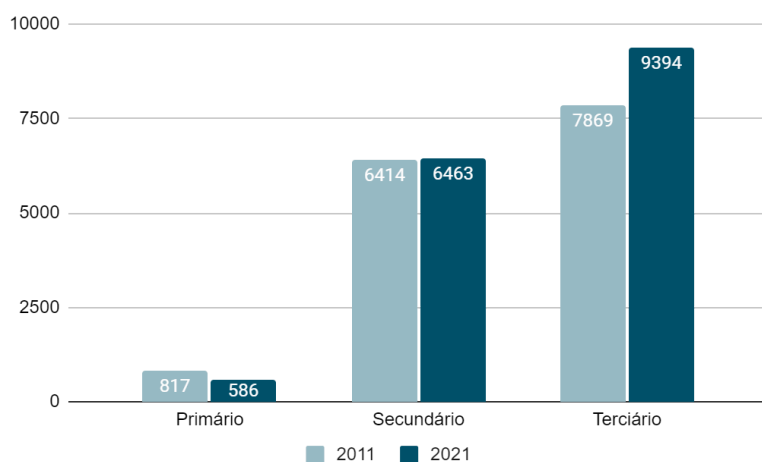
Crescimento acentuado entre Censos 2011 e 2021. 27,8% da população empregada possui formação superior.

Figura 44 | População empregada por nível de escolaridade, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

EMPREGO POR SETOR E ATIVIDADE ECONÓMICAS

Os serviços lideram a atividade económica dos países mais desenvolvidos. À data dos Censos 2021, no concelho de Esposende, tal como na economia nacional, a população empregada concentrava-se maioritariamente no setor terciário (57%), o setor dos serviços. O setor secundário ainda representava uma proporção relevante em 2021 (39%), ao nível da média do Cávado, mas acima das médias do Norte e do país, revelando o pendor industrial que também caracteriza o município, principalmente no sector têxtil e na metalomecânica.



57%

POPULAÇÃO EMPREGADA NO SETOR TERCIÁRIO

Censos 2021

Figura 45 | População empregada por setor económico, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

Sinal da sua idiossincrasia geográfica, nomeadamente, a localização junto ao rio Cávado e ao mar e a disponibilidade de terras férteis, a população empregada no setor primário ainda representava 3,6% (5,4% nos Censos 2011), acima do verificado na sub-região (1,7%), no Norte (2,4%) e no país (2,9%).

Já em 2022, e desagregando a população empregada por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), de acordo com os mapas de pessoal ao serviço, a população estava maioritariamente empregada nas atividades de Indústrias transformadoras (27,2%), Construção (22,3%) e Comércio (14,3%).

Tabela 42 | Pessoal ao serviço por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), em 2022 (%)

Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3);	População empregada
Indústrias transformadoras	27,20%
Construção	22,31%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	14,29%
Alojamento, restauração e similares	7,27%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5,39%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,74%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	4,01%
Atividades de saúde humana e apoio social	3,39%
Educação	2,50%
Atividades imobiliárias	2,06%
Outras atividades de serviços	2,04%
Atividades de informação e de comunicação	1,39%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,17%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1,01%
Transportes e armazenagem	0,77%
Indústrias extrativas	0,28%
Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,18%

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas



27,2%

**POPULAÇÃO EMPREGADA NA
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA**

2022

EMPREGO POR DIMENSÃO DAS EMPRESAS

No tecido empresarial de Esposende predominam as PME's. Em 2021, 26,7% dos trabalhadores por conta de outrem trabalhavam em empresas com menos de 10 trabalhadores e somente 8,4% trabalhavam em empresas com mais de 250 trabalhadores.

Tabela 43 | Trabalhadores por conta de outrem por dimensão das empresas (%), em 2021

Território	< 10 trabalhadores	> 250 trabalhadores
Portugal	19,8	30,0
Norte	21,0	24,9
Cávado	21,3	20,4
Esposende	26,7	8,4

Fonte: INE / MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

8,4%

**POPULAÇÃO EMPREGADA EM
EMPRESAS COM + DE 250
TRABALHADORES**

30% Portugal
24,9% Norte
20,4% Cávado

2.4.3 RENDIMENTOS DO TRABALHO

O rendimento é uma das principais determinantes da condição social, com impacto no bem-estar e na inclusão. Pessoas com baixos rendimentos encontram-se em maior risco de exclusão social, seja pela pobreza alimentar, pela dificuldade de acesso e manutenção de habitação digna, pela privação energética ou pela dificuldade de fazer face aos cuidados médicos.

Alguns indicadores socio-económicos permitem aferir a melhoria das condições da população de Esposende no período intercensitário.

A evolução demográfica observada no município de Esposende é respaldada na melhoria das condições socioeconómicas da população, conforme é visível pela análise de alguns indicadores.

Esposende alicerçou o crescimento económico na oferta combinada de bens industriais e na prestação de serviços, o que, por sua vez, permitiu que a população empregada aumentasse 8,9%, mais do que a média da sub-região do Cávado (8,2%), do Norte (3%) e de Portugal (1,5%).

O dinamismo económico teve repercussão positiva no crescimento do ganho médio mensal, que evoluiu 35,4% entre 2011 e 2021, passando de 786,1€ para 1.064,2€, apresentando a maior variação do Cávado. Contudo, no período observado, o ganho médio mensal em Esposende ainda só representa 82,5% da média nacional e está abaixo das médias da sub-região (88%) e do Norte (92,1%).

Tabela 44 | Ganho médio mensal, 2011 e 2021 (€)

Território	2011	2021		Δ 2021-11
Portugal	-	1 289,50 €	100,0%	-
Norte	949,10 €	1 187,20 €	92,1%	25,1%
Cávado	873,30 €	1 134,30 €	88,0%	29,9%
Esposende	786,10 €	1 064,20 €	82,5%	35,4%

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

1.064,20€
GANHO MENSAL MÉDIO
 2021
 Trabalhadores por conta de outrem

 82,5% da média nacional

O menor ganho médio comparativamente com as médias regionais e do país também se manifesta no índice do poder de compra per capita. Embora tenha melhorado significativamente, ainda só representa 86,8% do poder de compra per capita do índice nacional.

Tabela 45 | Poder de compra per capita (%)

Território	2011	2021	Δ 2021-11
Portugal	100,0	100,0	0,00%
Norte	89,2	92,9	4,12%
Cávado	85,9	91,7	6,82%
Esposende	81,5	86,8	6,51%

Fonte: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio - 2021, Pordata 2024-02-09


86,8%
PODER DE COMPRA PER CAPITA
 Face ao Nacional, em 2021

2.4.4 DESEMPREGO

TAXA DE DESEMPREGO

Entre os censos de 2011 e 2021 foi mitigada a severa crise económico-financeira que teve início em 2008 e foi iniciado um novo ciclo de recuperação económica, com consequências positivas no nível de emprego, resultando numa redução acentuada da taxa de desemprego em Esposende de 11,3%, em 2011, para 5,2%, em 2021.

Em 2011, a taxa de desemprego no concelho de Esposende era a mais baixa do Cávado e inferior à do Norte e à de Portugal. Esse registo manteve-se em 2021, com uma taxa de desemprego de 5,2%, à data dos Censos, substancialmente mais elevada nas mulheres (6%) que nos homens (4,3%).

Tabela 46 | Taxa de desemprego (%) por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021

Território	HM		H		M	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	13,2	8,1	12,6	7,3	13,8	8,9
Norte	14,5	8,4	13,0	7,2	16,1	9,7
Cávado	12,8	6,7	11,1	5,6	14,5	7,7
Esposende	11,3	5,2	9,1	4,3	13,6	6,0

Fonte: INE, Censos 2021



TAXA DE DESEMPREGO

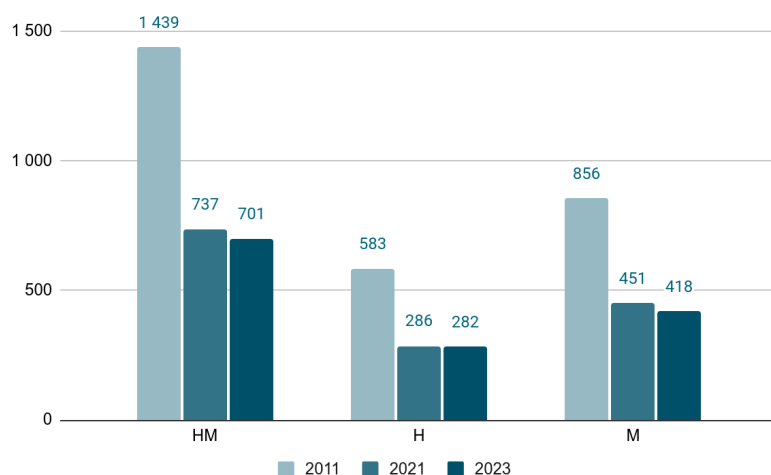
Censos 2021

6,4% - HOMENS

8,8% - MULHERES

DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO

Caracterizando a população desempregada, a média anual da população desempregada tem confirmado existirem mais mulheres do que homens desempregados no concelho. Em 2023, estiveram inscritos no centro de emprego, em média, 418 mulheres e 282 homens.



701

DESEMPREGADOS INSCRITOS

NO IEFP

Média de 2023

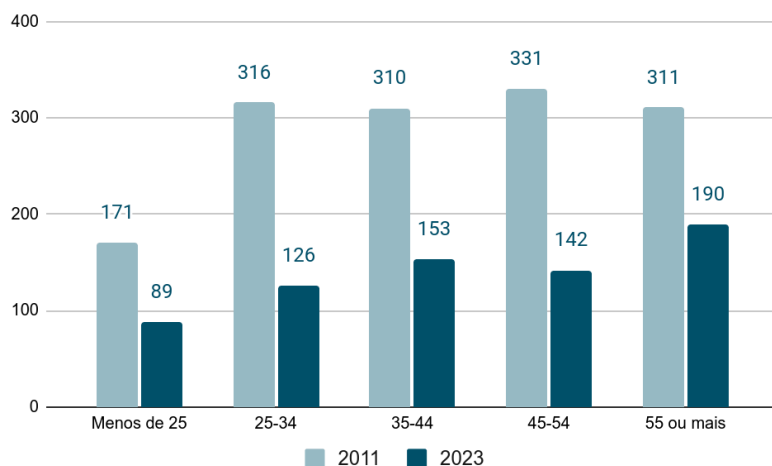
282 HOMENS

418 MULHERES

Figura 46 | Média anual dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por sexo, em 2011, 2021 e 2023 (N.º)

Fonte:IEFP/MTSSS-MEM, Pordata 2024-02-09

Ainda com referência ao ano de 2023, analisando o perfil etário dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, verifica-se que o desemprego tende a aumentar com o avançar da idade, principalmente, a partir dos 55 anos. Considerando o envelhecimento progressivo da população e o aumento da esperança média de vida, esta situação terá fortes consequências na sociedade e na economia se não for repensado o modelo socioeconómico das economias contemporâneas.

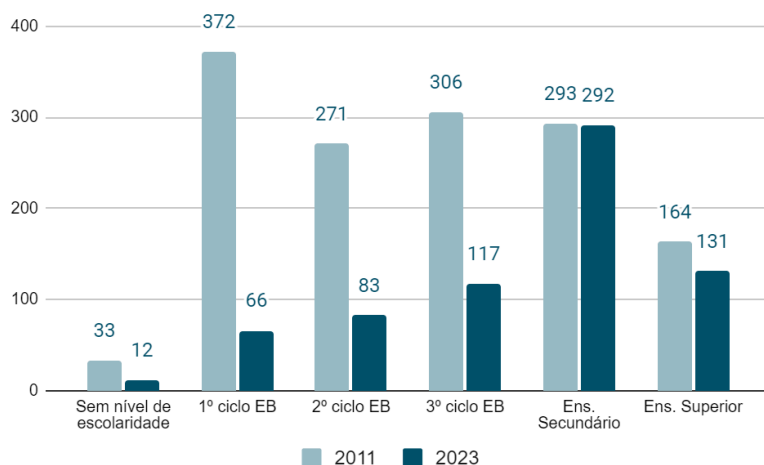


DESEMPREGO EM IDADES MAIS AVANÇADAS

Apesar da crescente população ativa e empregada acima dos 55 anos, este grupo etário assume destaque na população desempregada.

Figura 47 | Média anual dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por grupo etário, em 2011 e 2023 (N.º)

Fonte:IEFP/MTSSS-MEM, Pordata 2024-02-09



DESEMPREGO EM PESSOAS COM MAIS HABILITAÇÕES

desafia a economia local

Figura 48 | Média anual dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por nível de habilitações, em 2011 e 2023

Fonte:IEFP/MTSSS-MEM, Pordata 2024-02-09

Considerando o perfil de escolaridade da população desempregada, a evolução entre 2011 e 2023 demonstra que tendencialmente as pessoas com habilitações de nível secundário e superior serão em maior número nos próximos anos, o que traz desafios para uma economia ainda consideravelmente assente em atividades de baixo valor acrescentado e intensiva em mão-de-obra pouco qualificada, pouco capaz de empregar pessoas mais qualificadas.

Essa dificuldade traduz-se no número médio de desempregados com formação de nível secundário e superior inscritos no Centro de Emprego durante o ano de 2023, 292 e 131, respetivamente. Contudo, a população com menor escolaridade ainda predomina, representada essencialmente por pessoas dos grupos etários mais elevados.

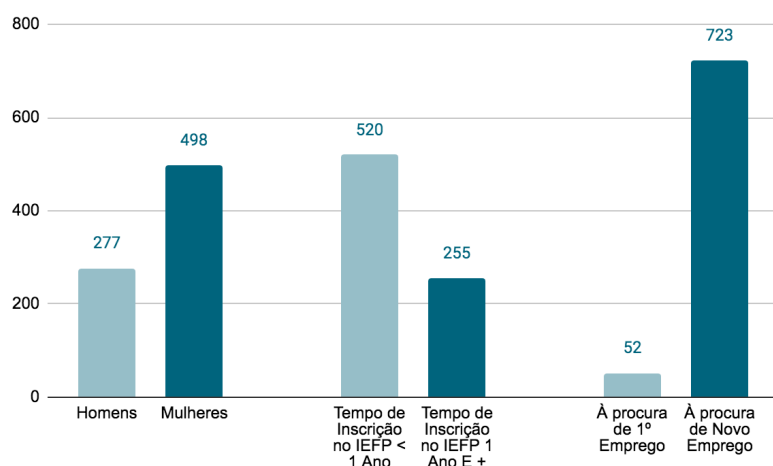
Das 698 pessoas inscritas no centro de emprego à data de dezembro de 2023, 248 pessoas (35,5%) eram desempregados de longa duração, inscritos nos centros de emprego há mais de 12 meses, e 51 jovens (7,3%) procuravam a primeira oportunidade laboral.

Os extremos da pirâmide demográfica são os mais prejudicados a nível do emprego; os mais novos têm dificuldades de ingressar no mercado de trabalho porque não têm experiência e os mais velhos são dispensados porque são (em teoria) menos produtivos e mais caros.

Conforme já referido, o desemprego acentua-se no grupo etário de 55 ou mais anos, que, muitas vezes, corresponde a pessoas com formação superior e com qualificações. Nestas idades já encontram muitas resistências no mercado de trabalho por parte das empresas e, não raras vezes, esgotados os prazos dos subsídios de desemprego, acabam por desistir de novas oportunidades, não se (re)inscrevendo nos centros de emprego.

O mercado de trabalho (as empresas e as instituições) têm de se preparar para a nova realidade demográfica e aproveitar o “capital humano” acumulado pela experiência, assegurar a transmissão desta aos novos profissionais e garantir oportunidade aos jovens.

Em maio de 2024, estavam inscritas no Centro de Emprego de Esposende 775 pessoas, mais 77 pessoas face a dezembro passado.



775
DESEMPREGADOS INSCRITOS
NO IEFP
Maio de 2024
+ 77 pessoas que em dezembro

Figura 49 | Desemprego registado no concelho em maio 2024 (N.º)

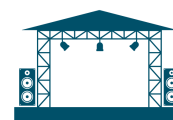
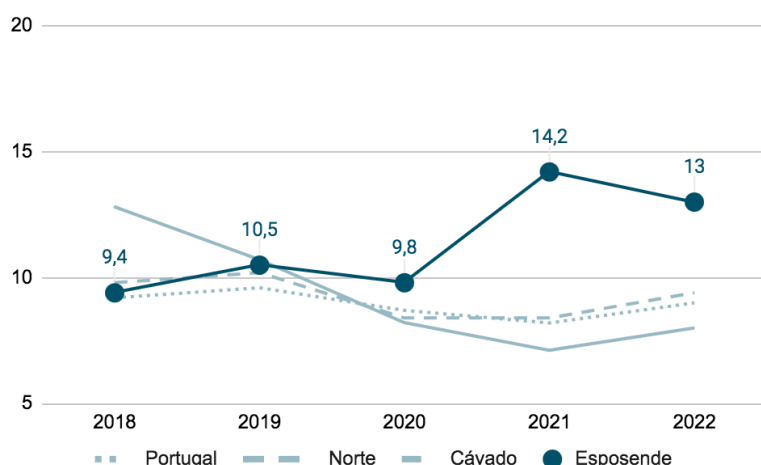
Fonte: IEFP, Estatísticas mensais por concelhos, maio de 2024

2.5 CULTURA DESPORTO E LAZER

A cultura, enquanto repositório e co-criação histórica de tradições, memórias, perpetuação de experiências orais, escritas, visuais, olfativas, auditivas, entre outras, define os marcos identitários de uma sociedade. Ao mesmo tempo contribui para a definição da personalidade individual, sendo, por isso, fundamental para o desenvolvimento pessoal. A valorização do lazer e do espírito desportivo é também importante para o bem-estar pessoal e para a promoção de laços sociais. Alguns indicadores permitem-nos analisar a evolução da promoção dos valores culturais e desportivos a nível territorial.

Uma nota preliminar na análise do período temporal de 2018 a 2022 é a constatação de que a atividade da cultura, desporto e lazer foi fortemente condicionada pela pandemia, notando-se graficamente os efeitos desta no minguar ou, em alguns casos, quase paralisação da atividade e diminuição das despesas em 2020 e 2021. O ano de 2022 evidencia os esforços de retoma de alguma normalidade, sendo visível um novo impulso.

A evolução gráfica das despesas da sub-região do Cávado, do Norte ou de Portugal em cultura e desporto no total de despesas exemplifica esse comportamento, mas Esposende é um caso singular. O valor dispendido em 2021, 14%, revela uma forte dinâmica na promoção da cultura e do desporto que é continuada em 2022, 13%. Esposende acaba por disponibilizar mais de 60% do que a média do Cávado em verbas afetas à cultura e ao desporto.



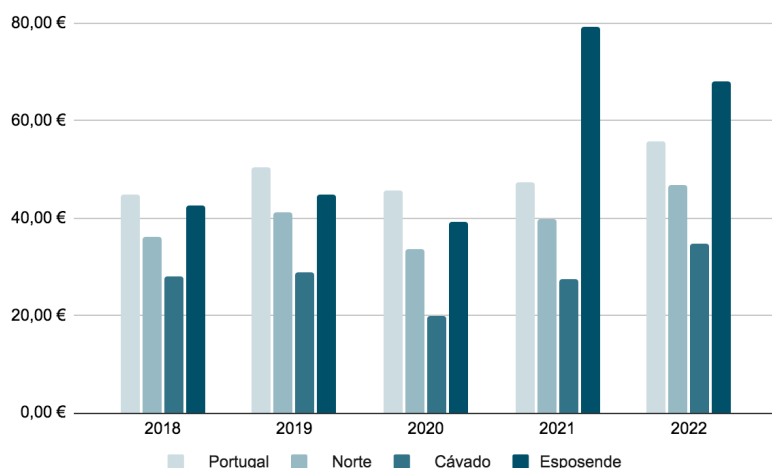
DESPESA EM CULTURA E DESPORTO

Esposende destaca-se face a outras escalas territoriais

Figura 50 | Despesas municipais em cultura e desporto no total de despesas, 2018-2022 (%)

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas

As despesas em atividades culturais e criativas por habitante confirmam Esposende como líder na alocação de recursos. Em 2022, a despesa por habitante nestas atividades foi de 68,00€, cerca do dobro do que se gasta no Cávado, 34,80€, e muito acima da média nacional, 55,70€.

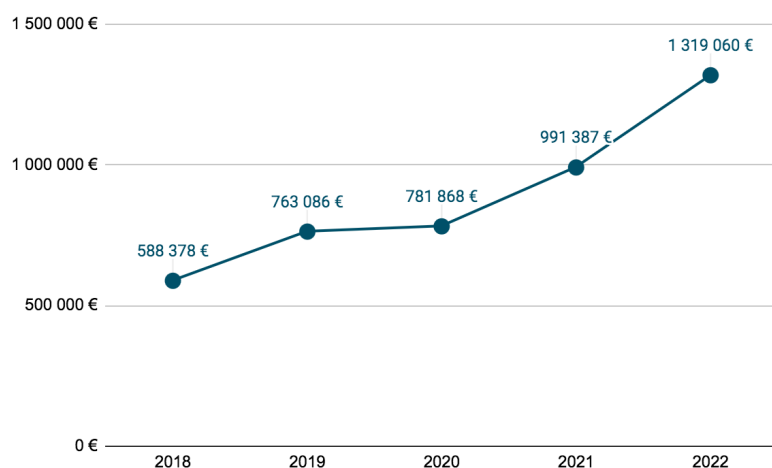
**68€****DESPESA POR HABITANTE**

Quase o dobro da média do Cávado

Figura 51 | Despesas municipais em atividades culturais e criativas por habitante, 2018-2022 (€)

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

No desporto também se verifica uma grande dinâmica das despesas em atividades e equipamentos desportivos, que passam de cerca de 588 mil euros, em 2018, para cerca de 1.319 milhões euros em 2022, um crescimento superior ao dobro.



**RETOMA DA PRÁTICA
DESPORTIVA NO
PÓS-PANDEMIA**
impacto na despesa

Figura 52 | Despesas municipais em atividades e equipamentos desportivos, 2018-2022 (€)

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

2.6 HABITAÇÃO

2.6.1 MERCADO HABITACIONAL

Uma das principais consequências da grave crise económico-financeira de 2008-2014 foi a retração do ritmo de construção de novas habitações. Essa retração, associada a outros fatores mais recentes, como o aumento da imigração, o aumento do turismo e a afetação de inúmeras habitações a esse setor, desembocou numa grave crise habitacional, não exclusiva de Portugal. A escassez da oferta aliada ao aumento da procura provocou um aumento acentuado e generalizado das rendas de habitação. Por outro lado, a escassez de mão-de-obra na construção e o aumento do seu custo, associados a uma crise logística internacional em contexto de pandemia, agravaram significativamente o custo de construção e de reabilitação habitacional, tendo como consequência o aumento acentuado do preço de venda de habitação.

Consagrada pela Constituição como um direito, a habitação é atualmente um bem escasso e tornou-se um fator de insegurança social e de aumento da desigualdade. Os problemas sociais inerentes multiplicam-se: os jovens não conseguem aceder verdadeiramente a uma vida independente e ficam mais tempo com os pais, há casas sobre-ocupadas, há famílias a viver em casas com condições deficitárias, cresce a especulação imobiliária com a afetação de imóveis para projetos turísticos, aumenta o número de pessoas sem-abrigo e em risco de sem-abrigo, entre outras problemáticas sociais.

Não obstante, no período entre Censos 2011-2021, o número de alojamentos familiares cresceu 1.123 (5,4%) no concelho. Este crescimento percentual foi bastante mais significativo que o verificado a nível nacional (1,9%) e no Norte (2,6%), e ligeiramente acima do verificado no Cávado (5,1%).

Tabela 47 | Alojamentos familiares à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)

Território	2011	2021	Δ 2021-11 (N.º)	Δ 2021-11 (N%)
Portugal	5 866 152	5 974 719	108 567	1,85%
Norte	1 847 784	1 895 658	47 874	2,59%
Cávado	190 251	200 031	9 780	5,14%
Esposende	20 929	22 052	1 123	5,37%

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021



+ 5,4%

ALOJAMENTOS FAMILIARES

Entre Censos 2011-2021

A expansão do parque habitacional no concelho foi acompanhada no crescimento do nível de preços, como se comprova pelo valor mediano de avaliação bancária em euros/m². Aumentou significativamente, passando de 941,00€, em 2011, para 1.375,00€, em 2022, um aumento de 46%.

Tabela 48 | Valor mediano de avaliação bancária (€/ m²) por tipo de construção, 2011, 2021 e 2022

Território	2011			2021			2022		
	Total	Apart.	Moradia s	Total	Apart.	Moradia s	Total	Apart.	Moradia s
Portugal	865	907	800	1 231	1 359	1 005	1 400	1 558	1 116
Norte	731	735	724	1 061	1 143	953	1 187	1 290	1 062
Cávado	700	684	720	1 017	1 047	976	1 167	1 225	1 100
Esposende	941	956	917	1 101	1 197	1 017	1 375	1 527	1 163

Fonte: INE, Inquérito à avaliação bancária na habitação

1.375€ / m²

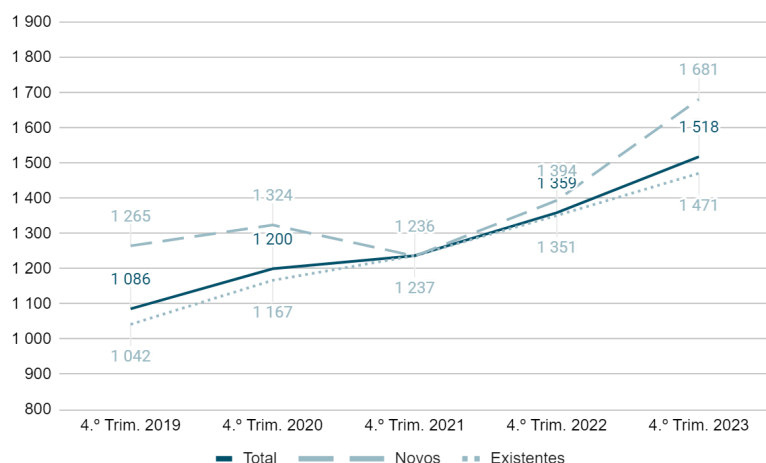
AValiação Bancária

Valor mediano em 2022

+ 24,88% face a 2021

Refira-se que em 2021 o ganho médio per capita era de 1.064,20€, mais 35,4% do que em 2011, quando o valor mediano de avaliação bancária em euros/m2 teve uma variação homóloga de 46%, aumentando as dificuldades de acesso à aquisição de habitação.

O movimento inflacionário dos preços da habitação continuou desde os Censos, tendo o valor mediano de venda nos últimos 12 meses atingido 1.518,00€/m2, no 4.º trimestre de 2023.



1.518€ / m2

PREÇO DE VENDA

Valor mediano das vendas nos últimos 12 meses,
4.º T 2023

Situação agravada desde 2021

Figura 53 | Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses por categoria do alojamento familiar, (€), 2019-2023

Fonte:INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

A conjugação de rendimentos médios-baixos e o elevado nível de preços da habitação contribui para que no concelho se observe uma taxa de esforço do crédito para habitação permanente superior à do Cávado, do Norte e do país, tendo subido de 9,7% no 1.º quadril de 2021 para 21,1% no 3.º quadril do mesmo ano. Este indicador reflete a situação de dificuldade de acesso à habitação para famílias com rendimento médio ou baixo.

Tabela 49 | Taxas de esforço do crédito para habitação permanente (%), 2021

Território	1.º quartil 2021	2.º quartil 2021	3.º quartil 2021
Portugal	8,68	12,78	18,88
Norte	8,99	13,06	19,13
Cávado	8,99	13,00	18,94
Esposende	9,65	14,08	21,09

Fonte: INE, Taxas de esforço com o crédito para habitação permanente com base em informação produzida pelo Banco de Portugal



**TAXA DE ESFORÇO DO CRÉDITO
À HABITAÇÃO**

3.º Quartil 2021

Situação agravada desde então

A pressão imobiliária também se faz notar na evolução do valor das rendas de alojamentos familiares, que aumentou de 4,5€/m2, em 2019, para 6,75€/m2, em 2023. No Cávado, apenas no concelho de Braga se verifica um preço superior.

Tabela 50 | Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)

Território	2.º Semestre de 2019	2.º Semestre de 2020	2.º Semestre de 2021	2.º Semestre de 2022	2.º Semestre de 2023
Portugal	5,32	5,61	6,04	6,52	7,21
Norte	4,62	4,85	5,22	5,58	6,25
Cávado	4,73	4,82	4,98	5,47	6,35
Esposende	4,5	4,59	4,75	5,36	6,75

Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

6,75€ / m2

ARRENDAMENTO

Valor mediano dos novos contratos de arrendamento nos últimos 12 meses
Segundo semestre de 2023

2.6.2 HABITAÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS MUNICIPAIS DE APOIO À HABITAÇÃO

HABITAÇÃO SOCIAL / ARRENDAMENTO APOIADO

A câmara municipal de Esposende intervém socialmente no mercado habitacional através da disponibilidade de fogos de habitação e do apoio ao arrendamento. A oferta de habitação social surge como resposta às condições deprimidas de famílias em situação de vulnerabilidade económico-social e assenta em três eixos de intervenção, nomeadamente, o realojamento, a intervenção social e comunitária e a gestão do parque habitacional. A habitação social existente no concelho é composta por 372 fogos, 64 dos quais propriedade do Município. Genericamente dispõem de boas condições de acesso, mas carecem de manutenção/reabilitação. No ano de 2022, existiam 59 inquilinos ativos e um total de 120 residentes nos diversos fogos de habitação social propriedade do Município.

Tabela 51 | Inquilinos municipais, renda média mensal e tipologia de fogo (€), 2022

Habitação Social	N.º de fogos	T1	T2	T3	T4	N.º de Inquilinos ativos	Valor médio de renda	Taxa de cobrabilidade de renda	N.º de residentes
Bairro da Lagoa	68	4	40	24	0	8	47,83 €	85,71%	19
Bairro da Central	88	0	37	31	20	22	53,26 €	75,00%	39
Bairro ex- IGFSS - Esposende	32	n.d	n.d	n.d	n.d	2	67,67 €	100,00%	2
Bairro de Apúlia	52	12	12	28	0	8	54,98 €	83,30%	11
Bairro do Caldeirão	69	0	23	46	0	4	38,30 €	66,70%	6
Bairro dos Pescadores ex- IGFSS Fão	39	n.d	n.d	n.d	n.d	2	32,14 €	100,00%	6
Bairro de Pinhote	10	0	0	10	0	4	39,36 €	66,70%	9
Bairro de Forjães	10	0	0	10	0	5	51,44 €	100,00%	13
Bairro de Vila Chã	4	0	0	4	0	4	9,59 €	75,00%	15

Fonte: Município

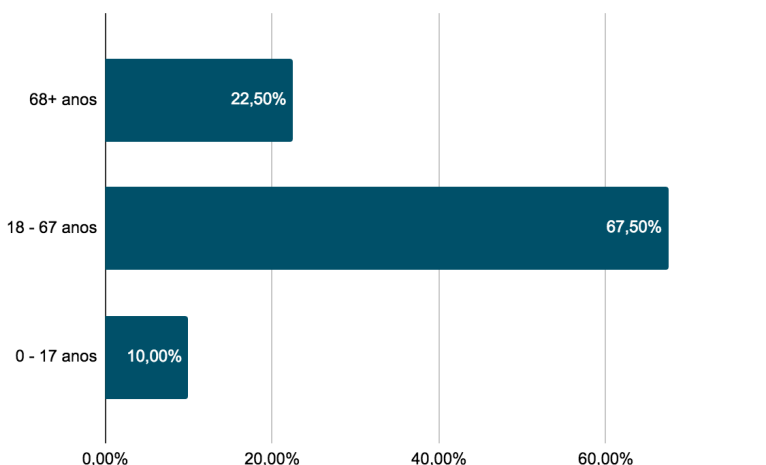


59

INQUILINOS

Habitação social
propriedade do Município

Analisando o perfil dos residentes nos bairros sociais propriedade do Município, a maioria encontra-se em idade ativa e quase 23% são idosos. Trata-se de uma população com grande vulnerabilidade económica, 34% da qual não tem quaisquer rendimentos. Predominando as famílias unipessoais (31,4%) e nucleares com filhos (17,6%), evidencia-se ainda uma grande proporção de famílias alargadas (15,7%) e monoparentais femininas (13,7%).



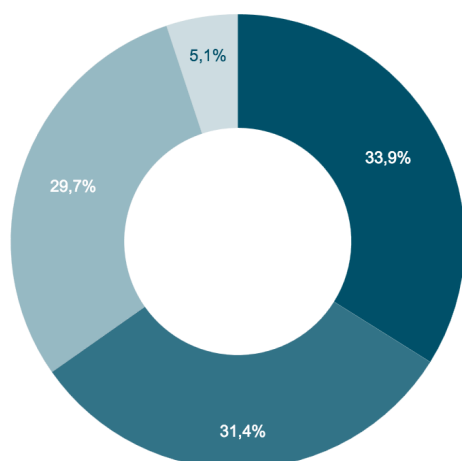
22,5%

68+ ANOS

Residentes em habitação social

Figura 54 | Residentes em habitação social, por grupo etário (N.º)

Fonte: Município

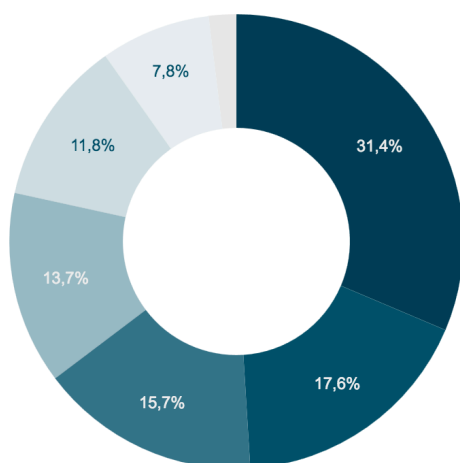


População com baixos rendimentos e baixa atividade

- Sem Rendimentos
- Rendimentos de Trabalho
- Reforma e Pensões
- Subsídio Desemprego

Figura 55 | Residentes em habitação social, por fonte de rendimento (%)

Fonte: Município



Grande proporção de famílias unipessoais e monoparentais femininas

- Unipessoal
- Nuclear com filhos
- Família alargada
- Monoparental feminina
- Monoparental masculina
- Nuclear sem filhos
- Outros

Figura 56 | Residentes em habitação social, por tipo de família (%)

Fonte: Município

APOIO AO ARRENDAMENTO

Além da disponibilização de habitação social, o Programa de Apoio ao Arrendamento Habitacional assume particular relevância, porquanto apoia o arrendamento de dezenas de famílias. Em 2022, apoiou 46 famílias com um valor médio de 133,13€ mensais, um número bastante superior às 23 apoiadas em 2018.

Constitui um apoio fundamental para famílias monoparentais femininas (48%) e unipessoais (35,6%) de baixos rendimentos, permitindo-lhes suportar o custo com a habitação.

A fragilidade dos rendimentos das pessoas beneficiárias é notória - em 2022, quase 67% dos apoios dirigiram-se a pessoas ativas e reformadas/pensionistas.

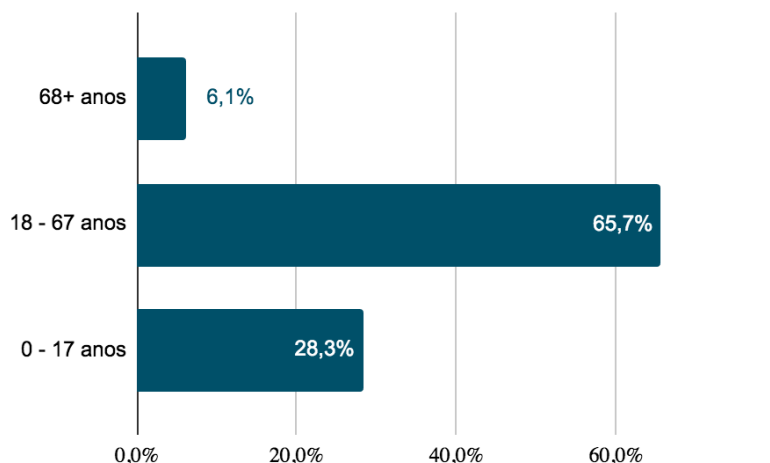
Tabela 52 | Beneficiários do apoio ao arrendamento, 2018 a 2022 (N.º)

Ano	Beneficiários			N.º de Famílias	Apoio médio mensal (€)
	HM	H	M		
2022	99	27	72	46	133,13 €
2021	85	27	58	45	130,81 €
2020	75	26	49	34	125,17 €
2019	64	24	40	29	124,08 €
2018	54	17	37	23	115,96 €

Fonte: Município



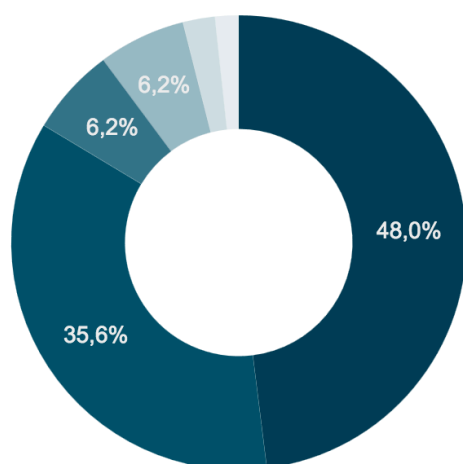
FAMÍLIAS
Apoio ao arrendamento
2022



28,3%
CRIANÇAS

Figura 57 | Beneficiários do apoio ao arrendamento, por grupo etário (%)

Fonte: Município, junho 2024



Predominam as famílias
unipessoais e monoparentais

- Fam. Monoparental Feminina
- Unipessoal
- Nuclear c/ filhos
- Nuclear s/ filhos
- Outros
- Família Alargada

Figura 58 | Beneficiários do apoio ao arrendamento, por tipo de família (%)

Fonte: Município, junho 2024

2.7 POBREZA, DESIGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL

2.7.1 POBREZA

A ONU define a pobreza como manifestação de fome e má nutrição, do acesso condicionado à educação, à saúde e outros serviços básicos como água, saneamento ou aquecimento das casas, que originam discriminação e/ou exclusão social e atentam contra a própria dignidade humana. A pobreza caracteriza-se também pela falta de rendimentos, pela privação material e social e pela falta de participação na tomada de decisões.

Com recurso a diversos indicadores económicos e sociais podemos aferir a população que está em risco de pobreza e exclusão social e estimar a desigualdade na distribuição de rendimentos.

Não dispondo destes indicadores a nível municipal, observa-se que a população nacional antes de qualquer transferência social está muito vulnerável à pobreza. Em 2022, a taxa de risco de pobreza é quase 2,5 vezes superior sem a proteção das prestações sociais, porquanto a taxa diminui de 41,8% para 17% após as transferências de rendimentos.

Em 2022 foi fixado como limiar de risco de pobreza o rendimento anual de 7.095€. Pela análise da taxa de intensidade da pobreza (25,6%, em 2022) e considerando a proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (20,1%, em 2023, sendo de 22% no Norte), podemos afirmar que 1 em cada 5 pessoas incorre em tal risco.

Tabela 53 | Indicadores gerais de pobreza

Indicadores da Pobreza	Ano de Referência	Portugal	Norte
Taxa de risco de pobreza (antes de qualquer transferência social - %)	2022	41,8	-
Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais - %)	2022	17	18,8
Taxa de intensidade da pobreza %	2022	25,6	-
Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social %	2023	20,1	22
Taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa %	2023	4,8	-
Taxa de privação severa das condições da habitação %	2023	6	5,8
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação %	2023	4,9	4,7
Taxa de privação material e social severa %	2023	4,9	5,2

Fonte: INE

Legenda: "-": Informação não disponível



**POPULAÇÃO EM RISCO DE
POBREZA E EXCLUSÃO**

Norte - 2023

Os indicadores de privação refletem as condições de vida das pessoas e complementam os indicadores de pobreza inerentes ao rendimento. São indicadores sensíveis à flutuação conjuntural, nomeadamente, inflação e níveis das taxas de juro, e revelam a vulnerabilidade material e social em situações como a incapacidade de garantir a quantidade e qualidade de alimentos diariamente, a falta de capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada, incapacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, incapacidade para ter automóvel, impossibilidade de participar regularmente numa atividade de lazer ou impossibilidade de ter acesso à internet para uso pessoal.

Cerca de 1 em cada 20 pessoas enquadram-se numa tipologia de privação, quer no país, quer regionalmente, no Norte.

A pobreza e a privação têm especial impacto nas crianças, porque além de afetar o seu presente afetam também o seu desenvolvimento futuro. De acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2023 sobre rendimentos do ano anterior, 17,0% dos residentes em Portugal encontrava-se em risco de pobreza em 2022, mais 0,6 pontos percentuais (p.p.) do que em 2021.

De acordo com o INE⁷, o aumento da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa os menores de 18 anos (mais 2,2 p.p. relativamente ao ano anterior), tendo subido de 18,5 para 20,7. Grosso modo, 1 em cada 5 crianças/jovens encontra-se em risco de pobreza na região Norte.



**TAXA DE RISCO DE POBREZA NA
POPULAÇÃO 0 - 17 ANOS**

Portugal - 2022

⁷ INE, Informação à Comunicação Social, RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA, 2023

2.7.2 DESIGUALDADES

A origem social é o marco fundador das desigualdades sociais. Ser mulher, criança ou idoso, pertencer a uma minoria ou ter um emprego precário, ainda significa arcar com desigualdade económica e social. Analisando a disparidade no ganho médio mensal, verifica-se uma tendência de melhoria redistributiva entre homens e mulheres, quer em Esposende quer a nível regional. No período intercensitário de 2011-2021, a dimensão social redistributiva entre homens e mulheres apresenta ligeira melhoria com ganhos no estreitamento da disparidade no ganho médio mensal entre sexos (em %) da população empregada por conta de outrem. Porém, ainda se verifica maior disparidade do que a nível do Cávado, do Norte e do país. Acresce que o caminho para a paridade poderá estar a fazer-se com base em rendimentos médios baixos, pois, como observamos, os ganhos médios são inferiores às médias regionais e nacionais.

Tabela 54 | Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem, 2011 e 2021

Território	2011	2021
Portugal	-	8,5
Norte	10,5	8,5
Cávado	10,4	8,1
Esposende	9,6	9,1

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Legenda: "-": Informação não disponível

9,1%
DISPARIDADE NO GANHO
ENTRE SEXOS

Em 2021

Maior disparidade que a média do
Cávado

O coeficiente de Gini, enquanto indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, permite aferir o bem estar social na razão de que, quanto menor for o rácio, melhor será a equidade social. Em Esposende, entre 2018 e 2021, observa-se uma ligeira melhoria na distribuição de rendimentos. O coeficiente de Gini fica abaixo do registado a nível nacional, atingindo o valor de 40,6%, idêntico ao registado no Norte, mas ainda ligeiramente superior ao verificado na sub-região do Cávado.

Tabela 55 | Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por sujeito passivo (%), 2018 e 2021

Território	2018	2021
Portugal	42,2	41,4
Norte	41,4	40,6
Cávado	40,2	39,3
Esposende	41,8	40,6

Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira.



COEFICIENTE DE GINI
RENDIMENTO BRUTO

Declarado em 2021

Disparidade ligeiramente acima do
verificado no Cávado

Tabela 56 | Índices S80/S20 e P80/P20, 2018, 2021 e 2022 (%)

Indicadores da Desigualdade	2018	2021	2022
Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20 % - Norte	4,7	5	5,2
Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado dos sujeitos passivos (P80/P20) % - Esposende	2,8	2,7	-

Fonte: INE; Legenda: "-": Informação não disponível

DESIGUALDADE ENTRE
EXTREMOS

Tem-se mantido estável

Por sua vez, os índices S80/S20 e P80/P20 permitem-nos medir a desigualdade entre os extremos da distribuição do rendimento e apresentam alguma estabilidade nos últimos anos.

2.7.3 MEDIDAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

É imperativo social debelar ou mitigar a pobreza e construir uma sociedade mais justa, não excluindo ninguém. Nesse desiderato, as prestações sociais emergem como instrumento fundamental para assegurar uma redistribuição económica mais equitativa. Conforme evidenciado acima, as prestações sociais contribuem para uma redução de cerca de metade da taxa de risco de pobreza, abrangendo vários grupos sociais, nomeadamente, crianças e jovens, pessoas com deficiência, idosos e as famílias mais vulneráveis.

A importância das transferências sociais é preponderante na velhice, na medida em que contempla 5.826 idosos, cerca de 16% da população total de Esposende no ano de 2022. Em termos de peso relativo na distribuição de prestações de 2022 seguem-se o apoio às crianças e jovens através do abono de família (2.923) e os subsídios por doença (2.810).

Tabela 57 | Resumo de algumas prestações sociais atribuídas a residentes em Esposende, 2014, 2022 e 2023

Prestação Social	2014		2022		2023	
	Nº. Benefic.	Valor Médio Mensal €	Nº. Benefic.	Valor Médio Mensal €	Nº. Benefic.	Valor Médio Mensal €
Abono família	3 166	-	2 923	-	-	-
Doença	1 600	-	2 810	-	-	-
Desemprego	1 592	-	817	-	-	-
Velhice	4 996	-	5 826	485,50 €	-	-
Invalidez	907	-	647	447,58 €	-	-
Sobrevivência	1 833	-	2 044	234,75 €	-	-
Complemento Solidário para Idosos	-	-	567	107,37 €	579	152,25 €
Prestação Social para a Inclusão - Base	-	-	447	258,65 €	502	279,74 €
Rendimento Social de Inserção	225	-	302	147,30 €	224	158,49 €
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social	-	-	2 679	-	3 946	-

Fonte: INE

PRINCIPAIS PRESTAÇÕES SOCIAIS

Fundamentais para reduzir o risco de pobreza

Sendo imprescindíveis para melhorar as condições de vida das pessoas, os valores médios processados ainda são baixos e inferiores ao referencial de 7.095€/ano (ou 591,25€/mês), definido como o limiar de risco de pobreza.

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas e um programa de inserção que visa uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos elementos do agregado familiar do requerente.

Analisando a estatística de atribuição do RSI entre 2019 e 2023, observa-se um pico no número de requerimentos entrados (187) e deferidos (153) em 2022, regredindo em 2023. O número mais elevado em 2022 poderá ser um sintoma do agravamento do custo de vida no ano.

Em 2023, o valor médio processado foi de 253,73€/agregado e de 158,49€/beneficiário.

Os beneficiários com 55 ou mais anos são em maior número em 2023, 25,5% do total, representando os menores de 18 anos 23,7%.

O RSI é atribuído maioritariamente a pessoas de nacionalidade portuguesa, que representam quase 56% dos beneficiários, seguido de pessoas com origem na Europa de Leste, 30%.

Tabela 58 | Estatísticas do RSI em Esposende, 2019 - 2023 (N.º)

RSI	2019	2020	2021	2022	2023
Requerimentos					
Requerimentos entrados	36	55	47	187	106
Requerimentos deferidos	19	23	30	153	62
Requerimentos indeferidos	13	28	16	32	50
Requerimentos suspensos	10	9	8	34	12
Requerimentos cessados	23	22	31	83	76
Agregados familiares com processamento	77	73	88	209	151
Beneficiários com processamento	117	117	137	302	224
Mulheres	67	64	81	159	116
Homens	50	53	56	143	108
Valor médio processado por beneficiário	137,19 €	138,39 €	135,82 €	147,30 €	158,49 €
Valor médio processado por agregado	214,04 €	232,74 €	225,27 €	220,38 €	253,73 €

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

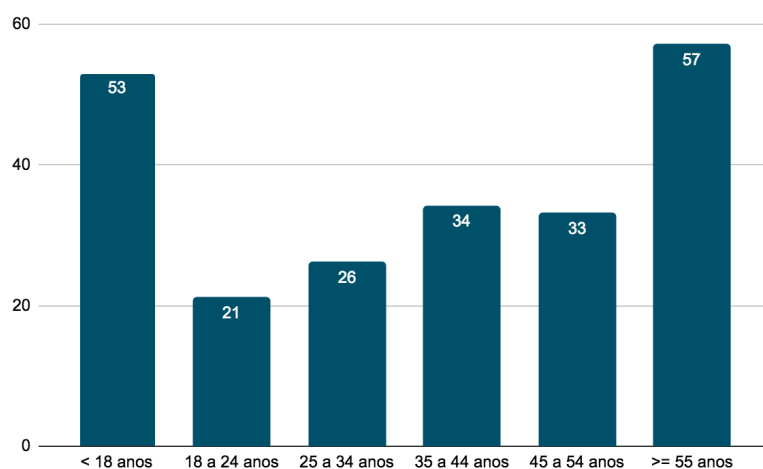


Figura 59 | Beneficiários de RSI, por grupo etário, 2023 (N.º)

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia



BENEFICIÁRIOS DO RSI

158,49€ - apoio médio mensal por beneficiário 2023

23,7%

CRIANÇAS E JOVENS

25,5%

55+ ANOS

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

Tabela 59 | Estatísticas do CSI em Esposende, 2019 - 2023 (N.º)

CSI	2019	2020	2021	2022	2023
Requerimentos					
Requerimentos entrados	77	70	50	58	104
Requerimentos deferidos	35	31	25	24	43
Requerimentos indeferidos	25	22	17	18	38
Requerimentos suspensos	8		9	3	7
Requerimentos cessados	18	40	447	35	120
Beneficiários com processamento	605	603	589	567	579
Mulheres	446	440	432	410	411
Homens	159	163	157	157	168
Valor médio processado por beneficiário	105,60 €	105,42 €	106,57 €	107,37 €	152,25 €

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia



BENEFICIÁRIOS DO CSI
152,25€ - apoio médio mensal
2023

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio monetário pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à Pensão de Velhice do regime geral de Segurança Social.

O número de beneficiários diminuiu de 2019 para 2023, situando-se no final deste ano em 579 idosos, com o apoio médio de 152,25€. No entanto, em 2023 registou-se um aumento considerável de novos requerimentos, para um pico dos últimos 5 anos, sinalizando o aumento das dificuldades de vida.

PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

Tabela 60 | Estatísticas da PSI em Esposende, Componente base, 2019 - 2023 (N.º)

PSI - Componente Base	2019	2020	2021	2022	2023
Requerimentos					
Requerimentos entrados	95	32	54	90	86
Requerimentos deferidos	45	54	36	51	65
Requerimentos indeferidos	8	15	7	13	25
Beneficiários com processamento	387	404	424	447	502
Mulheres	191	194	205	216	250
Homens	196	210	219	231	252
Valor médio processado por beneficiário	259,38 €	261,61 €	260,43 €	258,65 €	279,74 €

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia



BENEFICIÁRIOS DA PSI
279,74€ de apoio médio mensal
2023

A Prestação Social para a Inclusão (PSI) destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da situação de deficiência, tendo em vista promover a autonomia e inclusão social da pessoa com incapacidade. Além de eventual majoração por situação específica, existe um complemento destinado a combater a pobreza destas pessoas.

Em 2023 beneficiaram da componente base 502 pessoas, com um valor médio de 279,74€, e do complemento 106 pessoas, com um valor médio de 264,04€.

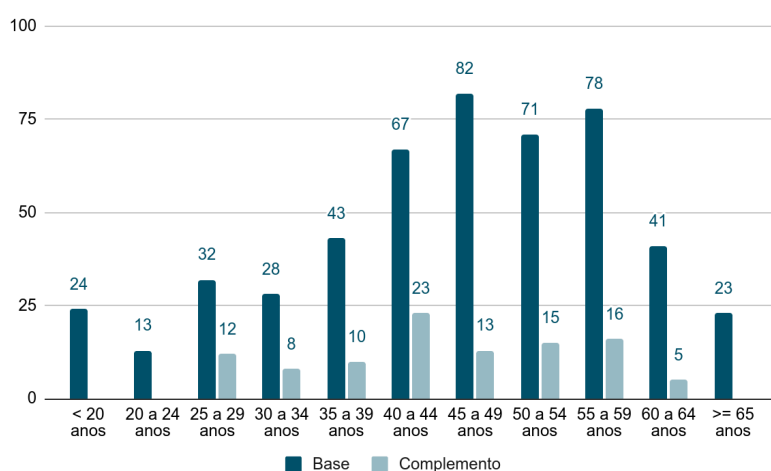
Tabela 61 | Estatísticas da PSI em Esposende, Complemento, 2019 - 2023 (N.º)

PSI - Complemento	2019	2020	2021	2022	2023
Requerimentos					
Requerimentos entrados	113	33	37	50	45
Requerimentos deferidos	74	23	28	41	94
Requerimentos indeferidos	16	5	12	9	13
Beneficiários com processamento	55	70	73	80	106
Mulheres	28	35	36	42	55
Homens	27	35	37	38	51
Valor médio processado por beneficiário	242,59 €	247,85 €	245,93 €	240,91 €	264,04 €

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia



**BENEFICIÁRIOS DO
COMPLEMENTO DA PSI**
264,04€ de apoio médio mensal
2023



40 - 59 anos
Maioria dos beneficiários

Figura 60 | Beneficiários de PSI em Esposende, Componente base e Complemento, 2023 (N.º)

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

Em 2023, só pessoas compreendidas na faixa etária de 25 a 64 anos beneficiaram do complemento do PSI.

SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) auxiliam famílias em situação de vulnerabilidade, atuando ainda em situação de emergência social. Informam, encaminham para respostas e apoiam, inclusive pecuniariamente, os indivíduos e famílias em situações pontuais.

Tabela 62 | Estatísticas dos SAAS em Esposende, 2019 - 2023 (N.º)

SAAS	2019	2020	2021	2022	2023
Atendimentos	630	535	1 015	1 032	1 043
Processos familiares ativos	731	570	814	1 034	1 581
Beneficiários de processos ativos	2 000	1 568	2 183	2 679	3 946
Mulheres	1 115	894	1 202	1 471	2 156
Homens	885	674	981	1 208	1 790

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia



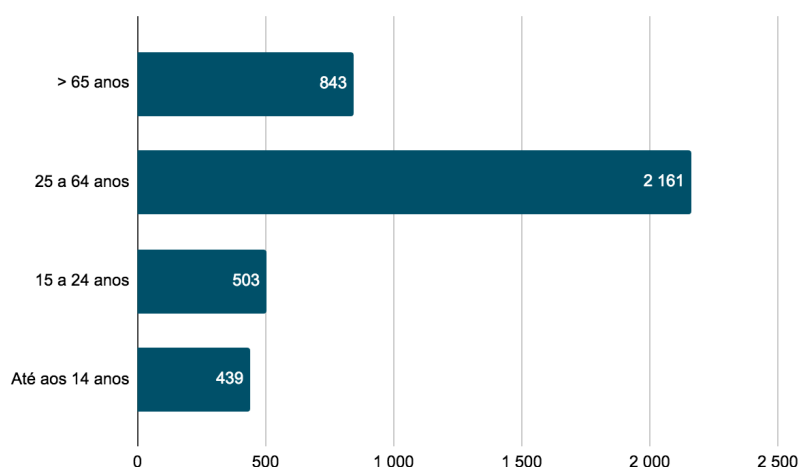
PROCESSOS ATIVOS - SAAS
2023
Crescimento acentuado em 2023

Entre 2019 e 2023, o número de beneficiários com processos familiares ativos teve um incremento, passando de 2.000 para 3.946. O aumento ocorrido na transição de 2022 para 2023, de cerca de 47%, sendo a maior variação em cadeia dos últimos 5 anos, é condizente com a percepção pública de emergência social provocada pela crise habitacional e pelo aumento do custo de vida.

Beneficiam deste apoio pessoas de todas as idades, com predomínio para as que têm entre 25 e 64 anos.

As famílias de uma só pessoa ou com duas representam, no seu conjunto, 64% das famílias beneficiárias, demonstrando a vulnerabilidade social dos agregados de menor dimensão. As famílias monoparentais representam uma fatia relevante dos processos ativos, grosso modo, 1 em cada 5.

A maioria dos beneficiários tem nacionalidade portuguesa (88%), destacando-se, em segundo lugar, com cerca de 4%, os beneficiários com origem na Europa de Leste.



BENEFICIÁRIOS DE TODAS AS IDADES
SAAS 2023

Figura 61 | Beneficiários de processos ativos de SAAS, por grupo etário, 2023 (N.º)

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

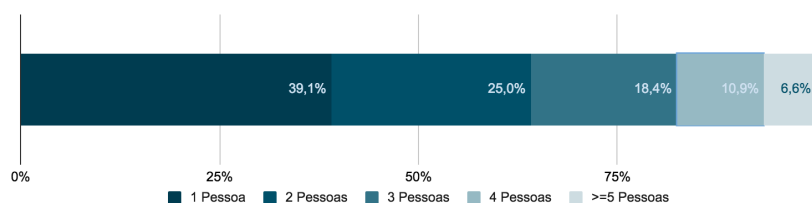


Figura 62 | Beneficiários de processos ativos de SAAS, por dimensão das famílias, 2023 (%)

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

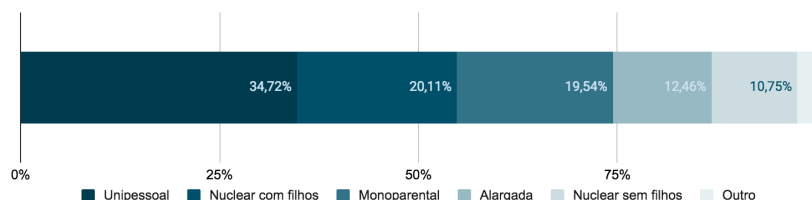


Figura 63 | Beneficiários de processos ativos de SAAS, por tipo de família, 2023 (%)

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

FAMÍLIAS UNIPESOAIS, DE 2 PESSOAS E MONOPARENTAIS
Representam grande parte dos pedidos de apoio
SAAS, 2023

2.7.4 MEDIDAS DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

As crianças e jovens veem as suas vidas em perigo quando lhes são negados direitos essenciais, quando se encontram em situações de abandono, negligência, maus tratos ou se verificam no seu contexto relacional e nos seus próprios comportamentos outras problemáticas que as colocam em perigo.

Em 2023, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Esposende acompanhou 201 processos de crianças/jovens em situação de perigo, o que correspondeu a uma Taxa de incidência de intervenção da CPCJ de 3,2% (3,19 crianças por cada 100 crianças e jovens residentes), abaixo do verificado na média da região Norte (4,1%) e em Portugal (4,99%).

Tabela 63 | Movimento de processos na CPCJ, 2023 (N.º)

Novos processos	Transitados de 2022	Reabertos	Recebidos de outra CPCJ	Total
105	62	33	1	201

Fonte: CPCJ de Esposende

Tendo por referência as problemáticas que justificaram o acompanhamento, a Violência doméstica surge em 1.º lugar (27,4%), seguida da Situação de perigo em que esteja em causa o direito à educação (22,6%) e da Negligência (22%).

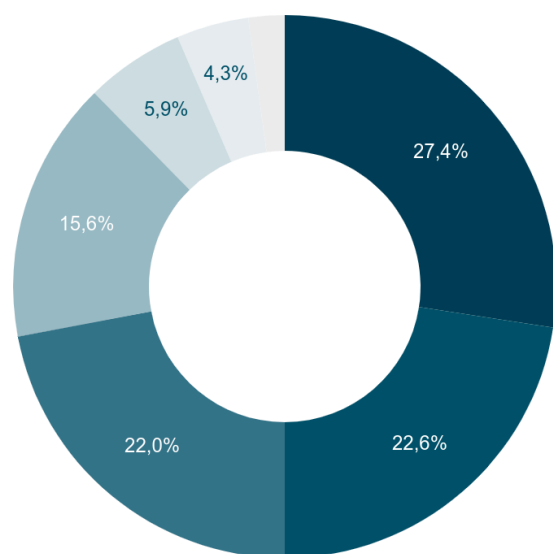


Figura 64 | Problemáticas que motivam a intervenção da CPCJ, por grupo etário, 2023 (%)

Fonte: CPCJ de Esposende

No que respeita à problemática da Violência doméstica, trata-se de um contexto em que a criança é forçada a testemunhar, normalmente de forma repetida, maus tratos no seu contexto familiar. A violência física sobre as próprias crianças está classificada na problemática “Mau trato físico”, que representou 5,9% das situações no ano de 2023.

A grande representatividade das situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação merece observação, na medida em que esta é determinante nas possibilidades de elevação social das crianças de famílias mais pobres.

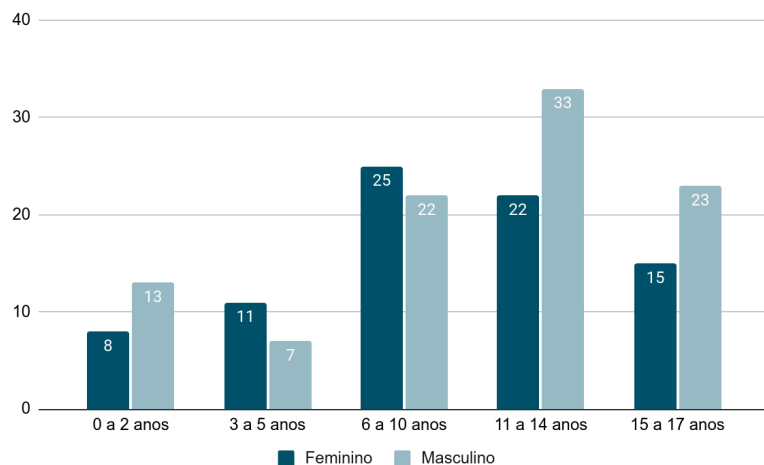


TAXA DE INCIDÊNCIA DE INTERVENÇÃO DA CPCJ DE ESPOSENDE
2023

- Violência Doméstica
- Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação
- Negligência (NEG)
- Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude
- Mau Trato Físico
- Outras situações de perigo
- AS (Abuso Sexual)

Na caracterização das crianças e jovens por grupo etário e sexo denota-se a prevalência de processos sinalizados no grupo etário dos 11 aos 14 anos, ligeiramente superior aos processos relativos ao grupo etário dos 6 aos 10 anos.

As crianças do sexo masculino prevalecem nas problemáticas, conforme atesta o respetivo número de processos, correspondendo a 55% do total.



IDADE CRÍTICA

Meninas: 6 - 10 anos

Meninos: 11 - 14 anos

Figura 65 | Crianças e jovens acompanhados pela CPCJ, por grupo etário, 2023 (%)

Fonte: CPCJ de Esposende

2.7.5 MEDIDAS DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

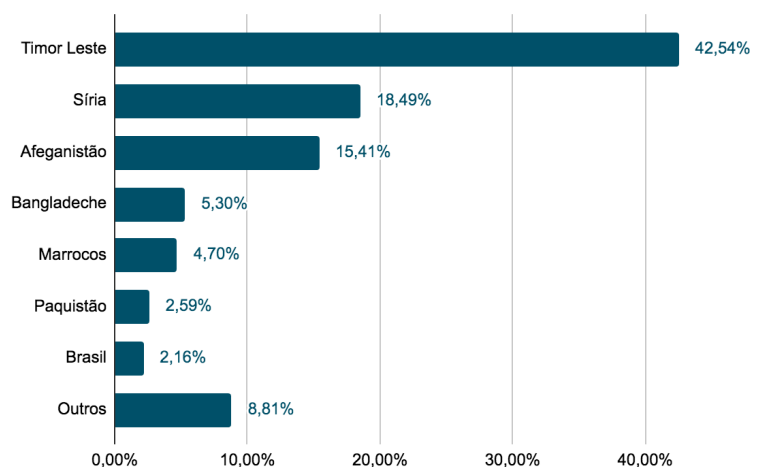
O acolhimento de refugiados constitui um desafio social. Por vezes exige intervenções urgentes de assistência básica e acolhimento (habitação, alimentação, cuidados de saúde) e frequentemente requer assistência na sua integração social, com destaque para a frequência de escolas para as crianças/jovens e acesso ao mercado de trabalho para a população). Em 2022, o município de Esposende mobilizou-se para acudir de emergência à população ucraniana, em linha com o ocorrido a nível nacional.

CLAIM - CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Esposende tem como principal objetivo contribuir para a promoção do acolhimento e integração de Migrantes na Comunidade, através de uma abordagem alicerçada na dignidade da pessoa e direitos humanos fundamentais, trabalhando matérias importantes como a regularização da situação migratória, o reagrupamento familiar, o acesso ao trabalho, habitação, educação e saúde, entre outros.

O CLAIM de Esposende realizou 1.858 atendimentos em 2023, principalmente, a homens (1.490), sobre assuntos diversos, destacando-se as situações relativas a trabalho, a saúde, a segurança social, a regularização da situação migratória ou a educação.

Relativamente aos atendimentos de 2023, predominam os imigrantes com origem em Timor Leste (42,5%), seguidos dos originários da Síria (18,5%) e do Afeganistão (15,4%).



ORIGEM ASIÁTICA
Maioria dos atendimentos são a
pessoas provenientes da Ásia

Figura 66 | Atendimentos do CLAIM, por país de origem, 2023 (%)

Fonte: CLAIM de Esposende

REDE DE SERVIÇOS E 3 RESPOSTAS SOCIAIS

INFÂNCIA E JUVENTUDE  3.1

POPULAÇÃO ADULTA  3.2

FAMÍLIA E COMUNIDADE  3.3

3.1 INFÂNCIA E JUVENTUDE

No que respeita às respostas sociais tipificadas pela Segurança Social, da consulta à Carta Social em 19 de julho de 2024, observam-se taxas elevadas de ocupação em Creche, Estabelecimento de Educação pré-escolar e Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens (UAPAJ). Destaca-se ainda a inexistência de respostas para crianças e jovens com deficiência.

Tabela 64 | Respostas sociais para a Infância e Juventude

Respostas	N.º	Capacidade	Utentes	Ocupação
CRIANÇAS E JOVENS				
Creche	12	637	583	91,53%
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	23	1.075	966	89,86%
Centro de Atividades de Tempos Livres	12	646	550	85,14%
CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO				
Casa de Acolhimento c/ UAPAJ	1	5	5	100,00%
Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência	1	20	13	65,00%

Fonte: Consulta à Carta Social online, em 2024-07-19

OCUPAÇÃO ELEVADA

Creche

Estabelecimentos pré-escolares

Casa de acolhimento c/ UAPAJ

Em matéria de promoção dos direitos das crianças a nível local, destaca-se a existência do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Esposende 2022-2026, PrAIA - Projeto de Ação para a Infância e Adolescência, bem como um conjunto de iniciativas da rede local pública e privada, como são exemplo o evento “Brincar é Coisa Séria!”, o projeto COOL – Cooperação Local para a Infância e Juventude e o projeto Esposende Summer Camp.

3.2 POPULAÇÃO ADULTA

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA OU COM DOENÇA MENTAL

Na tabela seguinte apresentam-se as respostas publicadas na plataforma online da Carta Social, em 19 de julho de 2024, nos domínios da deficiência e das pessoas em situação de dependência

Tabela 65 | Respostas sociais para adultos com deficiência, incapacidade e doença mental

Respostas	N.º	Capacidade	Utentes	Ocupação
PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA				
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	1	30	24	80,00%
PESSOAS ADULTAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA				
Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)	1	13	0	0,00%
Unidade de Convalescença (UC)	1	19	18	94,74%
Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)	1	31	31	100,00%
Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	1	10	10	100,00%

Fonte: Consulta à Carta Social online, em 2024-07-19

OCUPAÇÃO ELEVADA
UC, UMLD e ULDM

PESSOAS IDOSAS

A consulta à Carta Social em julho de 2024 evidencia a existência de quatro tipos de respostas sociais típicas difundidas pelas freguesias, que têm como objetivo promover a qualidade de vida das pessoas idosas, destacando-se a ocupação plena em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI).

Tabela 66 | Respostas sociais para pessoas idosas

Respostas sociais	N.º	Capacidade	Utentes	Ocupação
Centro de convívio	1	20	15	75,00%
Centro de dia	8	242	140	57,85%
Estruturas residenciais	4	168	168	100,00%
Serviço de apoio domiciliário	11	339	186	54,87%

Fonte: Consulta à Carta Social online, em 2024-07-19

OCUPAÇÃO ELEVADA
ERPI

Além das respostas sociais assinaladas, existe um conjunto diversificado de iniciativas e projetos desenvolvidos a nível local, quer da iniciativa municipal quer de parceiros, procurando amenizar as vulnerabilidades deste grupo social, promover o seu bem-estar, o envelhecimento saudável e ativo e combater o isolamento social.

3.3 FAMÍLIA E COMUNIDADE

Da consulta à plataforma online da Carta Social em 19 de julho 2024, evidenciam-se ainda as seguintes respostas sociais locais destinadas à Família e Comunidade em geral:

Tabela 67 | Respostas sociais para a família e comunidade em geral

Respostas	N.º	Capacidade	Utentes	Ocupação
FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL				
Ajuda Alimentar a Carenciados	1	368	320	86,96%
Centro de Férias e Lazer	1	1.116	200	17,92%
Comunidade de Inserção	1	20	18	90,00%
Refeitório/Cantina Social	1	5	4	80,00%

OCUPAÇÃO ELEVADA
Comunidade de Inserção e Ajuda
Alimentar

Fonte: Consulta à Carta Social online, em 2024-07-29

Também ao nível do apoio à família e comunidade existem inúmeras iniciativas locais que pretendem responder às vulnerabilidades sociais e promover o desenvolvimento social, intervenção que deve ser reforçada face ao atual contexto de aumento do custo de vida e de crescimento da população estrangeira.

NECESSIDADES E DESAFIOS 4

DA REDE SOCIAL

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIDA SAUDÁVEL



4.1

EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO



4.2

VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCOS DE EXCLUSÃO



4.3

ORGANIZAÇÕES DO 3.º SETOR: PLATAFORMA DE
INTERVENÇÃO COLABORATIVA



4.4

De acordo com a metodologia prevista para a realização do Diagnóstico e PDS, a análise quantitativa do amplo conjunto de indicadores selecionados foi aprofundada com os contributos qualitativos dos parceiros sociais e atores-chave da intervenção social no território, cuja ação se revela imprescindível para suprir ou mitigar as vulnerabilidades sociais e para responder assertivamente aos novos desafios sociais.

Neste sentido, a Rede Social de Esposende mobilizou os principais atores sociais para uma dinâmica participativa, que se traduziu num conjunto de fóruns temáticos, quer de diagnóstico quer de planeamento da ação. Desta reflexão participada, foram identificadas necessidades e problemáticas prioritárias de intervenção, que a seguir se resumem:



4.1 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIDA SAUDÁVEL

QUALIDADE DE VIDA NO PROCESSO DE LONGEVIDADE E ENVELHECIMENTO

- **Robustecer o investimento em políticas de promoção da longevidade e envelhecimento ativo e saudável**, através da dinamização de atividades de prevenção e promoção de saúde, hábitos de vida saudável e o fortalecimento das redes de vizinhança e de comunidade, designadamente, ao nível da intergeracionalidade.
- **Aumento da existência de situações de isolamento social e solidão**, perceptível pelas equipas de SAD, implicando um aumento do tempo de prestação de serviço decorrente da necessidade de acompanhamento e atenção.
- Aumento da longevidade proporcional à melhoria das condições de vida propiciam o aumento de pessoas cada vez mais velhas que apesar de autónomas, necessitam de apoio no dia-a-dia. É **perceptível a mudança de perfil e de necessidades das pessoas beneficiárias do serviço de SAD**, pelo que, importa refletir sobre o modelo de organização e funcionamento do SAD e ponderar a sua transformação num serviço multidisciplinar e abrangente, não focado unicamente nas AVD's.
- A **transição da vida ativa para a reforma** deve ter uma resposta mais sustentada e sem entrave, porque a partir dos 60 anos existem muitos casos com problemas demenciais e que acabam por se reformar mais cedo com níveis de penalização agravados;
- **Aumento significativo de pessoas com diagnóstico de doenças neurodegenerativas (demências)** a frequentar respostas sociais, exigindo o investimento de formação específica e especializada nesta área, assim como, a criação de respostas e serviços que promovam a qualidade de vida destas pessoas;
- Aumento da esperança média de vida e proporcional aumento do número de pessoas mais velhas em situação de maior dependência, exponencia **o aumento de cuidadores/as informais, existindo a necessidade de criar serviços/respostas que deem suporte, orientação e capacitação.**

PROMOÇÃO DA VIDA AUTÓNOMA, INDEPENDENTE E QUALIDADE DE VIDA

- **Criação de serviços que deem resposta às necessidades de pessoas com incapacidade e em idade ativa**, evitando que estas sejam integradas em respostas sociais dirigidas ao envelhecimento. Exemplo disso são as Unidades de Apoio à Vida Autónoma.
- **Investir em processos de reinserção profissional ou de dinamização de atividades de ocupação** para pessoas, em idade ativa, ou não, que apresentem deficiência e/ ou incapacidade;

- **Necessidade de acompanhamento especializado**, em proximidade e com maior regularidade, para apoiar as pessoas com que apresentem **problemas ao nível da saúde mental**;
- **Promoção da saúde mental e de apoio e acompanhamento junto da população ativa que apresentem doença mental**, através da realização de atividades de estimulação (cognitiva, físico-motora, etc) e ocupação do tempo;
- **Integração social de pessoas que apresentam incapacidades/ deficiência**, por situações de acidentes pessoais ou laborais.



4.2 EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

CAPACIDADE DE RESPOSTAS DE INTERVENÇÃO PRECOCE PARA CRIANÇAS E JOVENS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECÍFICAS / TRANSIÇÃO PARA A VIDA ATIVA E INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

- **Aumento progressivo de crianças e jovens com medidas de apoio à inclusão** implica uma aposta estratégica na intervenção precoce, desde o pré-escolar até à fase de transição para a vida ativa;
- **Ausência de respostas sociais e comunitárias para as crianças e jovens nos períodos de férias escolares**, nomeadamente para alunos/as que integram as medidas de apoio à inclusão nos contextos educativos, é um fator limitador para as famílias na integração laboral ou na própria gestão dos horários laborais;
- Trabalhar com maior antecedência, nos contextos educativos, os **processos de transição para a vida ativa / integração no mercado de trabalho**;
- Reduzida informação e orientação das famílias para o processo de integração no mercado de trabalho;
- **Investir o mais precocemente possível no processo de orientação vocacional** através de dinâmicas de aproximação com o contexto empresarial e investir numa campanha de marketing para valorizar o ensino profissional e trabalhar a procura social de algumas profissões

INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO

- **Procura crescente de mão-de-obra pelas organizações do 3.º setor**, mas sentem que horários e salários oferecidos, não permite a conciliação familiar;
- **Estigma social em determinados setores e profissões** é um fator de baixa adesão e valorização dos/as jovens a determinadas áreas de educação e formação com empregabilidade;
- **Desfasamento entre a oferta e a procura de qualificações**, nomeadamente na procura de mão-de-obra em alguns setores de atividade;
- **Baixo nível de qualificação de uma franja da população ativa**, cria a necessidade de se investir na educação de adultos como um foco estratégico de aumento das qualificações da população;
- **Necessidade de se investir em processos de literacia digital**, de leitura e escrita, através de práticas culturais e campanhas de marketing mais positivas;
- **Acesso da população migrante a processos formativos** por ausência de certificação de habilitações;
- **Fatores de risco de saúde mental** (stress, ansiedade, etc..) no contexto laboral, em consequência do contexto pandémico.



4.3 VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCOS DE EXCLUSÃO

CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO DOS SERVIÇOS PARA O MATCHING ENTRE OS CRITÉRIOS DOS APOIOS SOCIAIS E O PERFIL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO E/OU EM RISCO DE POBREZA

- **Emergência de novas formas de pobreza**, face à atual conjuntura social e económica, na medida em que existe uma alteração de perfil das pessoas que recorrem aos serviços de 1.ª linha de intervenção, que passam a ser pessoas que trabalham, mas não conseguem satisfazer as necessidades básicas;
- **Necessidade em desenvolverem-se respostas e projetos para trabalhar os comportamentos aditivos**, para além das respostas de adição ao álcool, numa lógica de intervenção de proximidade e com um novo enfoque sobre a dependência do jogo (digital e jogos de azar);
- **Ao nível das pessoas sem teto**, verifica-se que no concelho este grupo vulnerável é residual e que se tratam de pessoas, que apesar das alternativas, pretendem manter-se nas condições em que habitam. O SAS verifica que não existe nem resposta local de pensões para apoio de alojamento temporário, nem resposta de habitação social, nem balneário social, sendo a cantina social uma das respostas existentes para suprir uma das necessidades básicas elementares - alimentação.
- **Aumento de situações de vulnerabilidade socioeconómica e face aos perfis das pessoas que têm surgido nos serviços de 1.ª linha de intervenção**, verifica-se uma necessidade premente de investir em iniciativas de literacia financeira e gestão doméstica.

ACESSO À HABITAÇÃO E A CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE / INTEGRAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE

- **Aumento exponencial dos valores das rendas/aluguer acima da capacidade financeira das famílias**, que dificulta o acesso à habitação em mercado de arrendamento livre;
- **Situações de mercado paralelo de arrendamento (sem contrato)** são um obstáculo no acesso a medidas e apoios sociais existentes, e as situações de condições de habitabilidade muito frágeis colocam as famílias no limiar de pobreza;
- **Aumento da procura de habitação social ou a rendas acessíveis** de famílias de classe média, monoparentais e de pessoas individuais (idosos).
- Ao nível da **Estratégia Local de Habitação** identificou-se que existe uma grande complexidade de implementação e que se deveria equacionar um processo de simplificação das regras (ex: titularidade dos terrenos);
- Situações com impeditivos de regularização, nomeadamente ausência de título de residência, para que possam aceder a medidas e apoios sociais;
- Ao nível escolar, verifica-se nas **crianças e jovens migrantes**, que os currículos escolares dos países de origem são diferentes, o que causa uma **necessidade de maior acompanhamento do processo de aprendizagem** e de iniciativa de prevenção do estigma social e preconceito interpares.



4.4 ORGANIZAÇÕES DO 3.º SETOR: PLATAFORMA DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA

AUMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA E EXISTÊNCIA DE SERVIÇOS AJUSTADO ÀS NECESSIDADES TERRITORIAIS

- **Insuficiência de vagas em ERPI, SAD e Creche;**
- **Défice de respostas** em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e Lar Residencial para a **população adulta com deficiência;**
- **Défice de respostas especializadas para integração de pessoas com incapacidade, quer por situações de acidentes pessoais ou laborais,** que acabam por ficar com algum nível de incapacidade, quer por **deficiência congénita,** o que faz com que haja a emergência de um novo perfil de utentes (pessoas entre os 30 e os 40 anos);
- **Resistência da tutela (segurança social)** para estabelecer novos acordos de cooperação com respostas inovadoras / atípicas;
- **Centros de Dia** devem se robustecer em termos de modelo de organização e funcionamento, através da inclusão de novas valências mais especializadas;
- Perspetivas de curto e médio prazo de **criação de novas respostas,** tais como SAD mais especializado para pessoas com incapacidades, casas partilhadas (nova tipologia de resposta).

CAPACITAÇÃO DA REDE SOCIAL PARA A DEFINIÇÃO DE NOVOS MODELOS DE INTERVENÇÃO

- Encetar a **reflexão de adaptação das respostas sociais existentes à nova realidade e novas necessidades da população** (a longo prazo 10 / 20 anos);
- **Qualificação das IPSS's para o planeamento** de reconfiguração dos modelos de funcionamento e/ou reconversão das respostas sociais para serviços mais especializados;
- **Capacitação organizacional** para a sustentabilidade financeira e transição digital;
- **Desafios crescentes aos modelos de sustentabilidade das organizações,** nomeadamente de qualidade dos serviços, capacitação constante das organizações e novos modelos e dinâmicas de funcionamento.

NOVOS DESAFIOS SOCIAIS 5

DESAFIOS SOCIETÁRIOS



5.1

DESAFIOS CONJUNTURAIS



5.2

DESAFIOS DA REDE LOCAL



5.3

5.1 DESAFIOS SOCIETÁRIOS

Após a superação da crise económico-financeira mundial de 2008 - 2014, a economia nacional entrou numa dinâmica de recuperação, com particular impacto nos domínios do emprego, do rendimento e da imigração. Contudo, inesperadamente, a pandemia COVID-19 abalou o percurso de recuperação e alterou temporariamente algumas das bases em que assentava a economia e a organização social, com consequências que ainda hoje se fazem sentir.

Debelada a pandemia, o ano de 2022 trouxe para o quotidiano europeu e nacional a tragédia da guerra na Ucrânia, testando a solidariedade entre povos e a capacidade de respostas de emergência social a nível nacional e local.

Somando contributos de outras dinâmicas societárias e económicas em curso, a economia desembocou num aumento acentuado de preços e do custo de vida, com maior impacto no acesso à habitação e aos bens essenciais, criando uma situação de emergência social, apesar da baixa taxa de desemprego.

O ímpeto imigratório revigorado após o interregno da pandemia, o progressivo envelhecimento da população, as alterações na estrutura familiar e nas formas de trabalho, a nova realidade digital, a maior consciência ambiental e a mundividência pós-moderna, grande adepta do lazer e das “experiências”, moldam o contexto atual e condicionam a intervenção social, cada vez mais realizada no plano local, na sequência do processo de transferência de competências para os municípios.

Assim, além da tradicional promoção da coesão-social e de uma sociedade mais inclusiva, o desenvolvimento e a intervenção social para o horizonte 2030 devem considerar um conjunto de novos **desafios societários**, assentes nos seguintes domínios:



5.2 DESAFIOS CONJUNTURAIS

Mas a resposta aos desafios societários de médio e longo prazo não pode enfraquecer a prioridade da intervenção social de curto prazo, que assume hoje um papel fundamental face aos graves problemas de conjuntura económica e habitacional que o país atravessa. Uma **conjuntura de emergência habitacional e de elevado preço dos bens essenciais**, uma realidade que assola a experiência quotidiana dos residentes, esmagando as suas expectativas, o seu bem-estar e as suas oportunidades de desenvolvimento. No caso das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, a presente conjuntura agrava a pobreza e a exclusão, pondo inclusivamente em risco a sobrevivência de muitas pessoas.

Não pode também deixar de se assinalar, como desafio conjuntural, a **intensificação da migração**, que pode originar tensões e conflitos sociais e o aparecimento de pressões sobre o sistema social, com o surgimento de novas minorias e novos grupos de risco, aumentando a necessidade de apoio nas atuais áreas e setores de intervenção. Urge assim atuar com políticas de promoção do respeito e valorização da diversidade social e cultural para garantir um modelo de inclusão mais transversal, que vá além da vertente social.



EMERGÊNCIA HABITACIONAL



PRIVAÇÕES SEVERAS



INTENSIFICAÇÃO DA MIGRAÇÃO

Por fim, uma palavra para a rede local, município e parceiros sociais, que deve ser capaz de responder aos desafios assinalados, mas que atravessa ela própria novos desafios.

5.3 DESAFIOS DA REDE LOCAL

DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

À luz do princípio da subsidiariedade e em resposta a reivindicações antigas, concretizou-se o processo de descentralização de competências da Administração Central para os municípios, tendo já sido assumidas vastas responsabilidades em inúmeros domínios, nomeadamente, transportes, educação, saúde e ação social.

Se estas novas competências devem permitir respostas locais para problemas locais, em tempo tendencialmente real, trazem também grandes desafios para a administração local, que teve de assumir tais atribuições num contexto de emergência social.

A articulação eficiente com a administração central e regional e com os parceiros sociais locais assume-se assim como um fator crítico para a mitigação das vulnerabilidades sociais, a promoção da coesão e o desenvolvimento social.



É neste contexto que o conjunto destas competências vem reforçar o papel de proximidade e de territorialização das políticas públicas, que o Município, enquanto entidade responsável pela presidência do CLAS, já prosseguia como dinamizador do Programa Rede Social à escala local e através do desenvolvimento de processos de planeamento estratégico da intervenção social e da mobilização dos agentes/organizações, numa lógica integrada e participada.

A assunção das competências transferidas para o Município traz alguns desafios e oportunidades e que de forma sintética podemos enunciar:

DESAFIOS:

- Reorganização funcional dos serviços municipais e locais para uma implementação eficaz das competências;
- Sistema de monitorização rigoroso e sistemático da operacionalização das competências, nomeadamente na atribuição de apoios sociais;
- Progressiva atualização dos instrumentos de planeamento estratégico, dado o peso fundamental de apoio à decisão (desde redefinição de processos de intervenção à monitorização das respostas sociais).

OPORTUNIDADES

- Aproximação das políticas sociais dos cidadãos, dando resposta mais célere aos problemas reais da população;
- Implementação de modelos habitacionais acessíveis e condignos para os munícipes, por via de estratégias locais de habitação;
- Reforço do processo de colaboração e articulação intra e inter organizacional, nomeadamente com o tecido institucional local.

INOVAÇÃO NA REDE SOCIAL

A rede social local está também condicionada por desafios próprios. A transição digital e energética das instituições, a conciliação da vida profissional e laboral dos profissionais, um modelo económico-financeiro débil e a necessidade de intervenção em contexto de emergência social, apresentam novos desafios ao setor.

O modelo de articulação em rede tem de ser repensado, promovendo-se maior partilha de recursos e experiência, maior inovação nas respostas, harmonizando-se ainda intervenções a vulnerabilidades comuns.

O próprio instituto de Segurança Social, I.P. deve repensar os modelos de financiamento do setor social, face aos novos desafios sociais, como o do envelhecimento, promovendo soluções de financiamento inovadoras, como, por exemplo, o cofinanciamento de respostas partilhadas entre instituições. É este o ponto de partida para a ação do novo Plano de Desenvolvimento Social.



PARTE II

PLANO DE AÇÃO

MATRIZ DE AÇÃO ESTRATÉGICA



6

ROADMAP PARA A AÇÃO



7

EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



8

MODELO DE GOVERNAÇÃO



9

2024-2030

MATRIZ DE AÇÃO ESTRATÉGICA 6

VISÃO ESTRATÉGICA



6.1

PILARES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



6.2

POSICIONAMENTO NO CONTEXTO EUROPEU,
NACIONAL E REGIONAL



6.3

6.1 VISÃO ESTRATÉGICA

O modelo de governação integrado e colaborativo é uma das marcas identitárias da Rede Social de Esposende, que vem, ao longo dos últimos anos investindo num processo de capacitação e qualificação dos agentes do tecido institucional local para a construção, desenvolvimento e reforço do trabalho interorganizacional, de soluções e estratégias de atuação comuns e de partilha/rentabilização de recursos para fazer face aos desafios sociais.

O investimento realizado neste modelo de governação colaborativo e integrado, teve por base a clareza do facto de que a construção de uma ação coletiva local centrada neste modelo, assenta no desenvolvimento de competências, atitudes e de relações de confiança, que, tendo sido, e ainda será, um processo de construção e co-construção demorada e que a cada passo deve ser aprimorada.

É neste contexto que a visão estratégica para a promoção da coesão social e territorial, no concelho de Esposende, assume como ponto partida o conceito de governação integrada e colaborativa, no sentido de subscrever uma ação orientada para continuar a esbater as tradicionais abordagens setoriais e dar lugar ao desenvolvimento de abordagens integradas e colaborativas, em prol de uma maior inclusão, transparência, participação e bem-estar das pessoas e comunidade local.



Tendo como referência a Matriz GovInt⁸, a prossecução da visão estratégica de Esposende pretende encetar processos de planeamento e intervenção social integrada e colaborativa, assente em referenciais holísticos, multidimensionais, intersetoriais, e em metodologias facilitadoras do desenvolvimento de dinâmicas de atuação interorganizacionais, que visem a promoção de contextos territoriais, organizacionais e de vida das

⁸ https://issuu.com/ipav/docs/referencial_govint_promocao_envelhe

peçoas, alicerçados numa rede de suporte social formal e informal, subscritora de um território promotor da coesão socioterritorial.

Esta matriz integra um ciclo de princípios metodológicos⁹ para a implementação de processos colaborativos e integrados, pelo que a prossecução da visão estratégica da Rede Social de Esposende para o seu PDS 2030 deve procurar orientar a sua ação coletiva local e a operacionalização dos seus pilares de ação estratégicos, pelos seguintes princípios:

- 1. Liderança colaborativa e integrada:** a complexidade e multidimensionalidade das dinâmicas sociais emergentes colocam hoje desafios acrescidos aos níveis de liderança intra e inter organizacionais, na medida em que as organizações começam a não ter capacidade de, isoladamente, dar resposta às situações com múltiplos fatores de vulnerabilidade e devem cada vez mais atuar em soluções de forma o mais integrada possível. Isto implica, apostar na capacitação / qualificação das lideranças das organizações e serviços locais, para a aquisição de conhecimentos e competências para dinâmicas de planeamento, de soluções integradas e sistémicas e de partilha de recursos entre as várias organizações, numa constante cooperação crítica e adaptável, criando confiança, respeito mútuo e uma visão e agenda partilhadas.
- 2. Participação:** a participação das partes interessadas, sejam estas os parceiros da rede colaborativa e/ou os beneficiários finais da intervenção, deve ser assumida como um princípio basilar no planeamento, desenvolvimento e intervenção da rede nas dinâmicas sociais, recorrendo-se para isso a mecanismos participativos de co-construção e incutindo-se o conceito de participação esclarecida, onde todos são consciente e criticamente parte da ação coletiva local.
- 3. Legitimidade:** acautelar desde a génese, que as estratégias colaborativas e integradas que emergem do trabalho da Rede Social, são percecionadas pelas partes envolvidas (organizações, profissionais e/ou beneficiários finais da intervenção) como ajustadas, desejáveis e eficazes para a resolução da situação ou problema social e estão alinhadas com as orientações: i) estratégias de políticas nacionais, regionais e locais; ii) das parcerias estabelecidas localmente; e, iii) científicas e técnicas consideradas mais apropriadas para a resolução dos problemas sociais complexos.
- 4. Confiança:** o modelo de governação integrada revela-se como um sistema interativo, dinâmico e dependente de confiança, enquanto condição obrigatória para que o sistema de trabalho interorganizacional funcione e haja efetivamente uma partilha de visão, objetivos e recursos. Para isso, é necessário investir no estabelecimento de relações de confiança entre as partes envolvidas, com base na gestão de expectativas e na criação de mecanismos de controlo, que balizem os compromissos assumidos entre as mesmas.
- 5. Colaboração:** para que uma verdadeira estratégia de ação colaborativa seja acionada é necessário garantir que haja: i) a adoção progressiva de abordagens interdisciplinares e intersetoriais para a compreensão do problema e partilha de recursos; ii) o desenvolvimento de redes interorganizacionais de interesse mútuo, dispostas a partilhar uma visão, os objetivos, os recursos e os risco/benefícios inerentes à própria colaboração; e, iii) a existência de mecanismos e instrumentos, que permitam uma comunicação eficaz e a circulação e partilha de informação de forma clara e transparente.
- 6. Aprendizagem:** a capacidade de aprendizagem e adaptabilidade contínua e permanente às mutações que vão surgindo, não só na evolução dos fatores de vulnerabilidade social, como no

⁹ Fonte: https://issuu.com/ipav/docs/problemas_sociais_complexos_e_gover

dinamismo das próprias organizações e redes interorganizacionais, impõe que haja a criação e liderança de momentos e oportunidades de aprendizagem, partilha de informação e geração de novas ideias, conhecimento e saberes, como estratégia informal de estimulação de maiores níveis de criatividade e inovação, para que as organizações possam prestar serviços da mais elevada qualidade, eficiência e eficácia.

A prossecução da visão estratégica do PDS Esposende 2030 implica que a Rede Social local no processo de implementação, monitorização e avaliação do mesmo, seja capaz de agregar e integrar os restantes instrumentos (planos, programas e estratégias municipais e setoriais) que com ele se interligam, para maximização da capacidade de ação, rentabilização de recursos e resolução dos problemas sociais de forma mais eficaz, mais eficientes e mais próxima das pessoas.

Esta interligação entre instrumentos de planeamento de diferentes setores de intervenção, impelem ao PDS a capacidade de complementar com a sua especificidade e acrescentando valor com a sua abordagem qualificante, de recursos e fatores de competitividade como a coesão social, a qualidade de serviços e respostas que oferece e o bem-estar social que identifica a comunidade.

A dinâmica social do território, enquanto potenciadora da infraestrutura de conhecimento, bem-estar e coesão social, gera recursos chave para que a governação colaborativa e integrada seja encarada como um fator de inovação social, na medida em que aposta efetivamente na criação de condições de articulação e coordenação interorganizacional de dinâmicas que envolvem múltiplos agentes e implicam dimensões complementares entre organizações e pessoas.

6.2 PILARES DE AÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O processo de reflexão e atualização das necessidades e problemáticas identificadas nos fóruns participativos realizados com parceiros da Rede Social de Esposende, permitiram refletir, atualizar e analisar as mesmas com base na experiência de intervenção de cada um dos participantes, face às dinâmicas sociais emergentes.

Decorrente do exercício de análise e interseção entre as principais necessidades e problemas debatidos em cada um dos fóruns, verificou-se a existência de linhas de ação que se cruzavam e criavam pontes de ligação, pelo que se procedeu à reorganização e sistematização em quatro pilares de ação estratégica, respetivas dimensões e objetivos estratégicos, que se apresentam na tabela infra.

PILARES DE AÇÃO	DIMENSÕES	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
1 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIDA SAUDÁVEL 	• Envelhecimento e Vida Saudável • Cuidadoras/es formais e informais • Isolamento Social / Suporte familiar • Saúde / Doença Mental	OE1. Promover o envelhecimento ativo, a longevidade, a saúde e bem-estar, autonomia e vida independente, através de dinâmicas de ação comunitária e/ou organizacional
2 EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO 	• Percursos educativos e sucesso escolar • Integração no mercado de trabalho • Multiculturalidade no acesso ao sistema de educação, formação e emprego • Qualificações da população ativa / inativa • Iliteracia digital da população ativa / inativa	OE2.1. Desenvolver dinâmicas de ação colaborativa promotoras do acesso a níveis de formação e qualificação, geradores de maiores níveis de empregabilidade OE2.2. Garantir condições geradoras da melhoria da qualidade nas aprendizagens e da igualdade de oportunidades no acesso a percursos educativos, formativos e de integração profissional inclusivos
3 VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCOS DE EXCLUSÃO 	• Acentuação das desigualdades (diminuição da capacidade financeira e situações pobreza) • Acesso e qualidade da habitação • Integração social da população migrante • Suporte institucional para a inclusão social de grupos vulneráveis • Dificuldade de acesso a bens e serviços de determinados grupos vulneráveis • Dificuldade de inclusão social das pessoas que apresentam deficiência e/ou incapacidade	OE3. Desenvolver abordagens de ação colaborativa e integrada com a rede de suporte organizacional e as pessoas em situação e/ou risco de vulnerabilidade social, alavancando processos de capacitação, autonomização, empoderamento, participação e inclusão social

4

**ORGANIZAÇÕES DO 3.º
SETOR: PLATAFORMA
DE INTERVENÇÃO
COLABORATIVA**

- Capacitação/Formação Organizacional
- Novos modelos de respostas sociais / Plataforma Colaborativa e Inter-Organizacional
- Défices e lacunas nas respostas sociais existentes

OE4. Reforçar o carácter identitário de Esposende como uma plataforma de intervenção, capacitação e qualificação colaborativa e inter-organizacional, na resposta aos desafios sociais do território

6.3 POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

O PDS consubstancia-se num instrumento estratégico de compromisso do CLAS da Rede Social para com a promoção do desenvolvimento e coesão social, alinhando os seus pilares de ação estratégica com os instrumentos vinculativos em diferentes esferas organizacionais:

- **a nível internacional**, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- **a nível nacional**, a Estratégia Portugal 2030, os Programas Temáticos do Portugal 2030 e as Estratégias, Programas e Planos Nacionais, nas diferentes temáticas; e,
- **a nível regional e local**, o Programa Operacional Regional Norte 2030, a Estratégia Cávado 2030 e demais instrumentos de planeamento estratégicos desenvolvidos à escala da NUTS III Cávado e do concelho.

É neste contexto que o Plano se posiciona como um instrumento de apoio e de interação de benefício mútuo com os diferentes planos, programas, estratégias e políticas em vigor, quer ao nível do seu enquadramento e complementaridades, quer enquanto possibilidade de financiamento de algumas das suas ações.

ALINHAMENTO INTERNACIONAL

A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** tem nos seus princípios fundamentais a promoção da: i) universalidade na aplicabilidade territorial; ii) centralidade nas pessoas garantindo a dignidade, igualdade de oportunidades, e principalmente intervindo junto daquelas que se encontram em situação ou em risco de pobreza e exclusão social; iii) inclusão e participação de todos os segmentos da sociedade, sem distinção de raça, género, etnia e identidade; e, iv) parcerias entre múltiplas partes interessadas numa lógica de mobilização e partilha de conhecimento e experiências.

O PDS incorpora a expressão dos princípios e procura adotar medidas subscritoras da erradicação da pobreza e mitigação de outros desafios e vulnerabilidades específicas, que devem ser acompanhadas de estratégias que reduzam as desigualdades e estimulem a igualdade de oportunidades nas diferentes esferas da vida, justificando o compromisso na prossecução dos seguintes **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**:

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E
VIDA SAUDÁVEL

ODS 3 ODS 10 ODS 11

EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E
ESCOLARIZAÇÃO

ODS 1 ODS 4 ODS 8 ODS 10

VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCOS
DE EXCLUSÃO

ODS 1 ODS 2 ODS 5 ODS 10 ODS 11

ORGANIZAÇÕES DO 3.º SETOR:
PLATAFORMA DE INTERVENÇÃO
COLABORATIVA

ODS 10 ODS 11 ODS 16 ODS 17

A par da Agenda 2030, este plano procura ainda contribuir para a prossecução do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, ao nível da promoção da igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas e proteção e inclusão social, e que se materializa num conjunto de 20 princípios fundamentais e direitos essenciais para mercados de trabalho justos e equitativos.

A operacionalização dos pilares de ação estratégica do **PDS Esposende 2030** procura convergir para **os objetivos de política (OP) definidos pela Comissão Europeia**, especificamente no que ao OP4¹⁰ “Uma Europa Mais Social” e o OP5¹¹ “Uma Europa Mais Próxima dos Cidadãos”.

ALINHAMENTO NACIONAL

A **Estratégia Portugal 2030** assume uma visão, para a década 2020-2030, de recuperação e convergência de Portugal com a Europa, tendo sido desenhada em alinhamento com as prioridades europeias, organizada em 4 Agendas Temáticas centrais que enquadram os objetivos estratégicos e concretiza as principais linhas orientadoras de aplicação dos fundos estruturais à realidade do país.

Este documento estratégico prossegue as cinco prioridades europeias de tornar a Europa mais inteligente (inovação, digitalização e competitividade), mais “verde” (transição energética e climática), mais conectada (mobilidade), mais social (emprego, educação, qualificação e inclusão social) e mais próxima dos cidadãos (coesão territorial e desenvolvimento local). Desta forma, os pilares de ação estratégica deste plano alinham-se da seguinte forma com as Agendas Temáticas e Objetivos de Política:

	AGENDAS TEMÁTICAS	OBJETIVOS DE POLÍTICA
ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIDA SAUDÁVEL	“Agenda Temática 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades”	OP4 – Portugal + Social
EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO	“Agenda Temática 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades”	OP4 – Portugal + Social
VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCOS DE EXCLUSÃO	“Agenda Temática 2. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento”	OP4 – Portugal + Social
ORGANIZAÇÕES DO 3.º SETOR: PLATAFORMA DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA	“Agenda Temática 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades” “Agenda Temática 2. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento”	OP5 – Portugal + Próximo

¹⁰ Focado nas dimensões de apoio ao emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde.

¹¹ Integra o apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia

A Estratégia Portugal 2030 é implementada através de um conjunto de programas temáticos, regionais e de cooperação territorial europeia, destacando-se no âmbito do PDS a oportunidade de mobilização do programa temático **Demografia, Qualificações e Inclusão**, doravante designado **PESSOAS 2030**, canalizando algumas das prioridades de investimento subscritas no OP4 – Portugal + Social.

	PRIORIDADES PESSOAS 2030 ¹²					
	4A	4B	4C	4D	4E	4F
ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIDA SAUDÁVEL					✓	
EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO	✓	✓	✓			
VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCOS DE EXCLUSÃO				✓	✓	✓
ORGANIZAÇÕES DO 3.º SETOR: PLATAFORMA DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA	✓		✓			

Partindo da análise e cruzamento das principais orientações gerais da Estratégia Portugal 2030, reflete-se no quadro seguinte o alinhamento dos pilares de ação estratégica do PDS para com as orientações das estratégias, programas e planos temáticos nacionais:

	PDS ESPOSENDE 2030			
	PILAR 1	PILAR 2	PILAR 3	PILAR 4
Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024		✓		
Estratégia Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025			✓	
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021 -2030	✓	✓	✓	✓
Estratégia Nacional para a Iguag. e a Não-Discriminação 2018-2030 (Portugal + Igual)			✓	
Estratégia Nacional para a Habitação 2015 – 2031			✓	
Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania		✓		
Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026	✓			
Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030		✓		
Plano Nacional de Saúde 2021-2030	✓			
Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar		✓		
Plano de Recuperação das Aprendizagens 21 23 Escola+		✓		
Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória		✓		
Portugal INCoDe.2030	✓	✓	✓	✓
Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020		✓	✓	

¹² 4A. Mais e melhor emprego, conciliação da vida profissional e pessoal e igualdade de género; 4B. Mais e melhor qualificação inicial para crescer; 4C. Mais e melhor (re) qualificação de adultos para crescer; 4D. Mais e melhor inclusão de pessoas em risco ou em situação de exclusão social; 4E. Mais e melhor acesso a serviços de qualidade; 4F. Combater a privação material

ALINHAMENTO REGIONAL E LOCAL

A operacionalização da Estratégia PT 2030 ao nível da Região Norte materializa-se no Programa Regional **Norte 2030**, que reproduz os objetivos estratégicos do atual período de programação, através da definição de 5 Objetivos de Política (OP) ou eixos estratégicos, posicionando-se o PDS de forma mais focalizada no OP4 – Norte mais Social e EP5 – Norte mais próximo dos cidadãos.

OBJETIVOS DE POLÍTICA DO NORTE 2030

OP 1	OP 2	OP 3	OP4	OP 5
NORTE MAIS COMPETITIVO	NORTE MAIS VERDE	NORTE MAIS CONECTADO	NORTE MAIS SOCIAL	NORTE MAIS PRÓXIMO DOS CIDADÃOS

Ao nível do **Programa Regional Norte 2030**, o PDS assume uma preponderância estratégica na concretização das tipologias de ação previstas no “*Objetivo específico: ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos*”, nomeadamente ao nível da participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis, e de inovação social.

Decorrente do alinhamento europeu, nacional e regional, a CIM Cávado desenvolveu para este período de programação a **Estratégia Cávado 2030**, assente num processo de reflexão estratégica e envolvimento alargado de atores, definindo o conjunto de linhas de ação estratégicas para a escala sub-regional. Partindo deste referencial estratégico global para o território do Cávado, o PDS assume-se como um dos instrumentos de aprofundamento estratégico e operacional direcionados para o **Eixo Prioritário 4 - Políticas Educativas, de Formação e Coesão Social**, e concretamente nos seus objetivos e linhas de ação estratégica, conforme se explicita:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EP 4 DA ESTRATÉGIA CÁVADO¹³ 2030

	OE 4.1	OE 4.2	OE 4.4	OE 4.5
ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIDA SAUDÁVEL				✓
EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO	✓	✓	✓	
VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCOS DE EXCLUSÃO				✓
ORGANIZAÇÕES DO 3.º SETOR: PLATAFORMA DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA				✓

Partindo da análise e cruzamento das principais orientações europeias, nacionais, regionais e sub-regionais, importa construir e sistematizar o posicionamento e alinhamento do PDS, com os documentos centrais que

¹³ OE_4.1. Afirmar o Cávado como espaço institucional de concertação e cooperação ao serviço de Políticas Sociais e de Qualificação de Nova Geração; OE_4.2. Promover a Equidade e o Sucesso Educativo como Fator Crucial de Inclusão Social; OE_4.4. Qualificar ativos em linha com a identificação de necessidades empresariais de Inovação e Formação; OE 4.5. Territorializar e coordenar políticas sociais.

se assumem como alavancas de canalização de recursos pelos agentes do território para a construção e planeamento de futuras intervenções e a identificação das linhas de financiamento disponíveis.

PDS ESPOSENDE 2030				
	PILAR 1	PILAR 2	PILAR 3	PILAR 4
ODS	ODS 1, ODS 10 , ODS 11	ODS 1, ODS 4, ODS 8, ODS 10	ODS 1, ODS 2, ODS 5, ODS 10, ODS 11	ODS 10, ODS 11, ODS 16, ODS 17
Europa 2030	OE4 – Portugal + Social	OE4 – Portugal + Social	OE4 – Portugal + Social	OE5 – Portugal + Próximo
Portugal 2030	Agenda 2. Inovação, Digitalização e Qualificações	Agenda 1. As Pessoas Primeiro	Agenda 2. Inovação, Digitalização e Qualificações	Agenda 1. As Pessoas Primeiro Agenda 2. Inovação, Digitalização e Qualificações
Norte 2030	EP4 – Norte mais Social	EP4 – Norte mais Social	EP4 – Norte mais Social	EP5 – Norte mais próximo dos cidadãos
Cávado 2030	EP4_Políticas Educativas, de Formação e Coesão Social	EP4_Políticas Educativas, de Formação e Coesão Social	EP4_Políticas Educativas, de Formação e Coesão Social	EP4_Políticas Educativas, de Formação e Coesão Social

ROADMAP PARA A AÇÃO 7

**PILAR 1 - ENVELHECIMENTO POPULACIONAL
E VIDA SAUDÁVEL**



7.1

**PILAR 2 - EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E
ESCOLARIZAÇÃO**



7.2

**PILAR 3 - VULNERABILIDADES SOCIAIS E
RISCOS DE EXCLUSÃO**



7.3

**PILAR 4 - ORGANIZAÇÕES DO 3º SECTOR: PLATAFORMA DE
INTERVENÇÃO COLABORATIVA**



7.4

RESPOSTAS SOCIAIS



7.4

A operacionalização do PDS do CLAS de Esposende assume uma abordagem de roadmap para a ação, enquanto representação operacional da ação estratégica de promoção do desenvolvimento e coesão social, e mecanismo de apresentação daqueles que são os propósitos, as dinâmicas de rede e parcerias, os recursos e instrumentos facilitadores e potenciadores da capacidade instalada, subjacentes a cada pilar de ação estratégico do Plano.

Esta forma de organização da matriz de ação do PDS procura gerar impulsos mobilizadores da ação, criar oportunidades de inovação social e posicionar o concelho para oportunidades de investimento, com apoio a instrumentos de financiamento internacional, nacional e regional.

O roadmap para a ação do PDS do CLAS de Esposende emerge da dinâmica de reflexão realizada com os parceiros que integram o CLAS e organiza-se, por pilar de ação estratégica, em objetivos, grupos-alvo e em **projetos estruturantes**, enquanto propostas de projetos desenvolvidos ou a serem desenvolvidos em sede de parceria com os agentes locais, suscetíveis de acederem ou beneficiarem das linhas de financiamento do Portugal 2030 e outros mecanismos, captando recursos financeiros para a otimização da capacidade das instituições locais promoverem intervenções geradoras de resultados e impactos da mais diversa índole no território.

7.1 PILAR 1 - ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIDA SAUDÁVEL

As políticas sociais estão progressivamente focadas na melhoria das condições de vida e de saúde das pessoas, e um dos indicadores de desenvolvimento das nossas comunidades não pode descurar os desafios demográficos com que nos deparamos, e que neste pilar, em particular, se enfoca na promoção do envelhecimento e longevidade saudável, ativo e alicerçado em modelos de serviço e cuidados (sociais e de saúde) que funcionam de forma integrada e colaborativa, seja em contexto organizacional, seja em contexto comunitário (inter-serviços).

Não podemos, por isso, descurar um conjunto de dimensões associadas ao processo de envelhecimento e promoção de uma vida saudável, independentemente da faixa etária e condição de vida (física, mental e social) da pessoa, a saber:

- as **situações de doenças neurodegenerativas (demenciais) e de dependência** que exigem competências específicas por parte das pessoas cuidadoras formais e informais;
- a **ausência de retaguarda familiar e redução das redes de sociabilidade e de apoio** (vizinhança, institucional, etc) para as situações de pessoas que vivem em situação isolamento;
- a **exigência crescente de qualidade e diversidade dos serviços** prestados pelas organizações de apoio às pessoas, tendo em consideração o aumento da longevidade das pessoas com autonomia, diversificando as necessidades e exigências das respostas existentes; e,
- o enfoque crescente em **iniciativas de maior prevenção e investimento na promoção de hábitos de vida saudável**, ao longo do ciclo da vida.

Assume-se como desafio estratégico deste pilar a capacidade da comunidade local em garantir as condições adequadas de coordenação e gestão dos processos, serviços e respostas integradas e colaborativas para a promoção da vida autónoma, independente, de qualidade e bem-estar.

A subscrição de um processo de longevidade, envelhecimento e vida saudável na comunidade, ou seja, desenvolver condições e recursos para que as pessoas possam permanecer o mais tempo possível nas suas casas com bem-estar e qualidade, autonomia e independência, passa por acautelar estratégias de intervenção em rede, nas seguintes dimensões chave:

- 1. Capacitação individual e organizacional para o envelhecimento e a vida autónoma na comunidade**, através do desenvolvimento de iniciativas que contribuam para que as pessoas preparem ao longo do seu ciclo de vida uma rede ou plano de suporte social (formal ou informal) ajustado às necessidades da evolução do seu contexto de vida e haja uma qualificação crescente dos profissionais das respostas/serviços para a prestação de cuidados ajustadas às reais necessidades das pessoas;
- 2. Modelo de organização de serviços e prestadores (formais e informais) de cuidados**, assentes em estratégias de colaboração setorial e intersectorial para a integração dos cuidados sociais e de saúde em contexto comunitário;
- 3. Consolidação do princípio da governança participada, já empreendida pela criação do Fórum para a Promoção da Longevidade**, e que inscreve o incremento e alargamento da participação ativa na sociedade, tanto de modo formal como informal, é uma condição para a inclusão social e para o exercício de uma cidadania ativa, ouvindo e dando voz aqueles que por razões de diversa natureza se encontram à margem da sociedade; e,

4. Dotar a rede social de Esposende de conhecimento sobre as necessidades de intervenção local e de um modelo de articulação interorganizacional que permita desenvolver respostas integradas, articuladas e de proximidade com todos os agentes, para que se prolongue o tempo de permanência das pessoas em casa em situação de conforto e segurança e previnam situações de dependência.

A promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis em prol do bem-estar físico, mental e social, passa igualmente por acautelar a prevenção, promoção e intervenção na crescente preocupação com o estado atual e futuro da saúde e doença mental das pessoas com taxas de incapacidade cada vez mais elevadas e duradouras, nomeadamente das crianças e jovens que progressivamente surgem nos contextos educativo com necessidades educativas específicas.

Para o efeito, este pilar deve assumir igualmente como estratégico a promoção da saúde mental como um recurso essencial para a vida quotidiana e influenciada pelas vivências das pessoas nos diferentes contextos de vida, investindo em iniciativas de reforço das capacidades e competências individuais e das comunidades.

PÚBLICO-ALVO

POP. 50+



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
E/OU INCAPACIDADES



CUIDADORES INFORMAIS



FAMÍLIAS



PILAR 1 - ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIDA SAUDÁVEL



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE1. Promover o envelhecimento ativo, a longevidade, a saúde e bem-estar, autonomia e vida independente, através de dinâmicas de ação comunitária e/ou organizacional

PLANOS E INSTRUMENTOS LOCAIS

Estratégia Local de Promoção da Longevidade do Município de Esposende

Plano Local de Saúde 2021-2030 da Unidade Local de Saúde Barcelos/Esposende

Plano Municipal de Saúde de Esposende 2024

REDES E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Fórum para a Promoção da Longevidade

PROJETOS ESTRUTURANTES (PE)

PE1.1. Programa Colaborativo para a Longevidade Ativa e Saudável - Ativo +

PROJETO ESTRUTURANTE	PE1.1 Programa Colaborativo para Longevidade - ATIVO+
OBJETIVO(S)	Implementar, até dezembro de 2027, atividades (lúdicas, desportivas, culturais, lazer, saúde, religiosas) de promoção da autonomia, interação, convívio social e de cidadania ativa.
COMPONENTES	Programa Colaborativo para a Longevidade Ativa e Saudável - Ativo + (Atividades de estimulação cognitiva, participação ativa, digital, sensorial, artística e cultural, através de iniciativas como: Coro Sénior de Esposende, Cinema Sénior, Desfolhada, Mãos ao Barro - Arte, Natureza e Comunidade, Santos Populares, Dia dos Avós, Festa do Idoso; e, Divertidamente - Jogos de Estimulação sensorial e cognitiva; Dia Mundial da Saúde Mental; Harmonias Sensoriais; Caminhada Marcha Lenta, Torneio de Malha Manuel Boaventura, Caminhada do Lenço, Torneio de Boccia, Oficinas Artísticas etc; e, implementação do sistema de Teleassistência (E Guard)). From Granny To Trendy (programa de envelhecimento ativo e capacitação através do upcycling de roupa usada para mulheres acima dos 50 anos fora da vida ativa, através de: diagnóstico dos recursos/atividades existentes e capacitação técnica; sinalização e recolha de inscrições; criação de clubes de costura locais onde serão realizados workshops criativos de upcycling de roupa usada, que culminará com um desfile e sessão fotográfica). Fórum para Promoção da Longevidade (dinâmicas de mobilização e participação dos cidadãos/ãs, através de conversas informais de grupos ou individuais; criação e distribuição de cartazes e panfletos; ações de capacitação dos técnicos das organizações em metodologias participativas e de conceção de um modelo de inovação e experimentação; dinamização de plenários; organização de debates e workshops sobre temas propostos; avaliação e monitorização da atividade do Plano Estratégico Local de Promoção para a Longevidade (elaboração de instrumentos de monitorização, acompanhamento e avaliação da ação local). Coordenação, monitorização e avaliação do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto) e da realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos.
PÚBLICO-ALVO	Direto Pessoas com 50 ou + Anos Indireto Famílias e Comunidade em geral
INDICADORES	Realização Nº de iniciativas realizadas de promoção da longevidade e da vida autónoma das pessoas envolvidas Nº de idosos em situação de isolamento sinalizados e apoiados Resultado % de idosos em situação de isolamento acompanhado, envolvidos nas atividades do projeto e/ou encaminhados para outros serviços Taxa de realização das atividades (%)
GOVERNAÇÃO	Entidade coordenadora Município de Esposende, IPSS'S, Associações Entidade(s) parceira(s) Juntas de Freguesia, Esposende Ambiente, Cruz Vermelha, Bombeiros, ACES Cávado III, Escola Profissional Esposende, Associação de Música e Cultura – Orquestra da Costa Atlântica
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR Norte 2030 - Prioridade 4A. Norte mais Social ESO4.8-04 - Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis

PORTEFÓLIO DE AÇÕES COM POTENCIAL DE MOBILIZAÇÃO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDS

ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE

- **Ações de capacitação para profissionais** sobre a utilização de comunicação adequada ao nível de literacia da pessoa mais velha e dos seus cuidadores;
- **Ações de formação e capacitação dirigidas a cuidadores informais** no sentido de aquisição de competências, nomeadamente de utilização das tecnologias e os serviços disponíveis para realizar o controlo das doenças crónicas e de potenciar as capacidades funcionais e de autonomia das pessoas mais velhas;
- **Apoiar o desenvolvimento de programas de educação não formal** dirigidos a pessoas mais velhas; sobre as literacias: saúde; financeira; e, digital;
- **Disseminar boas práticas para a promoção do envelhecimento ativo**, na redução das desigualdades em saúde, na promoção de maior informação acerca de direitos, e na melhoria da qualidade de vida da população mais velha;
- **Ações de informação e sensibilização sobre práticas de estilos de vida saudável**, para promover a aquisição de competências que incrementem a autonomia das pessoas na gestão do seu processo de autocuidado;
- Desenvolver programas, no âmbito da interação social, através da **criação de dinâmicas intergeracionais** e ações tendentes a destacar o valor social e económico da solidariedade intergeracional na família e na comunidade.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4E / Objetivo específico: ESO4.11; POR NORTE 2030 / Prioridade: 4A. / Objetivo específico: RSO4.5

DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADES

- **Ações de informação, avaliação e orientação de qualificação e emprego das Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PCDI)**, que possibilitem aquisição e desenvolvimento de competências profissionais, adaptadas a essas pessoas, apoiando a colocação e acompanhamento pós-colocação, a mediação com empregadores, facilitando a transição para regime normal de trabalho;
- Experiências-piloto de trabalho/emprego na comunidade ajustado às condições das pessoas, famílias e entidades empregadoras, de carácter inovador (ex: **Atividades Socialmente Úteis**);
- Aprofundamento e alargamento do **Modelo de Apoio à Vida Ativa Independente (MAVI)**, enquanto serviço de base comunitária, e que contribui para a sua não institucionalização;
- **Promoção da valorização das PCDI** através da sua qualificação técnica e profissional e integração no mercado de trabalho, e da participação cívica.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4E / Objetivo específico: ESO4.11; POR NORTE 2030 / Prioridade: 4A. / Objetivo específico: RSO4.5

HÁBITOS E ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS, SAÚDE E DOENÇA MENTAL

- **Ações de informação e sensibilização sobre práticas de estilos de vida saudável**, para promover a aquisição de competências que incrementem a autonomia das pessoas na gestão do seu processo de autocuidado;
- **Ações de promoção da saúde mental, da literacia em saúde e de ambientes/estilos de vida saudáveis**, ao longo do ciclo de vida, nomeadamente pelo incentivo da prática de atividade física, combate ao sedentarismo, adoção de uma alimentação equilibrada e outros fatores internos e externos;
- **Ações de capacitação, sensibilização e informação aos cidadãos sobre estilos de vida saudáveis**, benefícios da atividade física, envelhecimento ativo e saudável ou prevenção de doenças.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4E / Objetivo específico: ESO4.11; POR NORTE 2030 / Prioridade: 4A. / Objetivo específico: RSO4.5

7.2 PILAR 2 - EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Tendo por base a Agenda Europeia de Competências, as comunidades devem adotar estratégias que acompanhem as tendências demográficas, os novos desafios de carreira, as necessidades de qualificação e de competências para que, as pessoas permaneçam ativas no mercado de trabalho, ou que lhes seja permitido aceder a novas formas de trabalho e profissões emergentes, numa era de transição ecológica e digital e de surgimento de novos setores que procuram competências verdes e digitais.

Neste contexto, deve ser dada particular atenção, à ação coletiva e colaborativa, para processos de requalificação e reconversão profissional, especialmente para os grupos mais vulneráveis, incluindo pessoas em risco de ficarem desempregadas, garantindo as condições de acesso e as oportunidades para que as pessoas desenvolvam capacidade e competências num contexto de aprendizagem ao longo da vida.

No quadro operacional da Agenda Europeia de Competências¹⁴, subscree-se neste pilar de ação estratégica e de acordo com os resultados obtidos aquando da auscultação dos parceiros da Rede Social nos fóruns participativos, as seguintes:

- 1. Mobilizar os parceiros para a criação de oportunidades de formação em alinhamento com o ecossistema empresarial, industrial e das competências que o mercado de trabalho necessita**, como estratégia de mitigação do desfasamento entre a oferta e a procura de qualificações, nomeadamente na procura de mão-de-obra em alguns setores de atividade;
- 2. Investir progressivamente na modernização do ensino e formação profissional**, tornando esta modalidade educativa e formativa, mais atrativa e flexível para os jovens desenvolverem competências ajustadas à era digital, de transição ecológica e às oportunidades de empregabilidade do território, funcionando como uma estratégia de qualificação da mão-de-obra para a fixação de mais empresas no concelho;
- 3. Reforçar os processos de qualificação da população ativa / inativa** através da promoção de iniciativas locais (formais ou informais), que permitam o desenvolvimento de competências para a vida, desde básicas (leitura e escrita), digitais através de ações de educação digital e de cursos de formação em TIC, específicas do contexto laboral onde se inserem e da profissão que exercem, cívicas e literacia financeira;
- 4. Introduzir de forma progressiva nos percursos educativos e formativos das crianças e jovens, iniciativas de contacto com as STEAM** (Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), enquanto competências transversais e basilares, para o desenvolvimento de capacidades e competências facilitadoras do prosseguimento de estudos até ao ensino superior e/ou de integração no mercado de trabalho; e,
- 5. Desenvolver novos modelos de atuação colaborativa para esbater as barreiras e os desafios com que os migrantes se defrontam no acesso a oportunidades de educação (aprendizagem da língua não materna), de formação e emprego (documentação que comprove equivalência e reconhecimento em Portugal das qualificações)**, é crucial para que o processo de acolhimento e integração social seja bem-sucedida. Isto implica que localmente se procure melhorar os programas de aprendizagem de línguas, a participação e o desempenho educacional e os sistemas de reconhecimento de qualificações, e se sensibilize os empregadores para a inclusão laboral.

¹⁴ <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=1223>

As novas dinâmicas sociais emergentes acrescentam, nos contextos educativos, formativos e de emprego, desafios relacionados com a crescente multiculturalidade, o aumento das crianças e jovens com medidas de apoio à inclusão, e a necessidade de assumir um compromisso com a juventude para a mitigação do fenómeno dos NEET e/ou de jovens em risco de desemprego, que não conseguem aceder ao mercado de trabalho.

É neste contexto que se assume estratégico neste pilar de ação, o desenvolvimento de intervenções centradas na promoção de percursos educativos e de transição para a vida ativa (empregabilidade) de crianças e jovens com medidas de apoio à inclusão nos contextos educativos, através do desenvolvimento de modelos de intervenção integrados e colaborativos ajustados à realidade local do concelho e que interligue serviços, recursos e contextos da área do emprego, educação, formação, social, saúde, e familiar.

PÚBLICO-ALVO

POP. ATIVA**JOVENS NEET****POP. 50+****DESEMPREGADOS
OU EM RISCO DE****CRIANÇAS E
JOVENS****MIGRANTES**

PILAR 2 - EMPREGABILIDADE, QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE2.1. Desenvolver dinâmicas de ação colaborativa promotoras do acesso a níveis de formação e qualificação, geradores de maiores níveis de empregabilidade

OE2.2. Garantir condições geradoras da melhoria da qualidade nas aprendizagens e da igualdade de oportunidades no acesso a percursos educativos, formativos e de integração profissional inclusivos

PLANOS E INSTRUMENTOS LOCAIS

Carta Educativa Municipal de Esposende

Estratégia Local para os Direitos da Criança

Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Esposende 2022-2026

Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificação Intermédias da NUTS III Cávado

REDES E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Conselho Municipal de Educação

Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

PROJETOS ESTRUTURANTES (PE)

PE2.1. Projeto Sucesso para Todos

PE2.2. Projeto VALIHUM + - Parcerias | Emprego | Inclusão Social de Pessoas com Deficiência

PE2.3. Projeto Esposende E+ Inclusão

PROJETO ESTRUTURANTE	PE2.1 Projeto Sucesso para Todos
OBJETIVO(S)	Garantir que 100% dos Agrupamentos escolares ou escola não agrupada são abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo, até dezembro de 2027 Envolver, até dezembro de 2027, 909 alunos em atividades de enriquecimento curricular para o treino de competências cognitivas e comportamentais facilitadoras das aprendizagens e da melhoria dos resultados escolares.
COMPONENTES	Programa de Intervenção e de Prevenção Escolar: i) Estudo de diagnóstico de crianças/alunos/as sinalizados/as em situação de insucesso escolar e/ou risco de insucesso escolar e com dificuldades ao nível do processo de desenvolvimento de competências; ii) Acompanhamento psicossocial da criança/aluno/a, com o envolvimento da respetiva família; através da disponibilização de recursos especializados (psicologia, terapia da fala); e, iii) Ações de aconselhamento / consultoria ao nível das estratégias a utilizar no contexto familiar no sentido de potenciar os resultados de intervenção precoce. Programas de Promoção de Competências: i) Programa de Gestão/Inteligência Socioemocional; ii) Programa de Aquisição de Hábitos e Métodos de Estudo; iii) Academia da Parentalidade Positiva e Workshops para a promoção de competências parentais digitais; iv) Sessões de consultoria e práticas de redução de stress e promoção do bem-estar para agentes educativos; v) Sessões de consultoria a docentes, alunos/as e a outros educadores na área de implementação e desenvolvimento de recursos educativos digitais; vi) Implementação do programa “Som das Letras” - ao nível da consciência fonológica, da discriminação auditiva e da fala; e, vii) Programas de Intervenção Específica (ESHM). Conhecer, Intervir, Monitorizar e Avaliar: i) Desenvolvimento de uma bateria de indicadores e de instrumentos precisos destinados à monitorização do Projeto; ii) Realização de atividades de monitorização contínua da intervenção junto da criança e do/a aluno/a; iii) Implementação do sistema de monitorização e avaliação do processo de execução do Projeto; e, iv) Implementação do sistema de avaliação de impacto.
PÚBLICO-ALVO	Direto Crianças e Jovens do Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário Indireto Famílias, Agentes educativos e Comunidade
INDICADORES	Realização N.º de Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo N.º de Crianças e alunos abrangidos pelos planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar Resultado % de Alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções de promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudos Taxa de realização das atividades planeadas (%)
GOVERNAÇÃO	Entidade coordenadora Município de Esposende Entidade(s) parceira(s) Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR Norte 2030 - Prioridade 4A. Norte mais Social ESO4.11-02 - Igualdade de acesso a serviços de educação

PROJETO ESTRUTURANTE	PE2.2 Projeto VALIHUM + - Parcerias Emprego Inclusão Social de Pessoas com Deficiência
OBJETIVO(S)	Apoiar, até dezembro de 2027, 15 pessoas com PCDI, com mais de 18 anos, com competências para desenvolverem atividades produtivas apoiadas e que se encontram em situação de grave risco de exclusão profissional e social.
COMPONENTES	Atividade de Apoio para a Empregabilidade: O serviço profissional é baseado em linhas de produção, onde as PCDI, com apoio de uma equipa especializada, prestam serviços a empresas parceiras do concelho de Barcelos e Esposende. As tarefas que executarão são manufaturadas, simples e diversificadas, podendo ocorrer em contexto indoor e outdoor (agricultura/aromáticas, culturas biológicas, estamparia, têxtil, embalamento). Atividades de promoção do bem-estar físico e emocional: atividades de pilates/yoga, formação na área das competências sociais, da literacia financeira e digital. Atividade de apoio psicossocial: prevê o acompanhamento especializado a nível psicológico e social, de forma a assegurar o atendimento, o acompanhamento e o processo de capacitação dos utentes e das suas famílias. Este promove a interligação e a colaboração com as entidades existentes na comunidade, incentiva a participação e inclusão social dos utentes em grupos comunitários locais; tenta assegurar o exercício de direitos sociais, combater o absentismo e sensibilizar para a prestação de cuidados básicos e estilos de vida saudáveis. Sessões de formação, para profissionais da área social: pretende ser uma oportunidade para capacitar profissionais em temas como negócios sociais, empregabilidade de pessoas PCDI e impacto social, e serão ministradas por especialistas de universidades de referência na área dos negócios sociais. Coordenação, Monitorização e avaliação do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto) e da realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos.
PÚBLICO-ALVO	Direto Pessoas com 50 ou + Anos Indireto Famílias e Comunidade em geral
INDICADORES	Realização PCDI abrangidas diretamente Nº de protocolos com empresas locais para o desenvolvimento das linhas de produção Nº de sessões de Treino de Competências Sociais e de Literacia realizadas Resultado % dos participantes desenvolverem competências para a empregabilidade. % dos participantes aumentarem a qualidade de vida. % dos participantes integrarem medidas de apoio à integração no mercado de trabalho.
GOVERNAÇÃO	Entidade coordenadora APACI Entidade(s) parceira(s) Municípios de Barcelos e Esposende; Centro de Emprego de Barcelos; ACIB, Univ. de Psicologia do Porto, IPCA, etc.
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR Norte 2030 Portugal Inovação Social PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão Outros mecanismos (Fundação La Caixa; Fundação Calouste Gulbenkian – Cidadania Ativa)

PROJETO ESTRUTURANTE	PE2.3 Projeto Esposende E + Inclusão
OBJETIVO(S)	Envolver, até dezembro de 2030, crianças/alunos/as com medidas de apoio à inclusão, com algum tipo de perturbação do neurodesenvolvimento, ou outro tipo de vulnerabilidade que condicione o sucesso educativo, e as respetivas famílias, em atividades de melhoria da qualidade e do desenvolvimento das aprendizagens
COMPONENTES	Implementação de um Programa específico de Competências Socioemocionais e Informação “Educa Esposende” (EE), sobre problemáticas específicas do desenvolvimento da criança/aluno/a, estruturado em domínios específicos, como desenvolvimento motor grosseiro, motor fino, linguagem, cognitivo e crescimento social/emocional. Intervenção terapêutica: realização de sessões individuais de psicomotricidade, terapia da fala, terapia ocupacional e psicologia, com o apoio técnico em atividades pedagógicas específicas. Implementação do Programa Patinhas (Cinoterapia): visa a intervenção assistida por cães, como coterapeutas no desenvolvimento holístico da criança/aluno/a, nomeadamente no tratamento físico, psíquico e emocional, ao nível da realização de atividades que estimulam o equilíbrio, a fala e a expressão de sentimentos. Workshops de capacitação para a Famílias, Educadores/as de Infância, Docentes e Assistentes Operacionais, sobre as Perturbações do Neurodesenvolvimento, dando a conhecer a especificidade de cada deficiência ou incapacidade, suas características, potencialidades e necessidades, promovendo a identificação de estratégias e comportamentos a adotar, e munindo-os/as de ferramentas de intervenção junto da criança/aluno/a. Criação de um grupo de trabalho para a definição de uma estratégia local e elaboração de plano de ação colaborativo e integrado, ao nível do reforço da intervenção precoce, desde o início do percurso educativo (creche), da adoção de mecanismos para trabalhar com maior antecedência nos contextos educativos, os processos de transição para a vida ativa / integração no mercado de trabalho / prosseguimento de estudos e de medidas de conciliação nas fases de pausas letivas para as famílias com crianças com medidas de apoio à inclusão. Coordenação, monitorização e avaliação do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto) e da realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos.
PÚBLICO-ALVO	Direto Crianças e Jovens com medidas de apoio à inclusão Indireto Famílias e Comunidade em geral
INDICADORES	Realização N.º de atividades realizadas N.º de crianças e jovens com medidas de apoio à inclusão envolvidos Resultado % de crianças e jovens que beneficiam das atividades e demonstram progressões nas dificuldades identificadas Taxa de realização das atividades (%)
GOVERNAÇÃO	Entidade coordenadora Município de Esposende Entidade(s) parceira(s) Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas; ULS Barcelos/Esposende
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR Norte 2030 Portugal Inovação Social PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão Outros mecanismos (Fundação La Caixa; Fundação Calouste Gulbenkian – Cidadania Ativa; etc.)

PORTEFÓLIO DE AÇÕES COM POTENCIAL DE MOBILIZAÇÃO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDS

EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

- **Serviços e apoios reforçados à conciliação entre trabalho e vida familiar** (estruturas e serviços de apoio à família; sistemas de planeamento e organização do tempo de trabalho; medidas que promovam a igualdade na prestação de cuidados e a partilha de tarefas domésticas e familiares entre mulheres e homens);
- **Ações de capacitação profissional e pessoal em profissões marcadas por elevados níveis de informalidade e precariedade**, nos setores social, da saúde e educação, através de formações curtas, tendo em vista a qualificação e integração profissional dos destinatários ou a melhoria da sua situação no emprego;
- **Ações de sensibilização e experimentação**, nos contextos educativos, que garantam o contacto e experiência com áreas das **STEAM e TIC**;
- **Iniciativas de melhoria e aquisição de competências e qualificações digitais, básicas e avançadas**, em linha com a inovação, desenvolvimento tecnológico e renovação industrial e considerando a conversão de perfis profissionais;

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4A / Objetivo específico: ESO4.3

- **Ações de capacitação de grupos vulneráveis, com foco no desenvolvimento de competências pessoais e sociais básicas**, que se assumem como críticas para a (re)inserção social e profissional.
- **Criação de abordagens integradas de proximidade territorial que mobilizem parcerias locais, dirigidas a NEET em situação de vulnerabilidade**, para desenvolvimento de projetos, diagnóstico de necessidades e definição de projetos de vida (prosseguimento de respostas de aprendizagem e de empregabilidade).

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4D / Objetivo específico: ESO4.8

INFÂNCIA E JUVENTUDE

- **Ações integradas de proximidade territorial que mobilizem parcerias locais, dirigidas a NEET em situação de vulnerabilidade**, para desenvolvimento de projetos de aquisição de competências transversais, diagnóstico de necessidades e definição de projetos de vida, para prosseguimento de respostas de aprendizagem e de empregabilidade.
- **Medidas de prevenção e acompanhamento da saúde física e mental na infância e adolescência**, com vista ao desenvolvimento de gerações saudáveis.
- **Promoção de projetos de desenvolvimento social**, de âmbito local, que concorram para a prossecução dos objetivos da **Garantia para a Infância**.
- **Criação do Núcleo Local da Garantia para a Infância** para realizar o diagnóstico do fenómeno de pobreza infantil, assim como as problemáticas identificadas ao nível do acesso à educação e acolhimento na primeira infância.
- **Adotar uma estratégia local de complemento de horário escolar** para crianças e jovens com deficiência, que possibilite a sua permanência fora do horário letivo, e desenvolva atividades de tempos livres e férias inclusivas.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4E / Objetivo específico: ESO4.11

7.3 PILAR 3 - VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCOS DE EXCLUSÃO

As consequências do contexto pandémico que atravessamos, da escalada da inflação verificada com impacto nas condições de vida das pessoas (rendimento, habitação, alimentação e outros bens essenciais) e do contexto multicultural advindo do movimento migratório crescente, são **dinâmicas sociais emergentes** com que os territórios e serviços de intervenção social se deparam diariamente, e que acompanham com preocupação face ao agravamento das situações de vulnerabilidade social e os fatores riscos de pobreza e exclusão social.

A **acentuação das desigualdades**, que resultam em parte destas dinâmicas sociais emergentes, estão intimamente correlacionadas não só com a **diminuição da capacidade financeira** das pessoas e famílias para fazer face às despesas com bens essenciais (quebra do poder de compra e de bem estar), **mas também com a capacidade de acesso aos serviços e recursos essenciais da sociedade** (educação, saúde, habitação, alimentação, emprego e formação, cultura) que estão, não poucas vezes, associadas às múltiplas vulnerabilidades associadas às situações de risco de pobreza e exclusão social.

Denote-se atualmente que os serviços de intervenção social direta se confrontam com a **emergência de novas formas de pobreza, pela alteração de perfil das pessoas que recorrem aos serviços**, que passam a ser pessoas que apesar de estarem ativas no mercado de trabalho, não conseguem satisfazer as necessidades básicas, e pelo **aumento de situações de vulnerabilidade socioeconómica**, verifica-se uma necessidade premente de investir em iniciativas de literacia financeira e gestão doméstica, bem como de promoção dos direitos e orientação da população, que muitas vezes desconhece os benefícios e direitos sociais.

A **elevada complexidade e multidimensionalidade das situações de vulnerabilidade** (social, de saúde, económica, educacional, habitacional, etc), com que os profissionais dos diferentes setores de intervenção hoje se defrontam, traz consigo desafios acrescidos para a capacidade de ação, gestão dos vários recursos para responder às múltiplas problemáticas sociais associadas à condição de vida das pessoas, e a autogestão emocional e pessoal do próprio profissional para lidar com os níveis de frustração e desgaste, por vezes pela falta de soluções, e outras vezes pela falta de condições para garantir o acesso das pessoas ao suporte institucional necessário ao processo de inclusão e integração social.

Associa-se a ação estratégica deste pilar, a um conjunto de **princípios, orientações e recomendações da EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza**, que se tem debruçado historicamente sobre as questões e fatores de risco relacionados com a pobreza, desigualdade e exclusão social, destacando-se aqueles que se interligam com as principais necessidades e preocupações que resultam do diagnóstico participativo com os agentes locais:

1. Capacidade da comunidade local e do município de colaborarem ativamente na territorialização da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, enaltecendo as oportunidades da transferência de competências na área da ação social para garantir a coesão territorial e igualdade de oportunidades para as pessoas, através de iniciativas que reduzam os fatores de maior vulnerabilidade, nomeadamente pela:

- i) garantia do acesso aos serviços, recursos e apoios sociais nacionais e municipais, numa lógica de maior proximidade territorial e sempre que possível com a adoção de medidas de simplificação de procedimentos;

ii) investimento na qualificação da intervenção local com metodologias, instrumentos e competências de ação que contribuam para a promoção de uma vida digna das pessoas e quebrar ciclos geracionais de pobreza; e,

iii) monitorização periódica das situações de vulnerabilidade, divulgação de informação sobre o fluxo de intervenção dos serviços de ação social e a evolução das medidas aplicadas, para que se consiga identificar e caracterizar de forma rigorosa e atualizada as situações de pobreza a nível municipal.

2. Assumir o combate às desigualdades como um desígnio estratégico, a nível local, através da promoção do acesso das pessoas e/ou grupos em situação ou em risco de vulnerabilidade aos serviços de saúde, educação, proteção social e emprego, com base numa visão holística sobre os problemas sociais e a intervenção em sede de parceria local.

3. Aumentar a capacidade de intervenção local por via da sensibilização, capacitação e aproximação do tecido empregador, com adoção de práticas de responsabilidade social, para outras formas de resolução de situações de vulnerabilidade social de pequena dimensão que requerem medidas de ação ajustadas às necessidades territoriais e que maximizem um compromisso e uma parceria de médio ou de longo prazo com projetos/programas municipais de combate à pobreza e exclusão social.

Dado o carácter prolongado das intervenções em situações de elevada vulnerabilidade e com fatores de risco de exclusão, importa neste pilar de ação estratégico, **reforçar e consolidar o desenvolvimento de um processo de intervenção social cada vez mais colaborativo e assente na metodologia de gestão integrada de situações de vulnerabilidade e emergência social**, que combine uma intervenção direta com a pessoa, com a coordenação e otimização dos recursos (in)formais disponíveis de modo a garantir uma resposta multisetorial ajustada às necessidades das pessoas e mitigando a sobreposição de intervenções.

PÚBLICO-ALVO

MIGRANTES



CUIDADORES
INFORMAIS



PESSOAS E FAMÍLIAS
VULNERÁVEIS



PESSOAS EM SITUAÇÃO
OU EM RISCO DE
POBREZA E EXCLUSÃO



PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE
ISOLAMENTO SOCIAL



PILAR 3 - VULNERABILIDADES SOCIAIS E RISCOS DE EXCLUSÃO



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE3. Desenvolver abordagens de ação colaborativa e integrada com a rede de suporte organizacional e as pessoas em situação e/ou risco de vulnerabilidade social, alavancando processos de capacitação, autonomização, empoderamento, participação e inclusão social

PLANOS E INSTRUMENTOS LOCAIS

Estratégia Local de Habitação

Estratégia Local para os Direitos da Criança

Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2022-2027

REDES E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Loja Social de Esposende

Equipa para a Igualdade na Vida Local

PROJETOS ESTRUTURANTES (PE)

PE3.1. agirE - CLDS 5G | Atuar Globalmente e Individualmente com os Recursos de Esposende

PE3.2. Projeto Cultura para Todos em Esposende

PE3.3. Radar Social

PE3.4. GAFIJ – Gabinete de Apoio à Família, Infância e Juventude

PROJETO
ESTRUTURANTE

PE3.1 agirE - CLDS 5G | Atuar Globalmente e Individualmente com os Recursos de Esposende

OBJETIVO(S)

Até dezembro de 2027, dotar a Rede Social de Esposende de um instrumento de política de inclusão social, de prevenção e combate à pobreza e exclusão social e gerador de coesão social e territorial.

Até dezembro de 2027, promover 14 atividades de proximidade e em sede de parceria local, junto de pessoas em situação ou em risco de vulnerabilidade social.

COMPONENTES

Criação do Espaço ES+ (espaço de apoio à comunidade que visa informar e disponibilizar estratégias através da dinamização de sessões (in)formativas dirigidas a grupos de pessoas identificadas com problemáticas comuns (ex: literacia para a saúde, alimentação saudável, literacia financeira, gestão doméstica, direitos).

ES_IN (Desenvolvimento de atividades que promovam o bem-estar, através de práticas desportivas, artísticas e culturais, com recurso a estratégias assentes no contacto com a Natureza, atividades baseadas em diferentes expressões artísticas e culturais).

Campos de férias inclusivos (dirigidos aos agregados familiares em situação de vulnerabilidade social para proporcionar atividades diferenciadas, como forma de capacitação das famílias).

Integrar 180 (Implementação de uma metodologia diferenciada de gestores de caso, para construção de percursos personalizados à medida das necessidades reais das pessoas e das suas capacidades, através da intervenção de uma equipa multidisciplinar).

ES+CUIDAR (visa intervir na problemática do isolamento social e exaustão dos Cuidadores Informais. Pretende-se desenvolver uma rede de suporte formal e informal, criando uma bolsa de recursos sociais para atuação nos domicílios das famílias, bem como promover ações de capacitação e desenvolver grupos de autoajuda).

"REISignifica" – Resposta Empoderada de Inclusão (dinamização de espaços ocupacionais dirigidos às pessoas em situação de exclusão social, com recurso às artes, terapia ocupacional entre outras, de forma a estimular competências sociais e pessoais d@s residentes no concelho; diagnóstico e mapeamento de pessoas adultas com deficiências físicas ou intelectuais congénitas ou adquiridas, e a construção de novos planos de vida ajustados às novas realidades através de atividades diferenciadas de gestão de emoções, gestão AVD's, entre outros).

Comunidade ES-COOL (dinamização de um espaço de prevenção focado nas questões da saúde mental e dependências; criação de uma comunidade digital com acesso a conteúdos informativos sobre as temáticas em saúde mental e dependências).

AgirMAIS (sessões de informação sobre direitos e deveres para o associativismo, participação cívica, voluntariado; Bootcamp's e summit's sobre associativismo e voluntariado).

VEM SER (apoiar a população migrante, através de uma intervenção holística, focada nas suas necessidades, tais como: o apoio psicossocial; a orientação para a aprendizagem do Português Língua Oficial; o apoio no acesso a serviços).

MEDIADOR (Formar Mediadores imigrantes para que sejam facilitadores de diálogo com os pares, de modo a serem facilitadores da inserção social).

WE (Realização de atividades, como feiras culturais e saraus, sobre temas como a diversidade cultural, o direito à diferença, a atitude etnocêntrica, o multiculturalismo, o relativismo cultural, os direitos humanos, o diálogo intercultural e o interculturalismo).

CONVERSAS COM CAFÉ (ações de capacitação sobre temáticas relacionadas com os direitos das pessoas e famílias; ações descentralizadas em contextos informais, de forma a promover uma cultura de direitos).

Prevenir e Atuar - Sessões de Informação e Sensibilização (prevenir e atuar em situações de emergência e calamidade e Exercícios de Mass Training em Suporte Básico de Vida).

Coordenação, avaliação e monitorização do projeto (através da atualização do quadro de bordo, indicadores de projeto, e realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS).

PÚBLICO-ALVO	Direto Pessoas em situação ou em risco de vulnerabilidade social
	Indireto Comunidade em geral
INDICADORES	Realização N.º Atividades apoiadas do Programa CLDS N.º de destinatários envolvidos nas atividades N.º de instituições parceiras envolvidas
	Resultado % de Atividades concluídas do Programa CLDS N.º de produtos gerados com as atividades realizadas Grau de satisfação das entidades envolvidas (%)
GOVERNAÇÃO	Entidade coordenadora Esposende Solidário
	Entidade(s) parceira(s) Município de Esposende e Parceiros do CLAS
LINHAS DE FINANCIAMENTO	Pessoas 2030 - Programa da Área Temática Demografia, Qualificações e Inclusão Prioridade 4E. Mais e melhor acesso a serviços de qualidade ESO4.11-05 - Abordagens territoriais para a inclusão

PROJETO ESTRUTURANTE	PE3.2 Projeto Cultura para Todos em Esposende
OBJETIVO(S)	Implementar, até 2027, três iniciativas de promoção da inclusão social, por via da cultura, com recurso a práticas artísticas e culturais junto de pessoas com particulares dificuldades de inclusão social ou socialmente desfavorecidas.
COMPONENTES	Coro Sénior de Esposende (realização de ensaios periódicos, em articulação interinstitucional, em três locais do concelho; realização de oficinas mensais das Artes – Sons de Vidas, com recurso ao canto e às expressões corporais enquanto instrumentos base de expressão, bem como a instrumentos de percussão; realização de espetáculos musicais ao longo do ano, com temáticas variadas, em diferentes locais do concelho de forma a reforçar a relação com a comunidade). AMAReMAR: tem como objetivo promover a inclusão social, cultural e potenciar o crescimento pessoal d@s cidad@s, através de Oficinas de Teatro, Música, Ilustração, Vídeo e Fotografia. Consiste numa proposta de intervenção social através de práticas artísticas, tendo como premissa a importância da educação e da cultura na formação integral do indivíduo e do coletivo, como verdadeiros instrumentos de coesão social. Cooperativa Cultural Frenesim - Atividades de trabalho artístico, comunitário e de inserção social com doentes com Alzheimer, outras demências e incapacidades Coordenação, avaliação e monitorização do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.
PÚBLICO-ALVO	Direto Grupos em situação de vulnerabilidade social Indireto Famílias e Comunidade em geral
INDICADORES	Realização Nº de iniciativas realizadas de inclusão social pela prática artística Nº de participantes envolvidos nas atividades de inclusão social pela arte Resultado Grau de satisfação dos participantes envolvidos (1 a 5) Taxa de realização das atividades (%)
GOVERNAÇÃO	Entidade coordenadora Município de Esposende Entidade(s) parceira(s)
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR Norte 2030 - Prioridade 4A. Norte mais Social ESO4.8-04 - Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis

PROJETO ESTRUTURANTE	PE3.3 Radar Social
OBJETIVO(S)	Até março de 2026, identificar e sinalizar as pessoas em situação de pobreza e exclusão social, utilizando o Sistema de Informação da Segurança Social; Até março de 2026, envolver e encaminhar para parceiros locais as situações de pobreza e exclusão social com necessidade de intervenção identificadas Até dezembro de 2025, aprofundar o conhecimento do território a nível de recursos existentes e potencialmente disponíveis.
COMPONENTES	Mapeamento dos recursos locais, de forma a garantir maior eficácia das respostas e melhor coordenação das intervenções sociais (identificação de pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social). Elaboração e implementação do Plano de Ação interligado com as prioridades do Diagnóstico Social, as estratégias definidas no Plano de Desenvolvimento Social (PDS), bem como os objetivos e ações focadas na operacionalização do Radar Social. Coordenação, avaliação e monitorização do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.
PÚBLICO-ALVO	Direto Pessoas em situação de vulnerabilidade social Indireto Famílias e Comunidade em geral
INDICADORES	Realização Nº de visitas domiciliárias realizadas Nº de pessoas georreferenciadas Nº de encaminhamentos realizados Nº de equipamentos/serviços identificados Resultado % de execução das visitas realizadas % de pessoas sinalizadas % recursos utilizados
GOVERNAÇÃO	Entidade coordenadora Município de Esposende Entidade(s) parceira(s) IPSS's; Segurança Social; Juntas de Freguesia; SAAS; Entidades Locais
LINHAS DE FINANCIAMENTO	PRR Resiliência Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais

PROJETO ESTRUTURANTE	PE3.4 GAFIJ – Gabinete de Apoio à Família, Infância e Juventude
OBJETIVO(S)	Até 2030, dotar o Município de Esposende de projetos comunitários e políticas locais que favoreçam a proteção dos direitos daqueles públicos-alvo Até 2030, garantir a implementação anual de 1 Programa de Parentalidade junto das famílias sinalizadas em situação de vulnerabilidade social
COMPONENTES	Informação e aconselhamento a crianças, jovens e suas figuras parentais, com base no atendimento psicológico e/ou social, com vista a apoiar os munícipes em problemáticas específicas da infância, juventude e parentalidade, bem como a possibilitar o seu encaminhamento para respostas de outras estruturas e serviços, de acordo com as necessidades diagnosticadas casuisticamente. Capacitação parental, com base no acompanhamento psicológico e/ou social de natureza próxima e sistemática, realizada individualmente e/ou ao nível do núcleo familiar, assim como, nesta última modalidade, na possibilidade de intervenção em contexto de grupo, com vista à promoção de dinâmicas familiares saudáveis e do exercício de uma parentalidade mais positiva. Conceção, implementação e avaliação de projetos na comunidade, desenvolvidos autonomamente ou em parceria com outras entidades, com ou sem recurso a instrumentos de financiamento públicos, sobre a infância, juventude e parentalidade, incluindo os domínios da investigação, da intervenção comunitária, da psicopedagogia, da formação de profissionais, do apoio à criação de estruturas, e da produção de materiais. Desenho, implementação e avaliação de instrumentos de política local que contribuam para a prossecução dos desígnios municipais no âmbito da infância, juventude e apoio às famílias, assim como no âmbito do apoio às entidades concelhias com competência nestas matérias. Monitorização e avaliação do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto) e da realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos.
PÚBLICO-ALVO	Direto Famílias, Crianças e Jovens em situação de vulnerabilidade social Indireto Famílias e Comunidade em geral
INDICADORES	Realização N.º de crianças, jovens e encarregados de educação envolvidos N.º de projetos, ações e atividades realizadas Resultado N.º de crianças, jovens e encarregados de educação envolvidos N.º de projetos, ações e atividades realizadas
GOVERNAÇÃO	Entidade coordenadora Município de Esposende Entidade(s) parceira(s) CPCJ; Agup. Escolas e Escolas Não Agrupadas; IPSS's
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR Norte 2030 Portugal Inovação Social PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão Outros mecanismos (Fundação La Caixa; Fundação Calouste Gulbenkian – Cidadania Ativa)

PORTEFÓLIO DE AÇÕES COM POTENCIAL DE MOBILIZAÇÃO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDS

DESIGUALDADES E EMERGÊNCIA SOCIAL

- **Programas e ações de capacitação para a inclusão de públicos estratégicos** para o desenvolvimento de competências de natureza pessoal e social básicas, que se assumem como críticas para a (re)inserção social e profissional.
- Dinamização de **Planos locais de inclusão da população migrante**, desde a conceção, diagnóstico participado, em função das necessidades e potencialidades dos territórios, à sua implementação e avaliação.
- **Ações de apoio à integração de mediadores municipais e facilitadores culturais** para a população imigrante;
- **Atuar de forma integrada nas situações de múltipla exclusão associadas ao défice de qualificações**, ao acesso ao mercado de trabalho e a habitação digna por parte das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4E / Objetivo específico: ESO4.11

MIGRAÇÃO, INCLUSÃO E INTERCULTURALIDADE

- **Ações de aprendizagem da língua portuguesa, de alfabetização e competências básicas** a mobilizar em contexto de integração no mercado de trabalho.
- **Ações de imersão na língua**, através de atividades socioculturais e sobre direitos e deveres de cidadãos estrangeiros.
- **Ações de capacitação**, com atividade de diagnóstico, elaboração, implementação, monitorização, divulgação e avaliação de respostas e recursos de apoio à integração dos públicos-alvo e o **apoio a ações de valorização das diversidades culturais, linguísticas e religiosas**.
- **Apoio à criação e funcionamento de estruturas e respostas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado**, que assegurem o acesso a informação em diferentes línguas e suportes a migrantes, nomeadamente através de parcerias com a sociedade civil.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4D e 4E / Objetivo específico: ESO4.8. e ESO4.11

7.4 PILAR 4 - ORGANIZAÇÕES DO 3º SECTOR: PLATAFORMA DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA

A Rede Social de Esposende tem construído um **caminho gradativo na ativação e dinamização de uma plataforma de intervenção em rede cada vez mais integrada e colaborativa**, que tem demonstrado ganhos acrescidos ao nível de ação municipal e dos agentes locais, no desenvolvimento de projetos, iniciativas e modelos de capacitação em prol da resolução dos problemas e vulnerabilidades sociais ajustadas às reais necessidades das condições de vida das pessoas do seu território.

Este compromisso tem sido assumido, quer por via da constituição do Fórum para a Promoção da Longevidade, quer em termos de investimento em processos de formação e capacitação/qualificação das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho. Assume-se isto, como determinante para a promoção das redes de parceria, com vista a um **planeamento estratégico territorial e a uma atuação integrada que possibilite a utilização eficaz dos recursos disponíveis**, contribuindo também para a melhoria do desempenho das organizações, aumentando a sua eficiência, eficácia e qualidade dos serviços que prestam e potenciando o seu crescimento e a consolidação do setor social e solidário.

No sentido de consolidar e reforçar as dinâmicas de promoção desta plataforma colaborativa e inter organizacional, encara-se como estratégico e prioritário neste pilar de ação, o **investimento contínuo da capacitação e qualificação dos agentes institucionais locais para impulsionar cada vez mais uma dinâmica de desenvolvimento de processos colaborativos realizados em rede**, em prol da ativação das forças vivas do território para responder aos mais recentes desafios e oportunidades da realidade social local.

A **rede institucional local, defronta-se atualmente com o desafio** de ter cada vez mais capacidade de resposta e serviços de apoio de proximidade, de dotar os seus profissionais de competências mais especializadas para uma análise e intervenção mais centrada nos problemas sociais concretos, e a de inovar na forma de prestação de apoios e serviços com foco nos novos perfis de pessoas que irão recorrer à rede de suporte institucional.

Conscientes dos desafios e das oportunidades que as dinâmicas sociais emergentes colocam à rede de respostas, serviços e equipamentos institucionais, e que o próprio processo de transferência de competências para as autarquias locais aporta, justifica a **centralidade de base comunitária deste pilar**, que **pretende enraizar abordagens mais colaborativas ou participativas**, enquanto meio de:

- **Facilitação e de aprofundamento do trabalho em rede / parceria**, no sentido de agregar diferentes saberes, capacidades e competências relevantes da comunidade (profissionais, residentes, etc) para o processo de compromisso, inovação e mudança, bem como para o incremento em dinâmicas de diagnóstico e de resolução eficaz ou de minimização eficiente de problemas sociais, transformando e capacitando as populações vulneráveis para a criação de “valor social”;
- **Encetar a reflexão de adaptação das respostas sociais e comunitárias existentes às perspetivas e necessidades de evolução futura**, sendo fundamental investir numa maior articulação e comunicação com as organizações do 3.º setor sobre o processo de transferência de competências e maior reflexão para o desenvolvimento de respostas para adaptação à nova realidade e novas necessidades da população; e,
- **Capacitação e qualificação das organizações para modelos de gestão organizacional** (que introduzam melhorias no seu modelo de funcionamento), **processos de transição digital e formas de gestão** centradas na sustentabilidade financeira das organizações, numa lógica de preparação para captar outras formas de reforço ou captação de financiamento.

PÚBLICO-ALVO

ORGANIZAÇÕES E PROFISSIONAIS DO 3.º SETOR



PARCEIROS DO CLAS



PILAR 4 - ORGANIZAÇÕES DO 3º SECTOR: PLATAFORMA DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE4. Reforçar o carácter identitário de Esposende como uma plataforma de intervenção, capacitação e qualificação colaborativa e inter-organizacional, na resposta aos desafios sociais do território

PLANOS E INSTRUMENTOS LOCAIS

Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2022-2027

REDES E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Loja Social de Esposende

Equipa para a Igualdade na Vida Local

PROJETOS ESTRUTURANTES (PE)

PE4.1. Programa de Capacitação para Desenvolvimento Colaborativo Local da Rede Social

PE4.2. Carta Social Municipal

PROJETO ESTRUTURANTE	PE4.1 Programa de Capacitação para Desenvolvimento Colaborativo Local da Rede Social
OBJETIVO(S)	Até 2030, promover 2 programas de formação e capacitação dos profissionais da rede serviços de intervenção social locais e organizações da economia social sobre desenvolvimento local colaborativo Até 2030, registar um nível de assiduidade de 80% dos participantes nas ações de formação e capacitação
COMPONENTES	Implementação da Pós-Graduação em Desenvolvimento Local Colaborativo (dotar os/as profissionais das organizações locais de competências de conceção, gestão e avaliação de projetos de desenvolvimento local junto dos vários atores sociais, para: Identificar e analisar diferentes níveis de participação comunitária; Experimentar (praticar) o uso de ferramentas metodológicas promotoras da participação em contexto urbano; Aplicar modelos colaborativos/participativos de diagnóstico e de planeamento territorial e/ou temático; Conhecer e aplicar instrumentos de monitorização e avaliação do trabalho comunitário em rede/parceria; Conhecer e mobilizar políticas municipais ou autárquicas e os respetivos sistemas de governança local). Programa de Capacitação em Desenvolvimento Colaborativo (Formação-Ação) - Grupos de formação por tipo de resposta social e grupos-alvo para refletir sobre o modelo de organização e funcionamento; Capacitação organizacional e comunitária para a sustentabilidade financeira, ambiental e transição digital. Programa de Capacitação das Organizações Sociais (profissionais de respostas de 1.ª infância) e Estabelecimentos de Ensino (pessoal docente e não docente) para a intervenção com alunas/os com deficiência + Programa de Qualificação / Capacitação dos RH das Organizações c/ Resposta Sociais e Serviços de Intervenção (1.ª e 2.ª Linha) Organização e dinamização de ações de capacitação e/ou iniciativas públicas relacionadas com a inclusão ativa e outras temáticas relacionadas com os fatores de risco, bem como para apresentação dos resultados e trabalhos desenvolvidos nas componentes de ação do projeto. Coordenação, avaliação e monitorização do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.
PÚBLICO-ALVO	Direto Profissionais e Direções da Organização da Rede Social Indireto Comunidade em Geral
INDICADORES	Realização N.º de ações de capacitação organizacional realizadas N.º de ações comunitárias públicas realizadas N.º de participantes envolvidos nas ações Resultado Taxa de realização das atividades (%) Grau de satisfação das entidades envolvidas
GOVERNAÇÃO	Entidade coordenadora Município de Esposende Entidade(s) parceira(s) IPSS's, Rede Social
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR Norte 2030 - Prioridade 4A. Norte mais Social ESO4.8-04 - Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis

PROJETO ESTRUTURANTE	PE4.2. Projeto Carta Social de Esposende
OBJETIVO(S)	Até dezembro de 2030, dispor de um instrumento de planeamento estratégico de apoio à gestão e decisão sobre a rede de respostas, serviços e equipamentos sociais a nível concelhio.
COMPONENTES	Montagem técnico-institucional do projeto (definição da metodologia de elaboração da Carta Social; criação de um grupo de trabalho para apoio e acompanhamento do processo de elaboração da Carta Social; e, planeamento e calendarização das etapas de levantamento, produção e aprovação do instrumento de planeamento territorial); Elaboração da Carta Social Municipal que inclua a caracterização do território, designadamente nas vertentes demográfica, socioeconómica e física; o mapeamento dos serviços e equipamentos sociais existentes, incluindo georreferenciação dos mesmos; e um cenário prospetivo que, em face das necessidades identificadas, estabeleça a evolução planeada e programada da rede de serviços e equipamentos sociais, o seu dimensionamento, a tipologia das respostas e a articulação com os índices de cobertura nacional, no quadro da evolução demográfica e socioeconómica de cada concelho. Criação de um espaço web de acesso à carta social municipal, enquanto instrumento de partilha de informação e monitorização das dinâmicas territoriais de forma atempada e sistemática de indicadores e georreferenciação das respostas e serviços existentes nos equipamentos sociais. Coordenação, avaliação e monitorização do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.
PÚBLICO-ALVO	Direto Comunidade em geral Parceiros do CLAS da Rede Social Indireto IPSS's; Centro Distrital de Segurança Social; Plataforma Supraconcelhia do Cávado
INDICADORES	Realização N.º de respostas sociais existentes N.º de organizações envolvidas Taxa de Cobertura no concelho nas diferentes respostas sociais Resultado % das respostas sociais existentes mapeadas % de organizações envolvidas
GOVERNAÇÃO	Entidade coordenadora Município de Esposende Entidade(s) parceira(s) Rede Social de Esposende
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR Norte 2030 - Prioridade 4A. Norte mais Social ESO4.8-04 - Participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis

PORTEFÓLIO DE AÇÕES COM POTENCIAL DE MOBILIZAÇÃO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDS

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

- **Ações de sensibilização e qualificação** de famílias, pessoas, profissionais, outros agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva, nas mais diversas áreas (e.g. justiça, forças de segurança, saúde, segurança social, entidades do setor social, associações).

Enquadramento em financiamento comunitário: NORTE 2030 / Prioridade 4A e 4D / Objetivo específico: ESO

INOVAÇÃO SOCIAL E ORGANIZACIONAL

- **Incentivos para a inovação social:** apoio ao empreendedorismo e inovação social, através da capacitação para a inovação social e do desenvolvimento de parcerias para a inovação social e dinamização dos ecossistemas sociais;
- **Iniciativas inovadoras que visem a não institucionalização e vida autónoma na comunidade para pessoas com deficiência ou incapacidade,** incluindo, na transição para a vida ativa, após a escolaridade, serviços de atendimento e provisão de apoios dirigidos a este grupo específico;
- **Desenvolvimento de uma base de conhecimento em inovação social e boas práticas** (sistematização da recolha, reflexão e disseminação).

Enquadramento em financiamento comunitário: NORTE 2030 / Prioridade 4A e 4D / Objetivo específico: ESO

CAPACITAÇÃO E REDE DE RESPOSTAS

- **Cursos de formação avançada ou formação-ação para ONG e agentes do setor social e solidário,** ao nível qualidade e eficiência na gestão e apoio prestado à população.
- **Capacitação dos parceiros sociais e do município,** para a descentralização das novas competências no domínio da ação social, e formação para novas abordagens e competências para a intervenção e resposta às novas exigências e necessidades.

Enquadramento em financiamento comunitário: NORTE 2030 / Prioridade 4A e 4D / Objetivo específico: ESO

7.5 RESPOSTAS SOCIAIS

O processo de reflexão e auscultação do conhecimento dos agentes, realizada nos respetivos fóruns temáticos, sobre as necessidades, os desafios e os problemas com que se defrontam diariamente na intervenção direta com as pessoas, permitiu que fosse sinalizada a necessidade de impulsionar a rede de equipamentos e respostas sociais, em tipologias ou áreas ainda deficitárias em termos de cobertura.

Neste contexto, será relevante sinalizar as tipologias de respostas sociais que atualmente têm necessidade de aumento da capacidade instalada, mas simultaneamente incluir um processo de atualização e observação prospetiva sobre as necessidades de cobertura e respostas sociais inovadoras ou tipificadas do concelho, sendo esta tarefa realizada ao longo do processo de execução, monitorização e avaliação do PDS e dinâmicas sociais emergentes, o que pode dar origem a novas tipologias de ação social integrada e a novas tipologias de respostas sociais.

RESPOSTAS SOCIAIS Aumentar a capacidade da rede de respostas sociais	
Infância e juventude	
OBJETIVO(S)	Ampliar a capacidade da resposta social de creche
INDICADORES	N.º de respostas sociais criadas/ampliadas; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias
Pessoas Adultas com Deficiência e/ou Incapacidade	
OBJETIVO(S)	Ampliar a capacidade da resposta social de Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão (CACI) Aumentar a capacidade concelhia ao nível dos Lares Residenciais para pessoas com deficiência de nível de deficiência moderada ou profunda Dotar a rede de respostas sociais no concelho de um Serviço de Apoio ao Domiciliário especializado para pessoas com deficiência ou incapacidade
INDICADORES	N.º de respostas sociais criadas/ampliadas; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias
Pessoas Idosas	
OBJETIVO(S)	Ampliar a capacidade das respostas sociais de SAD e das Estruturas Residenciais para pessoas Idosas
INDICADORES	N.º de respostas sociais criadas/ampliadas; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias

SISTEMA DE EXECUÇÃO, 8 MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

CICLO DE EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



8.1

CRITÉRIOS E INDICADORES



8.2

OBJETIVOS



8.3

FASES DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



8.4

INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



8.5

GESTÃO DA EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



8.6

O processo de execução, monitorização e avaliação do PDS será orientado pelos desígnios dos pilares de ação estratégicos definidos para a promoção do desenvolvimento e coesão social e territorial, assente numa intervenção concertada, participada e colaborativa entre os parceiros do CLAS na concretização deste documento.

Terá por isso que contemplar a capacidade de observação, registo e verificação de indicadores que nortearam o dashboard de atualização do diagnóstico social, nas suas várias dimensões e grupos-alvo, e simultaneamente integrar uma abordagem dinâmica de planeamento contínuo, flexível e adaptativo à evolução dos fluxos sociais que se correlacionam com acontecimentos emergentes e inesperados.

A aplicabilidade do sistema de execução, monitorização e avaliação está em linha com o Modelo de Governação que será assegurada pelos responsáveis pela gestão operacional e com funções de coordenação, monitorização e avaliação da execução do Plano, conforme explanado no Capítulo 9 deste documento.

8.1 CICLO DE EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Assumindo-se este Plano como um instrumento orientador e transformador da ação dos agentes que integram a Rede Social local, deve por isso alicerçar-se, durante o período de vigência, em marcos de implementação que contemplem Planos de Ação anuais, e espaços de planeamento, reflexão, monitorização e execução.



8.2 CRITÉRIOS E INDICADORES

A monitorização e avaliação deverá ser assumido como processo qualificante da dinâmica de atuação dos diferentes níveis de governação do Plano e do modus operandi da própria Rede Social, pelo que terá por base os seguintes critérios:

- **Pertinência** (focalização da intervenção nas áreas estratégicas definidas, eficiência na gestão e mobilização dos recursos e mecanismos de não sobreposição de intervenção);
- **Articulação** (cooperação interinstitucional, participação ativa e capacidade de atuação em rede com e entre os agentes do CLAS);
- **Eficácia e eficiência** (cumprimento dos objetivos e obtenção de resultados).

Ao nível dos indicadores de monitorização e avaliação, que são elementos estruturadores das evidências a gerar e da informação a produzir/disponibilizar, serão contemplados dois níveis:

1. **Atualização do dashboard de indicadores estatísticos de fontes oficiais**, por via da recolha, tratamento e sistematização para disponibilização aos parceiros do CLAS com vista a suportar a caracterização da realidade social que servirá de base a projetos, candidatura e ações que poderão emergir ao longo da vigência do Plano;
2. **Agregação da informação produzida** pelos diferentes projetos, candidaturas e ações (indicadores específicos) desenvolvidas pelos parceiros da Rede Social, e simultaneamente da capacidade instalada na rede de equipamentos e respostas sociais.

Este processo de acompanhamento da informação produzida permitirá analisar os ritmos e flutuações registadas nas diferentes problemáticas sociais e respetivos grupos-alvo, mas também identificar fluxos sociais emergentes, que devem ser alvo de análise e integração no dispositivo de intervenção social existente.

8.3 OBJETIVOS

A monitorização e avaliação do Plano deverá corresponder a objetivos bem definidos que assegurem o rigor e a qualidade dos objetivos e resultados a atingir, entre os quais: identificar atempadamente desvios entre o planeado e o executado gerando alertas para a revisão do Plano; gerir e atualizar os suportes de informação e gestão de indicadores do Plano; disponibilizar informação de execução e progressos alcançados ao nível dos objetivos definidos para cada pilar de ação estratégica; e, introduzir ajustamentos necessários ao Plano face aos desvios identificados e/ou fluxos sociais emergentes de contextos de incerteza.

8.4 INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A avaliação dos níveis de execução do PDS e respetivos Planos de Ação Anuais, devem contemplar o recurso aos seguintes instrumentos, que se apresentam de forma sintética no quadro seguinte.

INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

QUADRO DE BORDO

- Organiza e estrutura os indicadores de execução por atividade, ação ou projeto;
- Permite a medição do desvio entre o previsto e o planeado;
- Registo das ocorrências e propostas de melhoria.

RELATÓRIOS ANUAIS

- Relatório de execução dos planos de ação anuais (evidência física das atividades realizadas);
- Monitorização dos níveis de execução dos indicadores do Quadro de Bordo;
- Análise de desvios, constrangimentos e necessidades identificadas.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL

- Relatório com o balanço final sobre os resultados do plano, com a identificação das principais potencialidades, dificuldades e boas práticas registadas no período de vigência do Plano.

8.5 FASES DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

As principais fases de monitorização e avaliação previstas contemplam a:

- **Fase inicial** será a componente de ação preparatória da execução do Plano (reuniões de planeamento e definição da metodologia de monitorização, indicadores e construção de instrumentos de suporte à execução das ações/atividades);
- **Fase intermédia** decorrerá de forma contínua, através de reuniões de acompanhamento com os Grupos de Trabalho da Rede Social para aplicação dos instrumentos de controlo de execução (promover a reflexão entre os agentes envolvidos sobre os níveis de implementação, oportunidade de corrigir trajetórias, indicadores e replanear de acordo com as necessidades identificadas); e,
- **Fase final** decorrerá no último semestre do Plano de modo a aferir o cumprimento dos níveis de execução, do impacto gerado e incorporar a dimensão de empoderamento dos parceiros na reflexão das futuras medidas que prolonguem e potenciem a cooperação interinstitucional, participação ativa e capacidade de atuação em rede do CLAS.

8.6 GESTÃO DA EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A aplicabilidade do sistema de monitorização e avaliação está em linha com o Modelo de Governação que será assegurada pela gestão operacional do Núcleo Executivo, que assumirá as funções de monitorização¹⁵, acompanhamento¹⁶ e avaliação da execução de forma global do PDS e em particular dos Planos de Ação Anuais de implementação do mesmo. Para o efeito, assumirão as seguintes funções e respetivos mecanismos de suporte: acompanhar a execução do Plano e respetivos projetos estruturantes, com a função de coordenação, agregação da informação e elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação para devolução ao CLAS.

¹⁵ “(...) enquanto processo regular – permanente ou cíclico – de análise da implementação do plano ou projeto, com o objetivo de aferir em que medida este decorre de acordo com o que foi inicialmente concebido ou planeado” (Seródio, Serra e Lima, 2018).

¹⁶ “(...) é um processo permanente de análise à sustentação, às metodologias, aos procedimentos e aos processos pelos quais se operacionaliza o plano ou projeto em ações / atividades concretas” (Seródio, Serra e Lima, 2018).

MODELO DE GOVERNAÇÃO 9

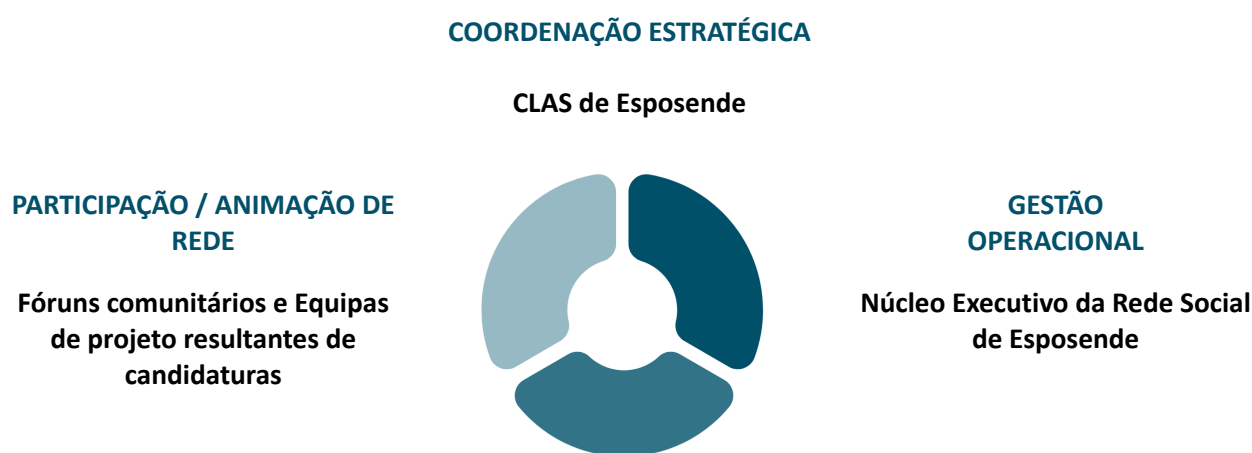


O processo de planeamento estratégico, subjacente à elaboração do PDS, assume especial relevância com a definição de um modelo de governação, estrategicamente alinhado com as estruturas orgânicas (órgãos do Programa Rede Social), que assegure a implementação, monitorização, avaliação e coordenação do Plano e que explicita a composição (recursos organizacionais) e funções de cada uma das estruturas que o compõem.

O modelo de governação do Plano implica a existência de capacidade operacional associada a todas as dimensões de coordenação, gestão e organização para que possam interagir e funcionar complementarmente.

Para o efeito, importa neste ponto legendar um conjunto de pilares que consolidam a animação da estrutura local da parceria, em particular, e em geral, que fortalecem processos de cooperação, reflexão integrada e dinâmicas participativas com os agentes que intervêm no território.

Assumem-se os níveis de coordenação, gestão e funcionamento do processo de implementação, monitorização e avaliação do PDS 2030, consubstanciados no seguinte esquema:



Sumariamente pode-se listar, por níveis de governação, as **funções e instrumentos** associados a cada um dos elementos mencionados no esquema anterior:

NÍVEL DE GOVERNAÇÃO	FUNÇÕES
Coordenação Estratégica	• Aprovar os documentos estratégicos da Rede Social (DS, PDS e Planos de Ação). • Aprovar pareceres para suporte a candidaturas de projetos a linhas de financiamento do Portugal 2030 e outras de âmbito nacional e internacional. • Acompanhar e monitorizar a implementação do PDS.
Gestão Operacional	• Coordenar e ativar a implementação do PDS nos vários níveis de planeamento e articular territorialmente as intervenções. • Elaborar os Planos de Ação anuais e submeter a aprovação do CLAS; • Emitir pareceres para suporte a candidaturas de projetos; • Acompanhar a implementação do PDS e respetivos Planos de Ação Anuais; • Atualizar o dashboard de indicadores estatísticos de fontes oficiais, e agregar a informação produzida pelos diferentes projetos, candidaturas e ações (indicadores específicos) desenvolvidas pelos parceiros da Rede Social, e simultaneamente da capacidade instalada na rede de equipamentos e respostas sociais. • Elaborar relatórios de monitorização e avaliação interna do PDS.

- Identificar áreas de oportunidade para novas intervenções ou necessidades por responder.

Gestão colaborativa da Rede Social

- Facilitar de fóruns de trabalho colaborativo que estimulem e reforcem a parceria local;
- Realização de fóruns participativos com envolvimento de grupos alvo específicos, para adequar as intervenções às necessidades e especificidades do contexto e realidade local;
- Criar espaços de reflexão sobre a intervenção e opções de planeamento no território, trazendo académicos, Peritos e especialistas que tragam apoiem esta reflexão com conteúdos académicos, científicos e profissionais.

A definição do modelo de governação do PDS, não pode ainda deixar de incorporar as dimensões de cooperação e articulação simbiótica com a Plataforma Supraconcelhia (PSC) da NUTS III Cávado, que se assume como organismo do Programa Rede Social à escala sub-regional.



REDE SOCIAL DE ESPOSENDE

GOVERNAÇÃO LOCAL



PLATAFORMA SUPRACONCELHIA DO CÁVADO

GOVERNAÇÃO SUB-REGIONAL

Esta plataforma de parceria alargada à escala supraconcelhia assume um papel preponderante na promoção da coesão territorial e na integração do princípio de territorialização das políticas públicas, e que pode trazer oportunidades de parceria mais alargadas com os Municípios envolventes para que sejam capazes de maximizar as oportunidades de financiamento no novo Quadro Comunitário – Portugal 2030.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

Δ	Variação
AIMA	Agência para a Integração Migrações e Asilo
ASE	Ação Social Escolar
AVD	Atividades da vida diária
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAVI	Centro de Apoio à Vida Independente
CAE	Código de Atividade Económica
CERV	<i>Citizens, Equality, Rights and Values</i> (Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores)
CCH	Cursos científico-humanísticos
CCI	Cuidados Continuados Integrados
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
CP	Cursos profissionais
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI	Centro de Respostas Integradas
CSI	Complemento Solidário para Idosos
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DS	Diagnóstico Social
ECCI	Equipa de Cuidados Continuados Integrados
EAD	Equipa de Apoio Domiciliário
ELR	Estatuto legal de residente
EMAT	Equipa Multidisciplinar de Apoio Técnico
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
FAMI	Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
GAD-2	<i>Generalized Anxiety Disorder 2</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICOR	Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.
INE	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
JMAI	Junta Médica de Avaliação de Incapacidades
MAVI	Modelo de Apoio à Vida Independente
ME - MCTES	Ministério da Educação - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
NE	Necessidades Educativas
NE	Núcleo Executivo da Rede Social
NLI	Núcleo Local de Intervenção
NEET	<i>Not in Education, Employment, or Training</i> (Pessoas)
NPISA	Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
NPT	Nacionais de países terceiros
NORTE 2030	Programa Operacional Regional do Norte 2021-2027
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OE	Objetivo Estratégico
ONG	Organização Não Governamental
OP	Objetivo de Política
PDCI	Pessoa com Deficiência ou Incapacidade
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PE	Projeto Estruturante

PEA	Perturbação do Espectro do Autismo
PESSOAS 2030	Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão
PIPSE	Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo
PME	Pequena e Média Empresa
POR	Programa Operacional Regional
POAPMC	Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
PRR	Programa de Recuperação e Resiliência
PSI	Prestação Social para a Inclusão
PSP	Polícia de Segurança Pública
PSSA	Pessoa em Situação de Sem-abrigo
RAP	Resposta de Apoio Psicológico
RMAA	Rede Municipal de Apoio Alimentar
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAAS	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SAVI	Serviço de Apoio à Vida Independente
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
VAB	Valor Acrescentado Bruto
UAPAJ	Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens
UC	Unidade de Convalescença
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
ULDm	Unidade de Longa Duração e Manutenção
UMDR	Unidade de Média Duração e Reabilitação
URAP	Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados
USF	Unidade de Saúde Familiar
USP	Unidade de Saúde Pública

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Localização e freguesias do município de Esposende	9
Figura 2 Densidade das freguesias do município, segundo os Censos 2021	10
Figura 3 Evolução demográfica inter-censos (2011-2021) das freguesias	11
Figura 4 Evolução anual da população residente entre 2011 e 2023	12
Figura 5 População residente por sexo e grupo etário à data dos Censos 2021	13
Figura 6 Variação da população residente por grandes grupos etários entre os Censos 2011 e 2021	14
Figura 7 Evolução da população jovem, 2011 a 2023 (N.º)	14
Figura 8 População dos 0 aos 24 anos, por subgrupos etários e sexo, 2023 (N.º)	15
Figura 9 Pirâmides etárias à data dos Censos 2011 e 2021	15
Figura 10 Evolução da população idosa, 2011 a 2023 (N.º)	16
Figura 11 População idosa, por subgrupos etários e sexo, 2023 (N.º)	16
Figura 12 Variação da população por estado civil entre os Censos 2011 e 2021	17
Figura 13 Nível de formação da população, segundo os Censos 2011 e 2021, homens e mulheres (%)	19
Figura 14 Nível de formação da população face a outros territórios, segundo os Censos 2021 (Total, %)	19
Figura 15 Proporção da população de nacionalidade estrangeira face à população total, segundo os Censos (%)	20
Figura 16 População com estatuto legal de residente, por nacionalidade, 2021 (%)	21
Figura 17 Taxa de atividade da população residente por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021(%)	22
Figura 18 Taxa de atividade por grupo etário, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)	22
Figura 19 Taxa de fecundidade, entre 2011 e 2023 (‰)	23
Figura 20 Evolução Taxa bruta de natalidade vs Taxa bruta de mortalidade, 2011- 2023(‰)	24
Figura 21 Taxa bruta de natalidade, entre 2011 e 2023 (‰)	24
Figura 22 Taxa bruta de mortalidade, entre 2011 e 2023 (‰)	24
Figura 23 Saldo Natural, Migratório e Total, entre 2011 e 2023 (N.º)	25
Figura 24 Índice de envelhecimento, 2011, 2021 e 2023	26
Figura 25 Principais causas de morte por doença, 2011 e 2021 (%)	33
Figura 26 Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por sexo e grupo etário, Portugal, 2023.	34
Figura 27 Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por escolaridade, Portugal, 2023 (%)	34
Figura 28 Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por situação face ao emprego, Portugal, 2023 (%)	34
Figura 29 População com 5 ou mais anos com incapacidade, por domínios de funcionalidade e grau de incapacidade, Censos 2021 (N.º)	36
Figura 30 Alunas/os matriculados por nível de ensino e natureza dos estabelecimentos, 2022/2023 (N.º)	39
Figura 31 Taxa de transição/conclusão no ensino básico, entre 2013 e 2023 (%)	42
Figura 32 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, entre 2013 e 2023 (%)	42
Figura 33 Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, Público e privado (%)	44
Figura 34 Crimes registados pelas polícias, por tipo de crime, 2023	46
Figura 35 Crimes violentos registados pela PSP e GNR entre 2019 e 2022 (N.º)	47
Figura 36 Crimes de delinquência grupal e juvenil registados pela PSP e GNR entre 2019 e 2022	47
Figura 37 Vítimas de violência de género e doméstica por sexo, 2019 a 2022	48
Figura 38 Vítimas de violência de género e doméstica por grupos etários, em 2022	49
Figura 39 Vítimas de violência de género e doméstica por estado civil, em 2022	49
Figura 40 Ocorrências de violência de género e doméstica por tipo, em 2022	50
Figura 41 Ocorrências de violência de género e doméstica por tipo de consequências para a vítima, em 2022	50
Figura 42 População empregada por grupo etário, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)	54

Figura 43 Taxa de emprego por grupo etário, à data dos Censos 2021 (%)	54
Figura 44 População empregada por nível de escolaridade, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)	55
Figura 45 População empregada por setor económico, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)	55
Figura 46 Média anual dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por sexo, em 2011, 2021 e 2023 (N.º)	58
Figura 47 Média anual dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por grupo etário, em 2011 e 2023 (N.º)	59
Figura 48 Média anual dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por nível de habilitações, em 2011 e 2023	59
Figura 49 Desemprego registado no concelho em maio 2024 (N.º)	60
Figura 50 Despesas municipais em cultura e desporto no total de despesas, 2018-2022 (%)	61
Figura 51 Despesas municipais em atividades culturais e criativas por habitante, 2018-2022 (€)	62
Figura 52 Despesas municipais em atividades e equipamentos desportivos, 2018-2022 (€)	62
Figura 53 Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses por categoria do alojamento familiar, (€), 2019-2023	64
Figura 54 Residentes em habitação social, por grupo etário (N.º)	67
Figura 55 Residentes em habitação social, por fonte de rendimento (%)	67
Figura 56 Residentes em habitação social, por tipo de família (%)	67
Figura 57 Beneficiários do apoio ao arrendamento, por grupo etário (%)	68
Figura 58 Beneficiários do apoio ao arrendamento, por tipo de família (%)	68
Figura 59 Beneficiários de RSI, por grupo etário, 2023 (N.º)	73
Figura 60 Beneficiários de PSI em Esposende, Componente base e Complemento, 2023 (N.º)	75
Figura 61 Beneficiários de processos ativos de SAAS, por grupo etário, 2023 (N.º)	76
Figura 62 Beneficiários de processos ativos de SAAS, por dimensão das famílias, 2023 (%)	76
Figura 63 Beneficiários de processos ativos de SAAS, por tipo de família, 2023 (%)	76
Figura 64 Problemáticas que motivam a intervenção da CPCJ, por grupo etário, 2023 (%)	77
Figura 65 Crianças e jovens acompanhados pela CPCJ, por grupo etário, 2023 (%)	78
Figura 66 Atendimentos do CLAIM, por país de origem, 2023 (%)	79

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Evolução da população residente segundo os Censos	12
Tabela 2 População residente por sexo e grupo etário segundo os Censos 2011 e 2021	13
Tabela 3 População residente por sexo e estado civil segundo os Censos 2011 e 2021	17
Tabela 4 População residente por sexo e escolaridade segundo os Censos 2011 e 2021	18
Tabela 5 Proporção da população de naturalidade estrangeira face à população total, segundo os Censos 2011 e 2021 (%)	20
Tabela 6 População ativa, por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021	21
Tabela 7 Índices de envelhecimento e de longevidade, 2021 a 2023 (N.º)	26
Tabela 8 Índices de dependência, 2023	27
Tabela 9 Agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por dimensão, à data dos Censos 2021 (N.º)	28
Tabela 10 Proporção de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)	29
Tabela 11 Proporção de núcleos familiares monoparentais (%), à data dos Censos 2011 e 2021	29
Tabela 12 Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência à data dos Censos 2021	29
Tabela 13 Médicos por 1000 habitantes, 2011, 2021 e 2022 (N.º)	31
Tabela 14 Enfermeiros por 1000 habitantes, 2011, 2021 e 2022 (N.º)	31
Tabela 15 Utentes com e sem médico de família, junho de 2024	32
Tabela 16 Óbitos (N.º), 2011, 2019 a 2023	33
Tabela 17 Taxas de prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos para os quatro domínios essenciais da funcionalidade*, Censos 2021	35
Tabela 18 Taxa de Analfabetismo por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)	37
Tabela 19 Taxa real de pré-escolarização (%)	37
Tabela 20 Taxas brutas de escolarização (%)	38
Tabela 21 Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (% sobre a população com 18 e mais anos de idade)	38
Tabela 22 Proporção da população residente entre 20 e 24 anos de idade com pelo menos o ensino secundário completo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)	38
Tabela 23 Evolução do n.º de alunas/os matriculados no Cávado e em Esposende	39
Tabela 24 Alunas/os matriculados no ensino secundário: total e por modalidade de ensino, 2022/2023 (N.º)	39
Tabela 25 Alunos com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, 2020/2021 a 2022/2023 (N.º)	40
Tabela 26 Alunos beneficiários de Ação Social Escolar (2023/2024)	40
Tabela 27 Distribuição dos estabelecimentos de ensino no município e no Cávado, segundo a natureza e o nível de ensino (N.º)	41
Tabela 28 Níveis de modernização tecnológica, 2015/2016 e 2021/2022 (N.º)	41
Tabela 29 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%), por modalidade de ensino, 2012/2013 e 2022/2023	43
Tabela 30 Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Público e privado, 2015/2016 a 2022/2023 (%)	43
Tabela 31 Taxa de conclusão em tempo normal dos ciclos de estudo, no ensino básico, 2017/2018 e 2021/2022	44
Tabela 32 Taxa de conclusão em tempo normal dos ciclos de estudo, no ensino secundário	44
Tabela 33 Alunos do 2.º e 3.º Ciclo do ensino básico com níveis negativos a pelo menos uma disciplina - rede pública (%), 2017/2018 e 2021/2022	45
Tabela 34 % de positivas a Português e Matemática, no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico regular - rede pública	45
Tabela 35 Total de crimes registados pelas polícias, 2019 a 2023	46
Tabela 36 Taxa de criminalidade e Categoria de crime, em 2022 (‰)	46
Tabela 37 Nascimentos de empresas por localização geográfica, 2019-2022 (N.º)	51
Tabela 38 Concentração do valor acrescentado bruto e do volume de negócios das quatro maiores empresas, 2022	

(%)	51
Tabela 39 Volume de negócios e Valor acrescentado bruto dos estabelecimentos, por atividade económica (CAE Rev. 3), 2022 (€)	52
Tabela 40 População empregada por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)	53
Tabela 41 Taxa de emprego por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)	53
Tabela 42 Pessoal ao serviço por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), em 2022 (%)	56
Tabela 43 Trabalhadores por conta de outrem por dimensão das empresas (%), em 2021	56
Tabela 44 Ganho médio mensal, 2011 e 2021 (€)	57
Tabela 45 Poder de compra per capita (%)	57
Tabela 46 Taxa de desemprego (%) por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021	58
Tabela 47 Alojamentos familiares à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)	63
Tabela 48 Valor mediano de avaliação bancária (€/ m²) por tipo de construção, 2011, 2021 e 2022	63
Tabela 49 Taxas de esforço do crédito para habitação permanente (%), 2021	64
Tabela 50 Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)	65
Tabela 51 Inquilinos municipais, renda média mensal e tipologia de fogo (€), 2022	66
Tabela 52 Beneficiários do apoio ao arrendamento, 2018 a 2022 (N.º)	68
Tabela 53 Indicadores gerais de pobreza	69
Tabela 54 Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem, 2011 e 2021	71
Tabela 55 Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por sujeito passivo (%), 2018 e 2021	71
Tabela 56 Índices S80/S20 e P80/P20, 2018, 2021 e 2022 (%)	71
Tabela 57 Resumo de algumas prestações sociais atribuídas a residentes em Esposende, 2014, 2022 e 2023	72
Tabela 58 Estatísticas do RSI em Esposende, 2019 - 2023 (N.º)	73
Tabela 59 Estatísticas do CSI em Esposende, 2019 - 2023 (N.º)	74
Tabela 60 Estatísticas da PSI em Esposende, Componente base, 2019 - 2023 (N.º)	74
Tabela 61 Estatísticas da PSI em Esposende, Complemento, 2019 - 2023 (N.º)	75
Tabela 62 Estatísticas dos SAAS em Esposende, 2019 - 2023 (N.º)	75
Tabela 63 Movimento de processos na CPCJ, 2023 (N.º)	77
Tabela 64 Respostas sociais para a Infância e Juventude	81
Tabela 65 Respostas sociais para adultos com deficiência, incapacidade e doença mental	82
Tabela 66 Respostas sociais para pessoas idosas	82
Tabela 67 Respostas sociais para a família e comunidade em geral	83

BIBLIOGRAFIA

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2024), “Relatório anual da atividade das CPCJ 2023”, Lisboa

Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança (2006), “Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos”, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2003), “Revista de Estudos Demográficos, n.º 33”, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2022), “O que nos dizem os censos sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidade - Informação à Comunicação Social”, Lisboa

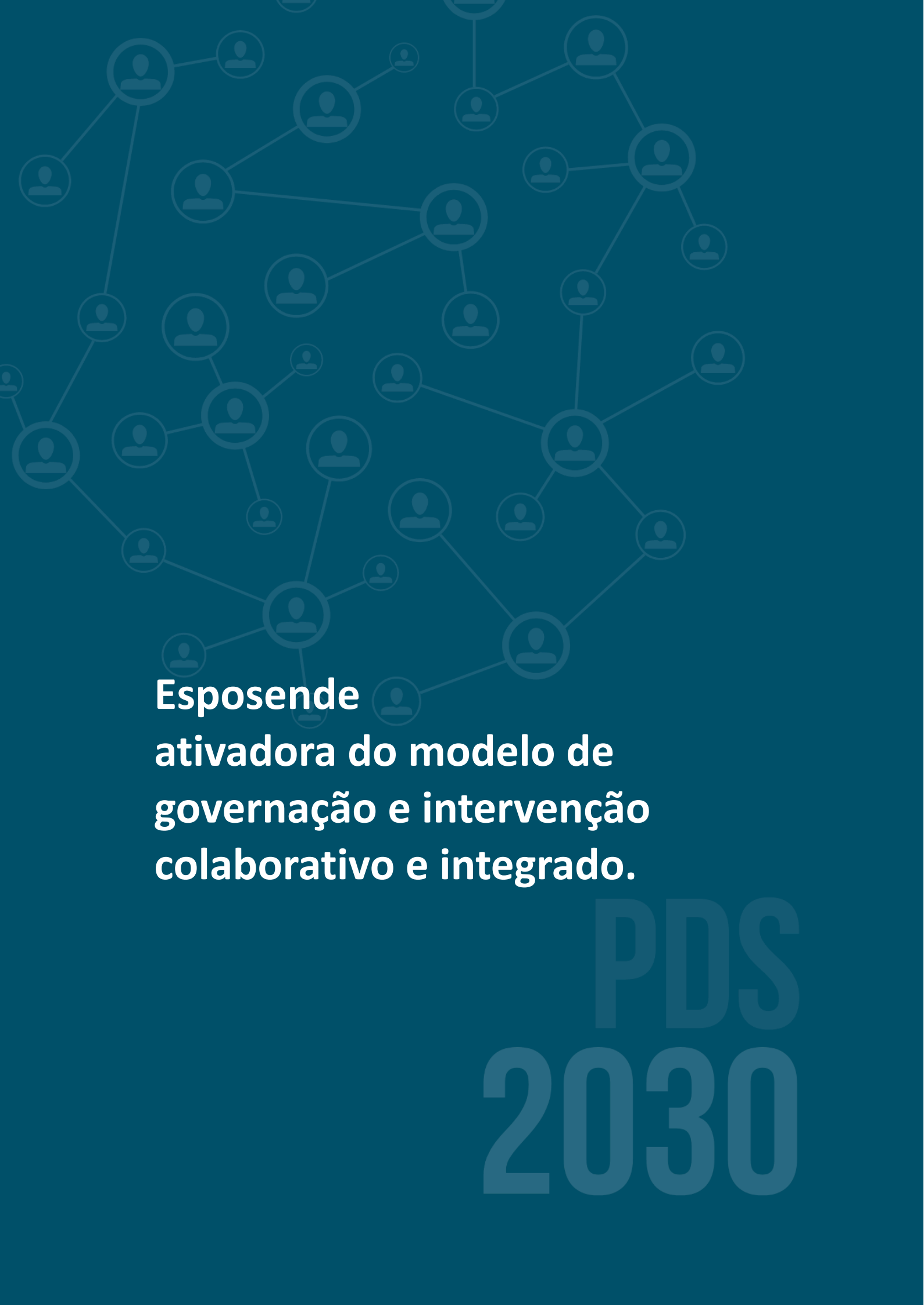
Instituto Nacional de Estatística (2023), “O que nos dizem os Censos sobre as estruturas familiares”, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2023), “O que nos dizem os Censos sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal”, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2023), “Rendimento e condições de vida - habitação, dificuldades habitacionais e eficiência energética dos alojamentos” - Informação à comunicação social”, Lisboa

Município de Esposende (2020), “Esposende Estratégia Local de Habitação”, Esposende

Município de Esposende (2022), “Revisão da Carta Educativa do Município de Esposende”, Esposende

A background graphic featuring a network of interconnected nodes, each represented by a person icon, symbolizing collaboration and integration.

**Esposende
ativadora do modelo de
governança e intervenção
colaborativo e integrado.**

**PDS
2030**